

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NASSAU ARAÚJO

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS:
REFLEXOS DO PRONAF NAS CONDIÇÕES DE VIDA DE TRABALHADORAS
RURAS**

Montes Claros (MG)
Março – 2016

Maria do Perpétuo Socorro Nassau Araújo

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS:
REFLEXOS DO PRONAF NAS CONDIÇÕES DE VIDA DE TRABALHADORAS
RURAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Orientadora:
Professora Doutora Ana Paula Glinfskoi Thé

Co-Orientador:
Professor Doutor Carlos Renato Theóphilo

Montes Claros (MG)
Março – 2016

A658g Araújo, Maria do Perpétuo Socorro Nassau.
Gênero e políticas públicas [manuscrito] : reflexos do PRONAF nas condições de vida de trabalhadoras rurais / Maria do Perpétuo Socorro Nassau Araújo. – Montes Claros, 2016.
145 f. : il.

Bibliografia: f. 115-124.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros -Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2016.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Glinfskoi Thé.

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Renato Theóphilo.

1. Agricultura familiar – Norte de Minas Gerais (MG). 2. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. 3. PRONAF Mulher - Trabalhadoras rurais. 4. Condições de vida. I. Thé, Ana Paula Glinfskoi. II. Theóphilo, Carlos Renato. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título. V. Título: Reflexos do PRONAF nas condições de vida de trabalhadoras rurais.

Catálogo: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS

Dissertação intitulada “Gênero e Políticas Públicas: Reflexos do PRONAF nas condições de vida das trabalhadoras rurais do Norte de Minas”, de autoria da mestranda Maria do Perpétuo Socorro Nassau Araújo, examinada em **28/03/2016**, pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof.^a Dra. Ana Paula Glinfskoi Thé- Orientadora (Unimontes)

Prof. Dr. Carlos Renato Theóphilo- Co-Orientador (Unimontes)

Prof. Dr. Helder dos Anjos Augusto (ICA/UFMG)

Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa (Unimontes)

*A dor é o adubo que faz
crescer em nós a produção evolutiva.
O arado que rasga o seio da terra
é que permite a colheita abundante.*

Pastorino T. Carlos

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de vida e sabedoria, por me conceder a graça de realizar este Mestrado, me dando forças, conforto e serenidade, erguendo-me em cada tropeço e conduzindo-me ao destino esperado. A Nossa Senhora, por ser luz e proteção na minha vida.

Ao meu estimado pai (*in memoriam*) e a minha adorável mãe, exemplos de amor e bondade, por terem me ensinado valores e virtudes para seguir a vida. A minha eterna gratidão, quando me fizeram acreditar que os estudos eram a grande herança que vocês poderiam me deixar.

Ao meu amado esposo Geraldo, aos meus tesouros Daniel e Gabriel, que me incentivaram na concretização deste sonho, com paciência, compreensão, amor e proteção.

Aos meus familiares, e em especial a minha irmã Graça, que transformava os momentos difíceis da caminhada em leveza, sabedoria e alegria. Obrigada pelo seu afeto e sua companhia, nas idas a campo, e pelo apoio incondicional nas atividades do dia a dia.

À minha orientadora, Professora Dra. Ana Paulo Glinfskoi Thé, pela sua seriedade, dedicação e paciência, pelas valiosas orientações, sugestões e críticas que muito enriqueceram este trabalho. Obrigada pela confiança depositada e por ter me ensinado que eu poderia fazer meu próprio caminho.

Ao meu co-orientador, professor Dr. Carlos Renato Theóphilo, que teve a sensibilidade de estimular as minhas potencialidades, reconhecer minhas fraquezas e ajudar quando era imprescindível. Obrigada pelas orientações precisas e criteriosas e por partilhar comigo seu precioso conhecimento. Além de um excelente profissional, você é um amigo querido.

À Professora Dra. Ana Ivânia Alves Fonseca e ao Professor Dr. Rômulo Soares Barbosa, pelas valiosas contribuições na banca de qualificação, que resultaram no aperfeiçoamento da proposta da pesquisa.

À querida amiga, Professora Dra. Sandra Melo dos Reis, que contribuiu com seu valioso tempo e esforço na leitura desta dissertação para as devidas correções. Obrigada pela sua dedicação, carinho e amizade.

Às agricultoras, “lindas Margaridas”, das comunidades rurais de Montes Claros e Brasília de Minas, que me receberam com o brilho inconfundível de seus olhos, e com toda a disponibilidade e interesse para a construção conjunta do trabalho.

Aos técnicos da EMATER do escritório regional de Montes Claros, aos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Montes Claros e Brasília de Minas, e ao

representante do Banco do Nordeste. A todos, muito obrigada pela presteza, gentileza e informações cedidas.

Aos Professores do PPGDS, pela amizade e conhecimento transmitido, em especial à Profª Dra. Luciene Rodrigues, pelo incentivo e confiança. Aos funcionários da secretaria do PPGDS, pela gentileza e atenção.

A todos os colegas do PPGDS, aqui representados pela afetuosa amiga Carol Castelano, pelo companheirismo, contribuições nos estudos e convívio em sala de aula. As experiências de vida compartilhadas enriqueceram ainda mais as aulas e conhecimentos.

À Universidade Estadual de Montes Claros, Unimontes, pelo apoio.

Aos colegas do Departamento de Ciências Contábeis, pelo carinho e incentivo, em especial à querida Professora Eliana Santos, que a cada dia se mostra uma mulher forte e guerreira capaz de vencer as adversidades impostas pela vida. A você amiga o meu afeto e admiração.

A todos os amigos e amigas que me acompanharam, de perto e de longe, nestes tempos de sacrifícios e de superação.

Enfim, um agradecimento mais do que especial a uma linda rosa, “tia Rosa”, que não deixou o meu jardim das “Margaridas” morrer, regando o meu dia a dia com palavras de conforto, animação e fé. E as margaridas desabrocharam... viva!

A todos vocês, meu sincero muito obrigada!

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	AGRICULTURA FAMILIAR, GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO.....	22
2.1	Desenvolvimento e caracterização da agricultura familiar no Brasil	22
2.2	A consolidação dos movimentos sociais do campo e as questões de gênero ...	29
2.2.1	“Marcha das Margaridas”: uma estratégia da mulher do campo.....	31
2.3	O desenvolvimento da Política de Crédito Rural no Brasil e a agricultura familiar: a criação do PRONAF	34
2.3.1	“PRONAF Mulher”: uma “conquista” para as mulheres rurais	42
2.3.2	Avanços e desafios do PRONAF Mulher	45
2.4	Condições de vida como constituinte da qualidade de vida	47
3	METODOLOGIA	53
4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	59
4.1	O Norte de Minas e os municípios de Montes Claros (MG) e Brasília de Minas (MG).....	59
4.1.1	Montes Claros (MG): localização e principais características	63
4.1.2	Brasília de Minas: localização e principais características	72
4.2	Análise de dados com base em entrevista estruturada	76
4.2.1	Identificação e caracterização socioeconômica das entrevistadas.....	77
4.2.2	Processo de acesso ao crédito PRONAF Mulher	80
4.2.3	Reflexos do PRONAF Mulher nas condições de vida das Mulheres Rurais	89
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
	APÊNDICE 1: Formulário de Entrevista Semi-estruturada	126
	APÊNDICE 2: Roteiro de entrevista para Extensionista da EMATER-MG, Lideranças e Técnicos dos Sindicatos.....	133
	APÊNDICE 3: Planilha Contratos Banco do Nordeste	134
	ANEXO A.....	136
	ANEXO B.....	138

LISTA DE SIGLAS

ACMONMA – Associação do Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte Minas

AMUTRES – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

ASPROPHEN – Associação dos Hortifrutigranjeiros da Região do Pentáurea

ASPRUNAF – Associação dos Produtores Unidos da Agricultura Familiar

BB – Banco do Brasil

BNB – Banco Nacional do Nordeste do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAMUTRA – Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre

CEANORTE – Central de Abastecimento do Norte de Minas

CEASA – Centrais Estaduais de Abastecimento

CEBRAC – Centro Brasileiro de Cursos

CEM/FETAGRO – Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia

CLT – Consolidação das Leis Trabalhista

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNMTR/CUT – Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DAP – Declaração de aptidão ao PRONAF

DNTR – Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais

EMATER – Empresa de assistência técnica e extensão rural

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

FETAG's – Federações de Trabalhadores na Agricultura

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCR – Manual de Crédito Rural

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA-SC – Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina

MMA-SP – Movimento de Mulheres Agricultoras de São Paulo

MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MMTR-NE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

MMTR-RS – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul

MMTR-SE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe

MPMP – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTTR – Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

MSTTR – Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e desenvolvimento Rural

ONG – Organização Não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PAISM – Programa de assistência Integral a saúde da Mulher

PDSTR – Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PGPAF – Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar

PIB – Produto Interno Bruto

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGDS – Programa De Pós-Graduação em Desenvolvimento Social

PPIGRE – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção

QV – Qualidade de Vida

SAF/MDA – Secretária da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário

SEAF – Seguro da Agricultura Familiar

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SINTRAF – Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

STTR's – Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TN – Tesouro Nacional

UFMG – Universidade do Estado de Minas Gerais

UNICAFES – União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia solidária do Estado de Minas Gerais

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

UTE/UTR – Unidade Técnica Estadual ou Regional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Hierarquia das necessidades de Maslow	49
Figura 2: Mapa das Microrregiões do Norte de Minas	60
Figura 3: Mapa Montes Claros na Região Norte de Minas Gerais	64
Figura 4: Mapa Brasília de Minas.....	72
Figura 5: À esquerda, Horta orgânica (Comunidade Pau D'Óleo). À direita, Animais descansando (Comunidade Planalto Rural).....	82
Figura 6: À esquerda, Suínos (Comunidade Retiro Santo Antônio). À direita, Alambique (Comunidade Angico de Minas).....	83
Figura 7: Horta orgânica com proteção estufa (Comunidade Planalto Rural)	90
Figura 8: Moradia de Agricultora (comunidade Pau D'Óleo).....	94
Figura 9: 1º Encontro Mulher Rural (Auditório ICA- UFMG- Montes Claros - MG).....	97
Figura 10: Rio Riachão (Comunidade de Pau D'Óleo)	100
Figura 11: Kit de Equipamento Individual de proteção (EPI).....	103
Figura 12: À esquerda, Banca de Agricultora (CEASA - Montes Claros). À direita, Mercado Municipal Montes Claros	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Comparação entre modelo patronal e o modelo de agricultura familiar.	26
Quadro 2: Limites de financiamento e taxa de juros - (Safrá 2010/2011 a 2014/2015).....	44
Quadro 3: Dimensões, variáveis e questões do estudo	58
Quadro 4: PRONAF Mulher – Quantidade de operações e valores contratados – Norte de Minas – 2010 a 2014.....	62
Quadro 5: Comparativo das condições de vida das mulheres rurais antes e depois do acesso ao PRONAF Mulher	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Faixa etária e estado civil das mulheres entrevistadas nas comunidades rurais dos municípios de Montes Claros e Brasília de Minas	78
Tabela 2: Escolaridade das entrevistadas nas comunidades rurais dos municípios de Montes Claros e Brasília de Minas.....	79
Tabela 3: Renda familiar das famílias das agricultoras entrevistadas nas comunidades rurais dos municípios de Montes Claros e Brasília de Minas	79
Tabela 4: Renda individual das agricultoras entrevistadas nas comunidades rurais dos municípios de Montes Claros e Brasília de Minas	80
Tabela 5: Itens financiados pelas entrevistadas nas comunidades rurais dos municípios de Montes e Brasília de Minas	82

RESUMO

Para integrar a parcela da população pobre ao contexto econômico, político, social e cultural do país é imprescindível a criação de oportunidades. Políticas públicas, viabilizadas mediante programas de crédito rural tais como o PRONAF Mulher que visam potencializar ações, oportunizando crédito subsidiado e contribuindo para melhores condições de vida. Este estudo teve como objetivo geral analisar o processo de acesso ao crédito do PRONAF Mulher e seus possíveis reflexos nas condições de vida das trabalhadoras rurais do Norte de Minas Gerais. A pertinência desta pesquisa fundamenta-se na oportunidade de avaliação do PRONAF Mulher, a partir de seus resultados. A pesquisa empírica foi desenvolvida nos municípios de Brasília de Minas (MG) e Montes Claros (MG), sendo escolhido como campo de investigação as comunidades rurais de Angico de Minas, Retiro de Santo Antônio, Planalto Rural e Pau D'óleo. Para o alcance dos objetivos usou-se a técnica de entrevista estruturada. As entrevistas foram realizadas no período de setembro a dezembro de 2015, com mulheres que tiveram acesso ao crédito, no período de 2010 a 2014, num total de 8 (oito) mulheres, do município de Montes Claros (MG), e 12 (doze) mulheres, do município de Brasília de Minas (MG). Foram também realizadas entrevistas não estruturadas com lideranças de sindicatos, técnicos da EMATER-MG e dos sindicatos responsáveis pelo crédito PRONAF. A pesquisa mostrou que o PRONAF Mulher, na percepção das agricultoras entrevistadas, impactou positivamente suas condições de vida e trabalho. Definiu-se, de um lado, pela oportunidade de contribuir para o aumento da renda, influenciando positivamente as condições de vida de suas famílias. De outro lado, significou também a possibilidade de essas mulheres, assistidas pelo programa, tornarem-se mais independentes, valorizadas e reconhecidas. Ainda que os entrevistados reconheçam que o PRONAF Mulher tem entraves a serem superados, que vão desde aspectos de sua divulgação até a chegada do recurso e sua aplicação – como o excesso de burocracia–, trata-se de uma política pública de apoio ao fortalecimento da agricultura familiar, que propicia as condições para que os projetos idealizados tornem-se realidade, incrementando, assim, as perspectivas do desenvolvimento local e/ou regional.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar, PRONAF Mulher, Trabalhadoras Rurais, Condições de Vida.

ABSTRACT

It is essential to create opportunities to integrate the less favored population to economic, political, social and cultural context of the country. Public policy through rural credit programs, such as PRONAF Woman, aim at enhancing actions, providing subsidized credit to women who attempt to contribute to better living conditions. This study aimed to verify their possible impact on the living conditions of rural workers in northern Minas Gerais. The relevance of this research is based on the opportunity of assessment of PRONAF Woman. The empirical research was conducted in Brasília de Minas (MG) and Montes Claros (MG). The research took place at the rural communities Angico de Minas, Retiro de Santo Antônio, Planalto Rural and Pau D'óleo. The interviews were conducted from September to December 2015 with women who had access to credit from 2010 to 2014, eight women in Montes Claros (Minas Gerais) and 12 women in Brasília de Minas (MG). Unstructured interviews with leaders of trade unions, EMATER technicians and unions responsible for PRONAF credit were also conducted. The research has shown that PRONAF Woman, in the perception of the interviewed farmers, was defined by the opportunity to contribute to the increase in income positively which influenced the lives of their families. It also meant the possibility of becoming more independent, valued and recognized. Although respondents recognize that the PRONAF Woman has obstacles to be overcome, ranging from disclosure until the arrival of the resource and its application, such as the excessive bureaucracy, it is a public policy to support the strengthening of family farming, providing the conditions for the idealized projects to become reality, increasing the prospects of the local and / or regional development.

Keywords: Family Farming, PRONAF Woman, Working Rural, Living Conditions.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade atual é marcada pelas consequências de um processo de transformações econômicas, políticas e sociais, complexas e aceleradas, resultantes da modernização, ocorrida a partir do século XX.

A Revolução Industrial e a modernidade transformaram de modo violento as relações dos homens, e destes com a natureza, numa velocidade jamais vista. De acordo com Bataglin (2012), as consequências de tais mudanças apresentam potencial destrutivo, criado a partir das inovações tecnológicas em relação ao meio ambiente, e aos conflitos relacionados às questões sociais e econômicas, comprometendo, assim, o bem-estar da humanidade e o equilíbrio social.

Entre as várias interpretações teóricas sobre as consequências de tal processo, há indicações de que ainda existe um longo caminho para atingir a equidade social, seja este entre cidade e campo ou entre homens e mulheres rurais. A equidade, entendida como a criação de oportunidades iguais para as pessoas, para que possam participar e se beneficiar do processo de crescimento econômico, é um componente essencial ao desenvolvimento humano. Sua construção requer investimentos em nutrição, saúde e educação, que cumprem o propósito de integrar a população menos favorecida ao contexto econômico, político, social e cultural do país, promovendo, assim, o desenvolvimento das pessoas (PNUD, 2006).

O conceito de crescimento econômico tem como base a renda nacional per capita, na medida em que esta possa propiciar aos indivíduos o acesso a mercadorias e serviços que sejam superiores ao número do crescimento populacional. “A utilização da renda per capita como indicador é justificada pela possibilidade de avaliação do padrão de vida em geral e cumpre bem o seu papel de mensurar o crescimento econômico, ainda que possa apresentar limitações” (COUTINHO, 2014, p.26).

Durante as décadas de 1940-1950, a evolução teórica sobre desenvolvimento limitou-se na análise das causas do aumento do produto ou renda nacional per capita. Os determinantes do crescimento econômico eram confundidos com os do desenvolvimento econômico, como se estes dois fossem sinônimos (PAVARINA, 2003).

Para Celso Furtado (2000), o crescimento econômico é a esfera da acumulação do capital, do progresso tecnológico e das inovações, da combinação de fatores, e da geração do produto físico (Y). Para esse autor, essa esfera reúne os meios através dos quais pode-se alcançar o desenvolvimento. Por seu lado, o desenvolvimento, segundo o mesmo autor, é a esfera (ou o campo) do bem-estar social.

Sen (2010) defende a ideia de que o desenvolvimento das sociedades se constrói não somente pela riqueza material produzida pelas nações, mas também pela liberdade, oportunidade e capacidade que as pessoas têm de contribuir para tal desenvolvimento e para garantir o bem-estar pessoal e coletivo. O autor aponta que a expansão do Produto Nacional ou da Renda *per capita* deve-se restringir-se a um "meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade". Tais liberdades não devem limitar-se à acumulação de riqueza ou ao crescimento das demais variáveis relacionadas à renda; dependem igualmente de direitos civis, políticos e sociais. O crescimento torna-se ao seu ver como um meio relevante para o desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, Bataglin (2012) entende que as organizações e as políticas públicas (Estado) são meios fomentadores do desenvolvimento da sociedade, podendo estas corroborar com o modelo econômico vigente (produtivista) ou gerar alternativas que apontem para um desenvolvimento que não vise exclusivamente à lucratividade e ao crescimento econômico.

De acordo com Wanderley (2000), "a década de 90 do Século XX foi decisiva para as mudanças ocorridas nas políticas de desenvolvimento rural, principalmente no que diz respeito à atuação do Estado ao incluir nestas políticas dimensões e atributos, antes, desconsiderados". O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), regulamentado pelo Decreto nº1.946/96, é um exemplo de política pública brasileira voltada à promoção das capacidades de produção de populações pobres. Segundo Abramovay (2005), o surgimento dessa política permitiu que milhares de agricultores familiares tivessem acesso ao crédito bancário pela primeira vez.

No entanto, as mulheres rurais ficaram excluídas desse novo modelo de política pública para o campo, o que provocou vários debates e discussões para o fortalecimento do movimento das mulheres em prol do seu reconhecimento perante o Estado brasileiro. Dessa forma foi institucionalizada, em 2003, linha de crédito específica para as produtoras rurais, o PRONAF Mulher, direcionada a agricultoras familiares, assentadas, arrendatárias, parceiras meeiras, pescadoras artesanais, extrativistas e quebradeiras de coco.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2002), o programa tem como objetivo propiciar as condições para o aumento da capacidade produtiva, a partir da ampliação de sua autonomia, participação econômica e política, em seus contextos familiar e social bem como a melhoria da qualidade de vida das mulheres.

O estudo da qualidade de vida tem revelado sua importância, em seus aspectos conceituais, na forma de utilização do termo em diversas áreas e em diferentes períodos da história.

Alguns autores interessados na temática da qualidade de vida têm dedicado parte de suas pesquisas a estudar o assunto. Entre eles, Palm et al (2014, p.18), no estudo PRONAF e qualidade de vida das famílias beneficiárias: um estudo bibliográfico, apontam que num universo de 30 artigos selecionados, cujo recorte analítico recaiu sobre o PRONAF, destacam-se nove que tecem considerações acerca da relação entre o acesso ao PRONAF e a variação na qualidade de vida dos agricultores. Porém, observa-se que oito desses artigos restringiram-se a pontuar de maneira implícita a relação entre o acesso ao PRONAF e a Qualidade de Vida.

Apenas um artigo tomou como objeto de análise a contribuição do PRONAF na variação da qualidade de vida dos beneficiários. Foi constatada ainda, na leitura dos nove artigos mapeados, a utilização de diferentes indicadores para analisar as variações na qualidade de vida. Todavia, a dimensão econômica prevaleceu – renda, produção e produtividade – ficando evidente a necessidade de estudos de maior abrangência que se dediquem a outras dimensões como educação, saúde e meio ambiente, para a análise da variação na qualidade de vida.

Neste sentido, Asmus (2004) trouxe uma importante contribuição para o estudo da Qualidade de Vida, com a tese intitulada *Qualidade de vida na agricultura familiar*. Nesse estudo, a autora avaliou a Qualidade de Vida (QV) de agricultores familiares de duas comunidades rurais, com a finalidade de conhecer e comparar a QV das comunidades em seus dois eixos, objetivo e subjetivo, e definir as dimensões e variáveis que, no seu entendimento, devem compor uma metodologia de avaliação da qualidade de vida de agricultores familiares brasileiros.

Verifica-se assim, que a literatura específica sobre qualidade de vida mostra o empenho metodológico de pesquisadores para avaliar e entender como se dá a interação de fatores biológicos e sociais, bem como influências sobre o modo de vida das pessoas.

Cada vez mais se discute sobre o que mais importa em termos de modo de vida: estabelecer vínculos de adoção de aspectos positivos ligados ao estilo de vida ou se apropriar da melhoria das condições gerais de vida. Assim, qualidade de vida tem íntima ligação com os aspectos socioeconômicos de determinada população, que configuram a condição de vida dos sujeitos dela integrantes (GONÇALVES E VILARTA, 2004).

Para Gonçalves (2004, p.35), “condições de vida são os determinantes políticos-organizacionais da sociedade como um todo, que norteiam a relação entre os grupos de sujeitos e as variantes de saneamento, transporte, habitação, alimentação, educação, cuidados à saúde, entre outros”.

No que se refere às condições de vida das mulheres rurais, os estudos de Maia et al (2001) e Fiuza (1997) revelam que ao avaliar a situação de vida desfrutada pelas mulheres rurais na esfera produtiva, há uma sobrecarga nas atividades do ciclo agrícola, visto que participam em quase todas as atividades, como semear, capinar, colher, criar animais de pequeno porte (que muitas vezes também são comercializados), cuidar das plantas de quintal, horta, além de serem responsáveis pelo abastecimento de água, uma atividade cansativa e “pesada”, principalmente em regiões atingidas pela seca, como no sertão nordestino ou no Vale do Jequitinhonha no nordeste mineiro. Além disso, tais mulheres cumprem as atividades domésticas tradicionais, como o cuidado com a casa e os filhos. De acordo com Maia et al (2001, p.9), “o trabalho de mulheres como condição para melhorar suas qualidades de vida, não se limita ao trabalho remunerado da esfera produtiva, mas também às atividades realizadas na esfera reprodutiva”.

Pensamento semelhante foi apresentado por Heredia e Cintrão (2006), em estudo sobre as transformações vividas pelas mulheres rurais brasileiras entre 1992 e 2002, no qual foi relatado que a precariedade das condições de infraestrutura, em especial a falta de água encanada, energia elétrica e esgotamento sanitário, faz com que piorem ainda mais as condições de exercício, por parte das mulheres, das tarefas da casa. Embora a carência de infraestrutura afete o conjunto dos moradores dos domicílios rurais, compreende-se que as mulheres são especialmente atingidas, por ser a moradia um dos espaços importantes do trabalho realizado por elas (HEREDIA E CINTRÃO, 2006, p.4).

Em estudo sobre a avaliação do PRONAF Mulher, em assentamentos de Monsenhor Tabosa (CE), Duarte (2010) reconhece que apesar do programa ter crescido em contratos e valores, principalmente na Região Nordeste, o acesso ao programa das mulheres assentadas pela reforma agrária ainda é muito pequeno e as pesquisas sobre o tema ainda são escassas, fazendo-se necessário estudos mais aprofundados sobre essa temática, com o objetivo de identificar se o Programa tem realmente melhorado as condições de vida das mulheres e dos familiares dos beneficiados.

As reflexões então apresentadas justificam a escolha do PRONAF Mulher com o tema deste estudo, cujo intuito é compreender suas relações com o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Nesse sentido, buscou-se entender a realidade que envolve as mulheres do campo em suas formas de reprodução social, bem como avaliar as condições de vida e trabalho das agricultoras, da mesorregião do Norte de Minas. Pensar o trabalho e as atividades desenvolvidas pelas mulheres em seu cotidiano, na sua relação com a natureza, com a manutenção da vida e da diversidade é fundamental para compreender de que

forma as ações cotidianas das mulheres trabalhadoras rurais reapresentam-se, no meio rural brasileiro (JALIL, 2010).

Diante disso, o presente estudo se introduz num contemplar do espaço rural, numa abordagem das políticas públicas de crédito rural¹ para a agricultura familiar, com enfoque no Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), “um instrumento fundamental para discussão do desenvolvimento rural no país” (MATEI, 2014, p.75), e particularmente em sua linha de crédito destinada para mulheres, o PRONAF Mulher.

A pertinência desta pesquisa fundamenta-se pela oportunidade de avaliação de uma política pública, a partir de seus resultados, contribuindo para o aprimoramento dos programas e projetos de desenvolvimento rural no país, com vistas a potencializar ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida das mulheres rurais.

Neste sentido, torna-se relevante investigar as repercussões do PRONAF Mulher sobre as condições de vida das mulheres que tiveram acesso ao crédito, considerando-se, na pesquisa, as condições de vida como constituinte da qualidade de vida. Este estudo, portanto, buscou responder ao seguinte problema: *de que forma se deu o processo de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), linha de crédito PRONAF Mulher e quais seus possíveis reflexos nas condições de vida das trabalhadoras rurais do Norte de Minas?*

O estudo teve como objetivo geral analisar o processo de acesso ao crédito do PRONAF Mulher e quais seus possíveis reflexos nas condições de vida das trabalhadoras rurais do Norte de Minas. Como objetivos específicos foram propostos: identificar como se deu o acesso à informação, investigar de que forma se deu a elaboração do projeto e seu encaminhamento para implantação e acompanhamento; analisar as condições de vida das trabalhadoras rurais nos municípios de Montes Claros (MG) e Brasília de Minas (MG), após o acesso ao PRONAF Mulher.

A escolha dos municípios foi orientada pelo retrato diferenciado de operações de crédito, que ocorreram no período de 2010 a 2014, nos referidos municípios, conforme dados fornecidos pelo Banco do Nordeste S/A. Tal escolha teve como critérios: o maior número de operações de crédito liberadas para agricultoras rurais no referido período – representado pelo município de Brasília de Minas (MG) – e pelo menor número de operações liberadas, neste caso, no município de Montes Claros (MG), cidade que é referência da macrorregião pelo

¹ Para a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou a suas associações, para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor.

importante papel que representa no contexto regional e foco de atração da população do campo e de outras cidades da região (GOMES, 2007).

Foram entrevistadas oito famílias nas comunidades rurais de Pau d'óleo e Planalto Rural, inseridas no município de Montes Claros (MG), e doze famílias nas comunidades de Angicos de Minas e Retiro de Santo Antônio, em Brasília de Minas (MG).

De acordo com Sen (2010), quando as mulheres têm oportunidades de acessar bens e serviços, liberdade de fazer escolhas que condizem com seus valores de vida e a afirmação de que são capazes de contribuir para melhorar a sua vida, a de seus familiares e das pessoas a seu entorno, as consequências desse processo são benéficas para todos.

Assim sendo, a contribuição desta pesquisa é atestar acerca da existência de relação positiva da linha de crédito PRONAF Mulher e a melhoria de condições de vida das mulheres rurais beneficiárias do crédito. Estas constatações geram subsídios para outros estudos e projetos, destinando-se a pesquisadores e/ou instituições governamentais com vistas à avaliação de meios destinados à melhoria de condições de vida das mulheres rurais, por meio de políticas públicas. Quanto à relevância social, esta consubstancia-se no fato de reconhecer o crédito agrícola como uma importante política pública de apoio ao fortalecimento da agricultura familiar, tendo em vista que o acesso ao crédito propicia as condições para que os projetos se tornem realidade, incrementando, assim, as perspectivas do desenvolvimento local e/ou regional.

Esta dissertação encontra-se organizada em cinco capítulos, entre os quais o primeiro é esta Introdução, cujo propósito destinou-se a discorrer sobre o objeto desta pesquisa e suas fundamentações primeiras.

No segundo capítulo procedeu-se a uma revisão de literatura que aborda a importância da consolidação da agricultura familiar enquanto categoria social. Posteriormente foi feita uma abordagem geral do PRONAF, apontando seus objetivos, premissas e seus principais desafios, com destaque para os aspectos relativos ao PRONAF Mulher. Apresentaram-se, ainda, aspectos conceituais das condições de vida como constituinte da qualidade de vida.

No terceiro capítulo foram apresentados os percursos metodológicos da pesquisa. No quarto capítulo, privilegiou-se a análise dos indicadores de qualidade de vida, a fim de analisar como o PRONAF Mulher tem contribuído para melhoria de perspectivas econômicas e sociais, das trabalhadoras rurais. O último capítulo apresentou as considerações finais do trabalho.

2 AGRICULTURA FAMILIAR, GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO

Neste capítulo procuramos fazer uma reflexão sobre o processo histórico de formação da agricultura familiar e de políticas públicas específicas a esta, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Posteriormente, o capítulo abordará, de forma sucinta, como se consolidou o movimento das trabalhadoras rurais no Brasil, sendo evidenciados os aspectos que envolvem o conceito de gênero como categoria de análise e sua transversalidade nas políticas públicas. Sob tais postulados, procedemos a uma abordagem geral do PRONAF, apontando seus objetivos, premissas, seus principais desafios e modalidades, com ênfase no PRONAF Mulher. E, por fim, apresentamos breve seção sobre os aspectos conceituais de condições de vida como constituinte da qualidade de vida.

2.1 Desenvolvimento e caracterização da agricultura familiar no Brasil

A agricultura representou um dos pilares, quando não o único, que possibilitou a fixação de populações, desde a sedentarização do primeiro grupo de *Homo Sapiens* até o desenvolvimento das grandes civilizações (ASMUS, 2004). Estudos confirmam que o desenvolvimento das sociedades está intimamente ligado à produção de alimentos, uma vez que o excedente agrícola proporcionou às famílias sobreviverem de atividades não agrícolas, possibilitando assim a formação das cidades.

No Brasil, a agricultura fortaleceu-se como meio econômico por volta do Século XVI, quando os portugueses iniciaram a colonização no país com a criação das capitâneas hereditárias e sesmarias, baseadas na monocultura da cana-de-açúcar, no regime escravocrata e nos grandes latifundiários. “O regime de sesmarias gera, ao contrário de seus propósitos iniciais, a grande propriedade” (FAORO, 2000, v.2, p.9).

Assim, as questões agrícola e agrária, desde o início da colonização no Brasil, nascem derivadas do processo de distribuição desigual de terras, que sequer levou em consideração seus primeiros habitantes - os índios, os primeiros fornecedores de abóbora, feijão, arroz, batata-doce, milho, mandioca, para o colonizador português (DUARTE, 2010).

A Lei de Terras, promulgada pela Lei nº601, de 18 de setembro de 1850, em substituição do regime de sesmarias, consolidou e regulamentou um novo e excludente regime fundiário, no qual só podia ser considerado proprietário de terra aquele que legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando certa quantia à Coroa. Essa lei, portanto, discriminava os pobres e impedia que os escravos libertos se tornassem proprietários, pois nem uns nem outros possuíam recursos para realizar o processo exigido em lei para ter o acesso à terra. A lógica da mudança produzida foi: se no regime de terras livre o trabalho teve que ser cativo, no regime de trabalho livre, a terra tem que ser cativa (MARTINS, 1981).

No período da República Velha (1889 a 1930), as terras devolutas passaram ao domínio dos estados, facilitando a ampliação dos latifúndios e um aumento do número de propriedades e de proprietários em relação às décadas anteriores. A Revolução de 1930 marcou o final da República Velha e a derrubada da oligarquia cafeeira. A grande crise mundial provocou mudanças na economia e na política nacional, incluindo o modelo agroexportador. “Getúlio Vargas se tornou Presidente da República, impulsionando a industrialização, acelerando a urbanização, mas não interferiu na ordem agrária” (DUARTE, 2010).

Assim, no início dos anos 60, o sistema agropecuário brasileiro viu-se modificado pelo dinamismo da modernização e industrialização, o que tornou a estrutura social e produtiva mais complexa. Segundo Fonseca (2013, p.16), “o rural, foi intensamente mecanizado, em nome de uma modernidade que não levou em conta inúmeros trabalhadores rurais que viviam e cultivavam as terras há várias gerações”. Assim a modernização levou os pequenos agricultores a abandonarem suas propriedades, por não terem condições de concorrer com os grandes latifundiários, sendo obrigados a buscar novas alternativas para produzir e sobreviver no novo mercado.

[...] entre 1950 e 1970, houve uma diminuição de um milhão e meio de empregos no campo. O capital, de distintas formas, nas diferentes regiões e nos diferentes ramos da produção agropecuária, pressiona com intensidade crescente para extrair dos trabalhadores do campo cada vez mais os seus excedentes agrícolas ou o seu trabalho excedente (MARTINS, 1991, p. 14).

Os habitantes rurais, que eram majoritários, decaíram e, “nesse período, a força do trabalho da mulher passou a ser intensamente requisitada nas fábricas, tornando-se

maioria em muitos setores, principalmente os têxteis e o de alimentos” (COSTA JÚNIOR, 2007, p.35).

De acordo com Fonseca (2013, p.17), “os fazeres rurais estiveram embutidos no cotidiano dos povos e das nações; mas a antiguidade desses fazeres não garantiu notoriedade a essas populações que, ao longo da história, sempre se viram relegadas a um segundo plano no contexto social”.

O fato é comprovado quando, em 1943, entrou em vigor no país a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Esse marco constitucional excluiu os trabalhadores rurais da sua proteção, assegurando-lhes apenas algumas garantias mínimas. Somente vinte anos depois, com a publicação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, é que os trabalhadores rurais alcançaram ampliação dos seus direitos, tais como aposentadoria por invalidez ou por velhice Rural.

Nessa modernização da agricultura, estavam atrelados todos os instrumentos entendidos como necessários para alavancar a produção agrícola, tais como o fornecimento dos insumos considerados necessários: sementes, fertilizantes, agrotóxicos, máquinas e implementos agrícolas, assistência técnica e, por último, os incentivos gerados pelo crédito, que propiciaram a aquisição do pacote tecnológico vigente no momento.

Dentro desse contexto, a agricultura familiar destaca-se como uma maneira de vida de milhares de homens e mulheres, que resiste ao longo do tempo ao processo excludente das políticas governamentais, e que buscam, dentro do mundo capitalista, manter seu espaço em um ambiente cada vez mais competitivo.

Assim, nessa história tradicional que desvalorizou índios, negros, pescadores, agricultores e agricultoras familiares camponeses, hoje, mediante a organização em movimentos sociais, resistências e lutas, eles conquistam espaços e procuram brechas nessa história para abrir novas oportunidades para o crescimento como sujeitos políticos, com o objetivo de ganhar visibilidade para exigir a redefinição e o alargamento da concepção vigente da cidadania e de direitos. Enfim, buscam as transformações sociais (DUARTE, 2010, p.44).

Embora tardiamente, comparado a outros contextos acadêmicos, a expressão “agricultura familiar” emergiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990 (SCHNEIDER, 2004). Ainda, segundo o autor, neste período ocorreram dois eventos que tiveram um impacto social e político muito significativo no meio rural. De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo

sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). De outro lado, a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Além do PRONAF, foram criadas no mesmo período várias outras políticas públicas de incentivo a agricultura familiar, tais como: Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF); Seguro da Agricultura Familiar (SEAF); Programa Garantia de Safra; Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA); Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER); Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR); Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR); Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar; Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); programas de educação e capacitação (Programa Arca das Letras e Educação do Campo); Talentos do Brasil (incentivo de artesões e outras atividades culturais rurais); entre outras. Dessas políticas, somente não é ligada ao MDA o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que tem vinculação com a Companhia Nacional de Abastecimento do MAPA. Mas, ainda assim, esta conta com apoio do MDA na sua execução (PICOLOTTO, 2011).

Outro elemento de grande relevância neste contexto diz respeito à nova orientação dos debates acadêmicos sobre a ruralidade. Surpreendentemente, a partir da segunda metade da década de 1990, do Século XX, assistiu-se a uma relativa retomada dos estudos agrários e rurais no Brasil, que até então não mereciam significativo interesse dos pesquisadores (SCHNEIDER, 2004).

Dentre os principais trabalhos acadêmicos que têm conferido excelência ao uso da noção de agricultura familiar, podem ser citados: Veiga (1991); Abramovay (1992); a coletânea de comparação internacional coordenada por Lamarche (1993; 1998); os artigos de Kageyama e Bergamasco (1989) e de Wanderley (1996). Os trabalhos procuraram evidenciar a importância socioeconômica da agricultura familiar, bem como sua diversidade e capacidade produtiva, ressaltando que a forma de pequena produção familiar foi a grande responsável pelo significativo desenvolvimento da produção de alimentos no Brasil e em grande parte do mundo desenvolvido (PICOLOTTO, 2011).

Outros dois grupos de trabalhos também contribuíram para o reconhecimento e afirmação da noção de “agricultura familiar” no Brasil. Trata-se dos relatórios do Banco Mundial, “*Brasil, the management of agriculture, rural development and natural*

resources” (Banco Mundial, 1994a; 1994b), e os trabalhos do Projeto UTF/BRA/036/BRA, coordenado por Carlos Henrique Guanzioli (FAO/INCRA, 1994; 1996; 2000). Estes últimos foram resultantes de um convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (GRISA, 2012, p.124).

As contribuições centrais do relatório FAO/INCRA (1994) consistem em classificar os estabelecimentos agropecuários, com base na distinção dos modos: “patronal” e “familiar”. Além disso, definiu a agricultura familiar a partir de três características:

- a gestão da unidade produtiva é realizada por pessoas que mantêm entre si laços de parentesco e casamento;
- a maior parte do trabalho é realizada por membros da família;
- os meios de produção (embora nem sempre a terra) pertencem à família.

O quadro abaixo ilustra as diferenças substantivas entre o modelo patronal de produção agrícola e o modelo familiar:

MODELO PATRONAL	MODELO FAMILIAR
Completa separação entre gestão e trabalho.	Trabalho e gestão intimamente relacionados.
Organização centralizada.	Direção do processo produtivo realizado pelos proprietários e suas famílias.
Ênfase na especialização.	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida.
Predomínio do trabalho assalariado.	Trabalho assalariado como complementação.
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento” ou senso comum.	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Quadro 1: Comparação entre modelo patronal e o modelo de agricultura familiar.

Fonte: FAO/INCRA, 1994.

Seguindo esses critérios, a pesquisa realizada pela FAO/INCRA (1994), estabeleceu ainda uma diferenciação da Agricultura Familiar, fundamentada numa tipologia de produtores, de acordo com o critério da renda familiar – família consolidada, família em transição e família periférica – que se constitui a base da categorização e os delineamentos das normas, objetos e a operacionalização do PRONAF (HERNANDEZ, 2009, P.75).

No entanto, na literatura sobre esta temática, não existe um conceito, uma definição convencionada da agricultura familiar, já que entre os cientistas são encontrados diferentes pontos de vista.

Segundo Altafin (2011), as contribuições para delimitação da agricultura familiar apresentam diversas vertentes, dentre as quais duas se destacam: uma considera a moderna agricultura familiar como uma nova categoria, gerada no período das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas; a outra defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas.

Para o presente trabalho, será endossada a definição formulada por Abramovay (1997):

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tão pouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística em um estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p. 3).

É importante ressaltar que a definição de agricultura familiar adotada pelas Políticas Públicas é amparada na Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006, que define oficialmente a “agricultura familiar” como “categoria profissional” e estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Em seu Artigo 3º, a lei estabelece:

Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASI, 2006).

Com base nos critérios estabelecidos neste novo marco legal, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou o Censo Agropecuário de 2006,

sendo introduzidas pela primeira vez estatísticas específicas e especiais sobre a agricultura familiar brasileira. As tabulações especiais do Censo Agropecuário de 2006, que contaram com a colaboração do MDA, foram reunidas no caderno *Agricultura Familiar: Primeiros Resultados - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação* (IBGE, 2009; PICOLOTTO, 2011).

Os dados obtidos mostraram que a agricultura familiar: é constituída por 4,3 milhões de estabelecimentos rurais (84,4% do total nacional); é responsável por 38% do valor bruto da produção agropecuária, por 74,4% do total das ocupações rurais; responde pela maior parte da produção dos principais alimentos da mesa dos brasileiros (como feijão, mandioca, milho, leite, aves, suínos etc.); ocupa apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos do país (IBGE, 2009; PICOLOTTO, 2011).

Os dados do IBGE apontam ainda que em 2006 a agricultura familiar foi responsável pela produção nacional de: 70% do feijão; 87% da mandioca; 46% do milho; 38% do café; 34% do arroz; 58% do leite; 59% do plantel de suínos; 50% das aves; 30% dos bovinos; 21% do trigo; e ainda soja (16%). O valor médio da produção anual da agricultura familiar foi de R\$ 13,99 mil e o valor bruto da produção é 677 reais por hectare/ano (IBGE, 2009).

Segundo Bianchini (2005), esta evidência é extremamente relevante para definição de políticas, como o PRONAF, que estabelece como objetivo manter as pessoas ocupadas nos estabelecimentos familiares, gerando renda para remunerar estes postos de trabalho, agregando novas atividades agrícolas e não agrícolas, que contribuirão para o desenvolvimento produtivo e do mercado.

O Censo Agropecuário 2006 revela ainda que maior número de estabelecimentos da Agricultura Familiar concentra-se na Região Nordeste, em seguida, na Região Sul, apesar desta ocupar a terceira maior área de produção, juntamente com a Região Sudeste. Os dados revelam ainda que dos 4,3 milhões de estabelecimentos, 3,2 milhões de produtores são proprietários da terra. Isso representa 74,7% dos estabelecimentos com uma área de 87,7% (IBGE, 2009).

Assim, a agricultura familiar, como um modo de fazer agricultura, apresenta-se como uma categoria social chave dos processos de desenvolvimento, seja pela sua eficiência na produção mundial de alimentos, seja em função do que isto representa em termos de promoção de formas mais equitativas de produção e, portanto, de desenvolvimento inclusivo, social e econômico (GRISA, 2010, p.106).

Esta seção procurou contextualizar a Agricultura Familiar, no que se refere a seu conceito, aos debates e pesquisas acadêmicas que contribuíram para sua visibilidade. Conhecer a importância da agricultura familiar na produção de alimentos é reconhecer outras formas de produção como alternativas viáveis, que só foi possível por meio dos debates acadêmicos e pelo fortalecimento dos movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, conforme exposto ao longo da presente pesquisa.

2.2 A consolidação dos movimentos sociais do campo e as questões de gênero

A década de 1980, do Século XX, foi o período mais repleto de movimentos e lutas sociais no Brasil, decorrentes da intensa movimentação social, das mudanças na conjuntura política e econômica e da dimensão dos problemas sociais. O período, que ficou conhecido como “década perdida” em termos econômicos, foi altamente positivo nos aspectos políticos e culturais. Segundo Gohn (1995, p. 123), “a década de 80 foi extremamente rica do ponto de vista das experiências político-sociais”.

De acordo com Bittencourt (2003), com o fim do regime militar, abre-se uma temporada de oxigenação às forças sociais, submetidas a duas décadas de domínio autoritário da modernização conservadora da agricultura. Com o ambiente de abertura política, ocorre uma articulação ampla dos movimentos sociais e entidades de assessoria agrária: nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); reorganiza-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); a Comissão Pastoral da Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1979, é fortalecida pela Igreja; e surgem várias organizações não governamentais (ONG's) em apoio ao “Fórum Nacional pela Reforma Agrária”.

Os movimentos organizados de mulheres também ganham força e significativa expressão nos processos de luta no campo. Datam deste período as primeiras organizações formais com o objetivo de reivindicar o reconhecimento político de um estatuto profissional, bem como outros direitos sociais.

Segundo Oliveira (2007), a participação organizada das mulheres como grupo político na zona rural brasileira iniciou-se na década de 1950, tendo maior organicidade na década de 1960, a partir da constituição das Ligas Camponesas. De acordo com Silva (2008), as Ligas Camponesas tiveram um papel importante ao denunciar as situações de violência que enfrentaram os (as) trabalhadores (as) rurais e ao pautar o debate sobre a

natureza da propriedade e da terra e a necessidade de Reforma Agrária. Ainda segundo a autora “com o surgimento das Ligas Camponesas os (as) trabalhadores (as) rurais assumiram o protagonismo no campo e fundaram sindicatos e outras organizações locais” (SILVA, 2008, p.57). No entanto, com o golpe militar de 1964, houve um rompimento das organizações das trabalhadoras rurais, que só foi ressurgir no cenário nacional na década de 80, com a redemocratização do país e com o movimento pela constituinte.

A participação de mulheres em movimentos sociais no campo toma uma característica singular na década de 80 quando são realizados os primeiros encontros voltados para problemas que lhes são específicos. Tal fato não implica, porém, que a mulher estivesse ausente das lutas travadas por camponeses e trabalhadores rurais em momentos anteriores. No entanto, observa-se, nessa época, uma mudança na qualidade desta participação. Até então, a inserção feminina nos movimentos sociais no campo realizava-se, normalmente, através da participação dos respectivos maridos ou de outros familiares (CARNEIRO, 1994, p.11).

A partir da organização baseada no protagonismo feminino, surgem vários movimentos, na década de 1980: o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), em 1984; o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, em Pernambuco, em 1986; o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP), em 1985; o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), em 1983; o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), em 1985; a Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia (CEM/FETAGRO), em 1985; a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES), em 1986; o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), em 1987; o Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA), em 1987; o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE) e a Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais-Sul, em 1988; e, finalmente, a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR/CUT), em 1990, e outros coletivos de mulheres nos movimentos sociais e sindicatos (JALIL, 2014).

Diante do exposto, é possível dizer que foi na década de 80 que se consolidou o fortalecimento e organização dos movimentos sociais que, segundo Gonh (1995), produziram uma série de novidades nas esferas pública e privada, participando direta ou indiretamente da luta política de um país e contribuindo para o desenvolvimento e transformação da sociedade civil e política.

É importante ressaltar a *IV Conferência Mundial das Mulheres*, realizada em Beijing (1995), foi considerada um marco histórico para o movimento das mulheres, posto que chamou a responsabilidade dos governantes sobre a desigualdade de gênero² e apontou como estratégia a incorporação pelos Estados do princípio *gender mainstreaming* (também conhecido como transversalidade de gênero), que prevê a incorporação da perspectiva de gênero nas organizações e em todas as áreas de políticas públicas, com a finalidade de melhorar as condições de vida e o *status* das mulheres.

A partir dos anos 2000, surgia novo cenário de luta para o movimento de mulheres rurais. De acordo com Siliprandi (2009), as mulheres agricultoras passaram a focalizar novas questões, fazendo exigências para o Estado, para a sociedade, e para os próprios movimentos que questionavam o lugar destinado a elas nesses modelos. Ademais, começavam a desenvolver políticas de alianças próprias e organizavam eventos públicos, mostrando força política (SILIPRANDI, 2009, p. 268).

Neste contexto, as Mulheres Trabalhadoras Rurais passam a se organizar para ações nacionais como a Marcha das Margaridas e o Grito da Terra, ambas as ações vinculadas ao movimento sindical da CONTAG, em parceria com alguns movimentos de mulheres em movimentos feministas. Tais lutas evidenciam a construção de novas maneiras de fazer política e o questionamento dos espaços públicos, que, por meio da proposição de novas relações sociais, vão sendo reinventados.

2.2.1 “Marcha das Margaridas”: uma estratégia da mulher do campo

A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta, que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres.

Segundo Silva (2008), a "Marcha" tem esse nome em homenagem à dirigente sindical Margarida Alves (1943-1983), grande símbolo da luta das mulheres por terra, trabalho, igualdade, justiça e dignidade. Essa dirigente destacou-se por ter rompido com padrões tradicionais de gênero ao ocupar por 12 anos a presidência do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Sua trajetória

² O conceito de “gênero” abrange mais do que a diferença macho e fêmea ou mulher e homem. “É uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres”. É uma primeira maneira de dar significação às relações de poder, ou seja, o gênero é um primeiro campo, mas não o único, no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado (SCOTT, 1995, p.88).

sindical foi marcada pela luta contra a exploração, pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, contra o analfabetismo e pela reforma agrária.

Margarida Alves foi brutalmente assassinada, com um tiro no rosto, pelos usineiros da Paraíba, em 12 de agosto de 1983.

A denominação “Marcha das Margaridas” foi uma forma de tornar pública a situação de desigualdade nas quais vivem as trabalhadoras rurais, evidenciando as diversas formas de violências enfrentadas por elas e destacando a situação de pobreza na qual vive a maioria das mulheres (SILVA, 2008, p.88).

A sua estrutura organizacional é formada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pelas 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAG's) e pelos mais de 4 mil Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR's), e por várias organizações de mulheres parceiras.

A primeira marcha, realizada nos anos 2000, com a participação de 20 mil mulheres, teve como lema “*2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista*”. Seus eixos de discussão incluem temas como a terra, o trabalho, os direitos sociais, a autodeterminação e a soberania, afirmados na Marcha Mundial, tendo como uma de suas principais propostas a criação de mecanismos que assegurem o acesso das mulheres às linhas de crédito e financiamento especial do PRONAF. O financiamento tem por finalidade incrementar as atividades agrícolas e não agrícolas, associadas à produção em regime de economia familiar – a exemplo da agroindústria –, bem como a produção artesanal e o turismo rural (SILVA, 2008).

De acordo com o documento-base da Marcha das Margaridas 2000, as trabalhadoras rurais enfrentavam uma situação diferenciada e desigual, que representava um entrave para combater a pobreza e para alcançar a qualidade de vida.

Em sua segunda edição, em 2003, com o lema “*2003 razões para marchar por reforma agrária, acesso à água, saúde, salário digno e contra a violência sexista*”, a Marcha contou com a presença de 40 mil mulheres de todos os estados brasileiros.

A terceira marcha, ocorrida em 2007, cujo lema era “*2007 razões para marchar por terra, água e agroecologia; valorização do salário mínimo; soberania e segurança alimentar; trabalho, renda e economia solidária; garantia de emprego e condições de trabalho das assalariadas; saúde pública, direitos previdenciários e educação do campo*”, teve temas e pautas de discussão atualizados, em função da conjuntura e cenário econômico e político da sociedade brasileira, e participação de aproximadamente 50 mil mulheres (SILVA, 2008).

Em 2011, foi realizada a quarta edição da Marcha, com o lema “*2011 razões para marchar por: desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade*”, discutida a partir de sete eixos: Biodiversidade e Democratização dos Recursos Naturais; Terra, Água e Agroecologia; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Autonomia Econômica, Trabalho e Renda; Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência; Saúde e Direitos Reprodutivos; Democracia, Poder e Participação Política. Nesta Marcha, registrou-se a participação de 100 mil mulheres.

Em 12 de agosto, de 2015, foi realizada, em Brasília (DF), a 5ª Marcha das Margaridas, com o tema *Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade*. De acordo com a Coordenadora da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Alaíde Bagatto, Minas Gerais se fez presente, na marcha das Margaridas 2015, como uma das maiores delegações do país, com cerca de três mil mulheres que caminharam contra as desigualdades sociais. Com o objetivo de denunciar todas as formas de violência, elas ainda apresentaram proposições para avançar rumo à construção da democracia e da igualdade para mulheres (CONTAG, 2016).

A partir do contexto delineado, ressalte-se que o Norte de Minas conta com a força e a luta da mulher, que se estrutura na Associação do Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte de Minas (ACMONM). Criada em 2010, a associação tem como objetivo organizar as mulheres das comunidades rurais para que, juntas, possam lutar pelos seus direitos. A participação na Marcha das Mulheres, por exemplo, é uma das ferramentas de que dispõe o Coletivo para implementar estratégias de articulação, participação e discussão sobre as políticas públicas específicas para as mulheres rurais. A Associação é formada por mulheres dos Territórios da Cidadania da Serra Geral e Alto do Rio Pardo e da microrregião de Montes Claros.

Desde 2010 já foram realizadas cinco marchas no Norte de Minas. A V Marcha aconteceu em 2015, no município de Varzelândia, e teve, entre as suas reivindicações, o aumento do crédito para as mulheres e a desburocratização do PRONAF, que, segundo as agricultoras, “ainda é inacessível para a maioria das agricultoras”.

As mulheres já alcançaram importantes conquistas como resultados das mobilizações, a exemplo da reativação dos conselhos municipais e a criação de uma unidade móvel, destinada ao atendimento da mulher vítima de violência (FETAEMG, 2013).

O exposto nos permite afirmar que a Marcha das Margaridas e a Marcha das Mulheres do Norte de Minas – como referência de mobilizações encetadas por mulheres – podem servir como o registro e testemunho das lutas das mulheres para combaterem sua exclusão dos projetos governamentais de desenvolvimento, ao longo de quase toda a história do País, e conseguirem um espaço próprio na economia e na sociedade.

Como apontado anteriormente, um dos pontos centrais da pauta de 2000 foi a efetiva participação da mulher nas políticas agrícolas, reivindicação esta que foi atendida em 2003 e que culminou na criação de uma linha de ação no Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), denominada PRONAF Mulher – um marco inicial da nova trajetória de políticas públicas para a agricultura familiar. Nesse aspecto, consideramos relevante sintetizar, neste estudo, o contexto do surgimento dessa importante política pública para o campo.

2.3 O desenvolvimento da Política de Crédito Rural no Brasil e a agricultura familiar: a criação do PRONAF

Os meados da década de 1960 são apontados, pelos estudiosos do mundo rural da economia brasileira, como o período que marcou o início de um novo modelo econômico brasileiro, em lugar do chamado modelo de substituição de importações, que deu lugar à modernização do setor agrário e à formação do Complexo Agroindustrial.

Esse novo modelo econômico reflete-se em mudanças no conjunto da sociedade, com crescimento rápido da urbanização e do comércio exterior agrícola; mudança de base técnica de produção rural e o estabelecimento simultâneo de um sistema nacional de crédito rural, que apoiou e potencializou a realização desse projeto o qual, com muita propriedade, recebeu a denominação de “modernização conservadora” (DELGADO, 1984, p.8).

Nesse período de modernização da agricultura houve a necessidade de se criar condições para que a agricultura pudesse ser integrada a essa nova dinâmica de desenvolvimento do país. E o instrumento para tal foi o crédito rural, a partir da institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, consolidado pela Lei nº 4.289. De acordo com Leite (2001, p.129),

É consenso na literatura especializada no processo de modernização agropecuária nacional que a política de crédito rural, operacionalizada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) implantado em 1965, cumpriu

papel determinante na transformação da base técnica dos estabelecimentos agrícolas, no aumento da produtividade do setor, na consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares e na integração dos capitais agrários à órbita de valorização do capital financeiro. Ao privilegiar produtores (sobretudo grandes), regiões (Centro-Sul do país) e produtos (exportáveis), o SNCR marcou significativamente, pelo volume de recursos alocados, a conjuntura setorial do final dos anos 60, de toda a década de 70 e de parte dos anos 80.

O SNCR tinha como finalidade fornecer crédito para investimento, custeio e comercialização da produção rural. O crédito de custeio relaciona-se à necessidade de capital de giro para as atividades agrícolas. O crédito de investimento, aos recursos inerentes à construção das instalações e à compra dos equipamentos necessários. O crédito de comercialização relaciona-se à política de preços mínimos.

Segundo Bittencourt (2003), na década de 1970, os recursos para o crédito rural, canalizados via “Conta Movimento” do Banco do Brasil (BB), eram fartos e originavam-se basicamente do Tesouro Nacional (TN). Os subsídios se concretizavam na diferença entre as taxas de juros cobradas nos empréstimos e as taxas médias de inflação. O auge deste processo foram os anos de 1979 e 1980, quando mais de R\$ 60 bilhões (em valores de 2002) ou US\$ 20 bilhões (em valores de 1997) foram efetivados em mais de 3 milhões de contratos, atendendo cerca de 1,5 milhões de agricultores.

Nesse ápice de modernização, Bittencourt (2003) sinaliza para uma reflexão importante: privilegiar os pequenos agricultores e reduzir a pobreza rural não fazia parte dos objetivos centrais da política agrícola brasileira, diferente de outros países onde os principais objetivos do crédito subsidiado eram reduzir a pobreza, fornecer crédito barato aos pequenos agricultores e ampliar a produção agropecuária (BITTENCOURT, 2003, p.9).

A consequência dessa prática resultou na criação de uma estrutura de produção agrícola dicotômica no Brasil, explicada por Alves (1991, p.21) da seguinte maneira: o acesso ao crédito era dado às grandes propriedades, que produziam determinadas culturas e produtos, utilizando determinadas práticas impostas pelo pacote tecnológico prescrito no crédito. Assim, seriam estes produtores que, preferencialmente, teriam acesso à pesquisa, à tecnologia e à assistência técnica para produzirem produtos, destinados à exportação ou que seriam insumos para a agroindústria.

Na outra ponta, estavam as pequenas propriedades e os produtores menos capitalizados, que ocupariam as terras menos férteis, utilizando-se de práticas tradicionais e mão de obra familiar. Seriam nestas unidades produtivas que se

concentraria a produção de produtos destinados ao consumo dos trabalhadores urbanos, e por esse motivo, seriam pior remunerados.

Portanto, é possível dizer que essa política de modernização do campo culminou em graves consequências sociais e ambientais para a sociedade brasileira, posto que realçasse as diferenças existentes entre os produtores patronais e os familiares, pela apresentação de uma única via de financiamento, independentemente das condições econômicas e de trabalho.

Tal política concentrou a renda no setor ruralista, já que, em razão dos mecanismos operacionais do SNCR, apenas uma parcela pequena de produtores teve condições de ter acesso aos subsídios. Esse processo deu-se de modo desigual, pois grande parte dos agricultores ficou excluída e não conseguiu adaptar-se ao padrão tecnológico que lhes fora imposto.

Este contexto foi modificado na década de 1990, com o fortalecimento dos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, com fortes reivindicações para a implementação de políticas públicas específicas para os agricultores familiares.

No início dos anos 1990 as organizações de trabalhadores rurais passaram a organizar anualmente uma “Jornada Nacional de Lutas”, mais tarde denominadas Grito da Terra Brasil. No âmbito dessas manifestações a reivindicação de política agrícola diferenciada concretizava-se nas propostas de destinação de 50% dos recursos do crédito rural aos pequenos produtores e suas associações e cooperativas, com adoção da “equivalência produto” (BITTENCOURT, 2003, p.101).

Depois de muita pressão dos agricultores familiares, em inúmeras mobilizações sociais, realizadas desde 1992, por diversos movimentos sociais, com destaque para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e para o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR-CUT), foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que operava basicamente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES):

Entre 1992 e 1996, apesar das pautas de reivindicações incluírem assistência técnica, infraestrutura, meio ambiente e tecnologia, durante as negociações estes temas acabavam colocados em segundo plano. O ponto central era a demanda por crédito rural diferenciado e os argumentos utilizados pelas lideranças sindicais na época eram: “*não podemos discutir assistência técnica se não tivermos créditos para produzir*”; “*não podemos discutir alternativas de diversificação se não tivermos crédito*”; “*o meio ambiente é importante, mas precisamos ter renda para discutir a sua preservação*”. O crédito era, portanto, o foco central para a grande maioria das mobilizações dos agricultores (BITTENCOURT, 2003, p. 108).

Dessa forma, em 1995, fruto das mobilizações dos agricultores familiares no *II Grito da Terra Brasil*, o crédito assumiu posição central nas discussões que acabaram levando à criação do PRONAF, por meio da Resolução n°. 2.191, de 24 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional, substituindo o PROVAP (BRASIL, 1995).

No ano de 1996, o PRONAF deixa de ser uma linha de crédito, adquirindo um estatuto de programa governamental, regulamentado por meio do Decreto Lei n°. 1946, de 28 de junho de 1996, o qual foi posteriormente alterado pelo Decreto n° 3991, de 30 de outubro de 2001, firmando-se como a principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares.

De acordo com Abramovay (2005, p.56), o PRONAF é “uma exceção inovadora e indica um caminho para que a distribuição de ativos (no caso, o crédito) seja uma das bases do processo de crescimento econômico”. Assim, ao constituir o PRONAF, o Estado legitimou a agricultura familiar, como uma nova categoria social, e reconheceu a sua importância econômica e social no contexto brasileiro.

A criação do PRONAF, em 1996, inaugurou um marco histórico de políticas públicas de apoio à agricultura familiar. Segundo Teixeira (2003), as políticas públicas tornaram-se um valioso instrumento de viabilização (leis, programas, linhas de financiamentos) de ações que normalmente se utilizam de aplicações de recursos públicos, tendo como objetivo atender a demandas, em sua maioria, dos setores colocados à margem da sociedade.

O programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar, contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos (SAF/MDA, 2002a).

O PRONAF, apesar de ser um programa específico para a agricultura familiar, faz parte do SNCR e, portanto, traz todos os seus problemas e limitações,

principalmente em relação às fontes de recursos e aos custos bancários para a sua operacionalização.

Os recursos utilizados no PRONAF são provenientes de fontes diversas, de origem pública e privada, operados por instituições distintas e contando com processos decisórios próprios para sua alocação. O desembolso efetivo de cada uma das fontes foi bastante variável desde a criação do programa, revelando, em alguns casos, uma relação de substituição entre elas e, em outros, uma dinâmica autônoma. Os dados mais recentes revelam uma dependência acentuada dos recursos oriundos da poupança rural. As fontes de recursos do PRONAF são: o FAT; Fundos Constitucionais (FNE, FCO e FNO); recursos próprios dos bancos cooperativos; recursos de Operações Oficiais de Crédito do OGU; e os recursos obrigatórios (MCR 6.2) (BITTENCOURT, 2003, p.117; CONTI et al, 2011, p.149).

O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país. O PRONAF pode ser usado para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.

As condições de acesso ao crédito do PRONAF, as formas de pagamento e as taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas, anualmente, a cada Plano Safra³ da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho (BRASIL, 2014).

Para que o agricultor familiar tenha acesso ao programa, deve procurar por agente técnico, credenciado pela SAF/MDA, que identifica o agricultor e suas formas organizativas (associações, cooperativas). É fornecida a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) para a unidade familiar de produção como um todo, englobando todos os membros da família que habitam a mesma residência e/ou exploram as mesmas áreas. A DAP irá comprovar se a pessoa que terá acesso ao PRONAF é, de fato, um trabalhador inserido na agricultura familiar, evitando, assim, que pessoas que não se enquadram aos pré-requisitos do programa recebam o referido recurso (BRASIL, 2014).

³ Plano de safra é a denominação que se dá ao Plano Agrícola e Pecuário, anunciada anualmente pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no qual são definidos o volume de crédito e as políticas agrícolas para o ano agrícola seguinte (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA).

De acordo com o Manual de Crédito Rural, são beneficiários do PRONAF, os agricultores e pequenos produtores rurais familiares que comprovem seu enquadramento no programa, por meio da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ativa, observado o que segue (RES. 4.339, ART. 2º):

- a) explorar parte da terra, na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou permissionário de áreas públicas;
- b) residir no estabelecimento ou em local próximo;
- c) não possuir área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, exceto quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração por proprietário não ultrapasse os 4 (quatro) módulos fiscais;
- d) que, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, observado ainda o disposto na alínea "h";
- e) que o trabalho familiar tenha predominância no estabelecimento, podendo empregar mão de obra de terceiros, no entanto, a quantidade de empregados não pode ser superior ao número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar;
- f) que tenha obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), incluindo toda a soma do valor bruto de produção e do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele – recebida por qualquer componente familiar – excluindo dessa soma os benefícios sociais e proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;
- g) o disposto na alínea "c" não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais;
- h) caso a renda bruta anual proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento seja superior a R\$1.000,00 (hum mil reais), admite-se, exclusivamente para efeito do cálculo da renda bruta anual utilizada para o cálculo do percentual de que trata a alínea "d" deste item, a exclusão de até R\$10.000,00 (dez mil reais) da renda anual proveniente de atividades desenvolvidas por membros da família fora do estabelecimento.

São também beneficiários desse programa os Pescadores Artesanais, os aqüicultores (produção de organismos com hábitat predominantemente aquático, em cativeiro, em qualquer um de seus estágios de desenvolvimento), os silvicultores (produtores de eucaliptos ou de outras monoculturas de madeireiras), os extrativistas, os integrantes das Comunidades Quilombolas, os povos indígenas, os povos e as comunidades tradicionais (BRASIL, 2014).

Uma vez definidos como beneficiários do PRONAF, os agricultores familiares podem ser enquadrados em grupos e linhas especiais do Programa, mediante apresentação de DAP ativa, conforme as seguintes condições, exemplificadas a seguir (BRASIL, 2014):

- a) Grupo A: Agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e reassentados em função da construção de barragens, produtores rurais familiares adimplentes (Participantes do Programa de Recuperação de Assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou do Programa de Crédito Fundiário da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
- b) Grupo "A/C": assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF, que: (Res 4.107)I - tenham contratado a primeira operação no Grupo "A";II - não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo "A/C".
- c) Grupo "B": beneficiários cuja renda bruta familiar anual, de que trata a alínea "P" do item 1, não seja superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais), e que não contratem trabalho assalariado permanente; (Res 4.253 art 1º)
- d) Grupo Renda Variável (PRONAF - Comum): Agricultores familiares com renda bruta anual até R\$ 360.000,00;
- e) PRONAF Agroindústria: Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B, Renda Variável (PRONAF - Comum) e suas cooperativas e associações;
- f) PRONAF Mulher: Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos grupos A, A/C ou B independentemente de sua condição civil e Renda Variável (PRONAF- Comum);
- g) PRONAF Jovem: Jovens produtores rurais e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, pertencentes a famílias enquadradas nos Grupos A, A/C, B e Renda Variável, que atendam as condições previstas no Manual de Crédito Rural.
- h) PRONAF Mais Alimentos:Agricultores familiares detentores de DAP ativa do grupo Renda Variável (grupo V), ou dos extintos grupos C, D ou E.

Estudos apontam que o PRONAF passou por inúmeras mudanças e aperfeiçoamentos desde o início da sua elaboração e institucionalização, nos anos de 1995 e 1996, mas mantém como eixo de atuação principal a concessão de crédito rural subsidiado à agricultura familiar.

Em 1996, os contratos de custeio do PRONAF não atingiram sequer 10% do universo total de agricultores familiares do país e a distribuição dos créditos estava intensamente marcada por uma tríplice concentração. Em primeiro lugar, eram beneficiados os mais prósperos agricultores familiares, aqueles de maior renda. Em segundo, os bancos tendiam a privilegiar agricultores familiares que trabalhavam com mercados mais dinâmicos, mais estáveis, e beneficiavam, preferencialmente, os agricultores integrados à agroindústria. Em relação à concentração regional, em 1997, a maior parte dos créditos foi distribuída aos três Estados do Sul (Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná), onde a agricultura familiar é mais organizada e tem melhor integração aos mercados (ABRAMOVAY, 2005).

Essa situação causou uma resistência contra os procedimentos PRONAF, levando o governo a reverter essa situação, como pode ser observado na citação de Abramovay (2005):

Em 1998, a visita do papa João Paulo II ao Brasil foi marcada por uma greve de fome de agricultores familiares da Região Sul, que reivindicavam acesso ao PRONAF. Criou-se uma nova linha de crédito no interior do PRONAF voltada a agricultores bem próximos da linha de pobreza, ou seja, em média, um terço do nível de renda bruta dos primeiros beneficiários do Programa. Os agricultores mais pobres beneficiavam-se de subsídios nas taxas de juros maiores e tinham de reembolsar só 80% do empréstimo (ABRAMOVAY, 2005, p.10).

Ainda assim, os agricultores dos Estados mais pobres do Brasil continuaram excluídos do Programa. Para enfrentar essa situação, foi criado um novo grupo, cujo faturamento anual não deveria ultrapassar R\$ 1,5 mil. Nesse caso, realmente se atingia, em princípio, segmentos que viviam muitas vezes abaixo da linha de pobreza e para os quais a renda gerada no estabelecimento agropecuário só poderia representar parte minoritária de seus meios de vida (ABRAMOVAY, 2005).

A partir de 1999, com o início do segundo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o PRONAF passou por novas reformulações. Institucionalmente, o programa deixou de fazer parte do Ministério da Agricultura, onde estava vinculado à então Secretaria de Desenvolvimento Rural, passando a ser incorporado pelo recém-criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). No âmbito desse Ministério foi criada a Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), a qual passou a definir e gerenciar a modalidade do PRONAF infra estrutura e serviços municipais (PICOLOTTO, 2011).

Em menos de 15 anos, o PRONAF foi implementado em todas as grandes regiões e unidades da federação, encontrando-se presente, atualmente, em praticamente todos os municípios do país. Este movimento de consolidação do programa pode ser observado em duas direções: por um lado, nota-se um movimento consistente de crescimento do volume de recursos disponibilizados, especialmente a partir da safra 2002/2003 e, por outro, o número de agricultores atingidos por esta modalidade de política pública cresceu a patamares nunca vistos anteriormente (MATTEI, 2014).

Do ponto de vista do apoio direto ao sistema familiar de produção, o Estado brasileiro passou a investir mais recursos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), inclusive aumentando sua área de cobertura, diversificando o público beneficiado e criando novas linhas temáticas de crédito.

Rapidamente, o número de agricultores familiares beneficiados aumentou para aproximadamente dois milhões de famílias (BRASIL, 2015).

Nas três primeiras safras do governo da Presidenta Dilma Rousseff, os recursos aplicados no PRONAF representaram o dobro de tudo o que foi executado, entre 1994 e 2002, em nove safras. E, pela primeira vez na história do crédito para a agricultura familiar, nas safras de 2012/2013 e 2013/2014, o valor contratado pelos agricultores familiares foi maior do que o disponibilizado inicialmente (BRASIL, 2015).

Entre as diversas reformulações legais que afetaram o programa foram criadas as seguintes modalidades na safra 2003/2004: PRONAF Alimentos, com o objetivo de estimular a produção de cinco alimentos básicos (arroz, feijão milho, mandioca e trigo); PRONAF Pesca, com o objetivo de apoiar os pescadores artesanais; PRONAF Agroecologia, com o objetivo de apoiar a produção agropecuária que não utiliza produtos químicos, bem como os agricultores que se encontram em transição para este tipo de produção; PRONAF Turismo Rural, com o objetivo de apoiar a implantação de atividades turísticas nas propriedades rurais; PRONAF Jovem Rural; PRONAF Semiárido; PRONAF Máquinas e equipamentos; e o PRONAF Mulher.

No sentido de ampliar o acesso ao crédito, uma das principais reivindicações dos movimentos de mulheres, na Marcha das Margaridas, era a criação de um crédito especificamente voltado para as mulheres rurais. E tal reivindicação foi atendida, com a criação do PRONAF Mulher: uma linha de crédito destinada a mulheres agricultoras que fazem parte de famílias envolvidas na produção agrícola e recebem recursos do PRONAF. Essa linha de crédito tem como objetivo aumentar a capacidade produtiva das mulheres e melhorar sua qualidade de vida, ampliando o exercício de sua cidadania, a partir da ampliação de sua autonomia, com participação econômica e política, no contexto familiar e social (MDA/NEAD, 2005).

2.3.1 “PRONAF Mulher”: uma “conquista” para as mulheres rurais

O PRONAF Mulher foi criado com a Portaria nº121, de 22 de maio de 2001, com o objetivo de facilitar o acesso das mulheres agricultoras rurais aos recursos do PRONAF.

Essa Portaria, contudo, não alterou a realidade do acesso das agricultoras ao crédito, uma vez que a medida não foi acompanhada de nenhuma estratégia para garantir a sua efetivação. Novas medidas, então, passaram a ser estudadas para garantir

o acesso da mulher ao crédito. Para tanto, o PRONAF passou por várias alterações que se consolidaram, na safra 2003-2004 (CIRANDAS DO PRONAF PARA MULHERES, 2005).

O Programa foi integrando às políticas de ações afirmativas do MDA por meio do Programa de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PIGRE), hoje PPIGRE, com o objetivo de dar acesso ao crédito às mulheres da pequena produção rural, visando a estimular sua maior participação na produção remunerada.

Essa nova linha é considerada um avanço em termos de conquistas para as mulheres rurais, que podem, potencialmente, ter acesso a essa linha de crédito para os mais diversificados fins, tais como: financiamentos de hortas, roçados e criação de animais; produção de alimentos processados como queijos, biscoitos, geleias etc.; e geração de renda para as mulheres rurais.

O acesso da mulher ao crédito e a própria incorporação do sexo no formulário de declaração junto ao banco para obtenção do crédito são valores que extrapolam a alçada meramente econômica, posto que significam, também, o reconhecimento da participação das mulheres nas atividades econômicas agrícolas por parte das políticas públicas (HEREDIA e CINTRÃO, 2006, p. 20).

O PRONAF Mulher tem como pressupostos: a) construir estratégias de acesso das mulheres e jovens trabalhadoras ao PRONAF; b) desburocratizar e garantir o acesso das mulheres e jovens ao PRONAF e aos fundos constitucionais, para atender atividades agrícolas e não agrícolas, assegurando carência e prazos de pagamento diferenciados para as mulheres trabalhadoras rurais (HERNÁNDEZ, 2009).

O PRONAF é um programa flexível, uma vez que desde a sua implantação vem implementando mudanças que permitem alterar o seu desempenho, visando maior eficácia e abrangência, a exemplo das variações nos seus limites de financiamento e juros, como demonstrados no Quadro 2.

PRONAF – INVESTIMENTO (GRUPO: RENDA VARIÁVEL)						
LIMITE DE OPERAÇÃO	SAFRA 2010/2011	SAFRA 2011/2012	SAFRA 2012/2103	SAFRA 2013/2014	SAFRA 2014/2015	SAFRA 2015/2016
Até R\$10 mil	1,5% a.a	1% a.a	1% a.a	1% a.a	1% a.a	2,5% a.a
Acima de R\$10 mil até R\$30 mil						4,5% a.a
Acima de R\$10 mil até R\$ 50 mil	2 % a.a	2 % a.a				
Acima de R\$10 mil até R\$130 mil			2 % a.a			
Acima de R\$10 mil até R\$150 mil				2 % a.a	2 % a.a	
Acima de R\$30mil até R\$ 150 mil						5,5% a.a

Quadro 2: Limites de financiamento e taxa de juros - (Safra 2010/2011 a 2014/2015)

Fonte: Adaptado de MDA (2015).

De acordo com o Manual de Crédito Rural, os financiamentos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Mulheres (PRONAF Mulher) sujeitam-se às seguintes condições especiais:

- 1) obter a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), documento que informa aos bancos que a mulher, individualmente ou de forma conjunta com sua família, pode acessar as linhas de crédito do PRONAF.
- 2) fazer um projeto tecnicamente viável, com o apoio de órgãos públicos, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), de Organizações não Governamentais (ONG's) ou movimento sociais de mulheres. Os agentes destes diferentes órgãos deverão estar capacitados para contribuir na elaboração da proposta, responder a questões administrativas (grupos de enquadramento, condições de crédito, prazos de pagamento, etc.), como também ajudar na definição da maneira como será executada a assistência técnica, uma vez recebido o crédito.
- 3) as beneficiárias são mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas nos grupos A, A/C ou B independentemente de sua condição civil e no grupo Renda Variável. Os critérios para que as mulheres

estejam enquadradas nos diferentes grupos já foram apresentados neste trabalho na seção que trata do PRONAF.

2.3.2 Avanços e desafios do PRONAF Mulher

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a participação das mulheres do campo na renda familiar (42,4%) é maior do que a das mulheres que vivem na cidade (40,7%). O Nordeste é a região onde a colaboração monetária das mulheres rurais é maior (51%) (BRASIL, 2015).

Só no primeiro trimestre da safra 2014/2015, cerca de 160 mil mulheres do país acessaram o PRONAF. As agricultoras familiares requisitaram, na safra atual, R\$ 1,13 bilhão, número 33,73% maior que os R\$ 851 milhões solicitados nos três primeiros meses da última safra. Em relação ao mesmo período, o número de contratos entre as mulheres cresceu 13,25% (BRASIL, 2015).

Segundo o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Laudemir Müller, as mulheres estão se apropriando do programa para ampliar a produção. “Nós tínhamos um cenário onde poucas mulheres contratavam o crédito, embora houvesse uma necessidade grande. Nós estamos rompendo barreiras. Não é que as mulheres estão passando a produzir, mas, sim, aumentando a produtividade” (BRASIL, 2015).

Os dados apresentados revelam um avanço da condição da mulher do campo em relação ao seu acesso ao crédito rural, corroborando a tese de que a mulher desempenha uma importante função na agricultura familiar, ainda que o seu trabalho seja pouco reconhecido. O trabalho feminino é, em termos gerais, considerado tarefa doméstica, ou apenas uma ajuda nas atividades do “chefe da família”, mesmo que esse trabalho seja decisivo para manutenção da unidade familiar (CIRANDAS DO PRONAF PARA MULHERES, 2005).

Zorzi (2008), ao avaliar a contribuição do PRONAF Mulher para afirmação da autonomia das agricultoras do município de Ijuí, localizado no Rio Grande do Sul, concluiu que o processo de construção da condição de agente, implicados no acesso ao PRONAF Mulher, ao mesmo tempo em que apresenta resultados positivos, a partir da possibilidade das agricultoras terem acesso ao crédito e assumirem uma atividade que gera renda própria, apresenta implicações, visto que a renda gerada pela comercialização dos produtos não se constitui como fonte de renda principal, nem da propriedade e nem da família.

Apesar de as agricultoras assumirem, a partir de então, grande parte dos gastos com o consumo familiar, as atividades das mulheres são consideradas menos importantes em relação às atividades dos homens. Em decorrência de tal distorção, ocorrem as demais implicações: por um lado, o aumento da jornada de trabalho das agricultoras, e, por outro lado, a manutenção da divisão sexual do trabalho, impossibilitando a ruptura, nesse momento, da tradicional dicotomia entre a “esfera produtiva” e a “esfera doméstica” (ZORZI, 2008, p.118).

Hernández (2009), citando Romano e Buarque (2001), relacionou alguns problemas de ordem burocrática e operacional, que derivam de serviços prestados tanto pelos agentes financeiros quanto pela agência de assistência técnica. Esses problemas são decorrentes da atuação dos bancos, uma vez que a lógica desses sistemas financeiros é voltada para o atendimento de grandes empreendedores.

Os mesmos autores afirmam que o processo burocrático financeiro, os projetos e as estratégias de assistência técnica são direcionados conforme uma lógica de empreendedorismo, que, não necessariamente, responde aos interesses dos agricultores familiares. Esse aspecto se reflete na baixa qualidade dos projetos, bem como nos efeitos negativos pela ausência da capacitação dos proponentes e das restrições no acompanhamento do andamento dos empreendimentos. Ainda segundo os autores muitas vezes a liberação dos recursos é viabilizada em descompasso com as necessidades do calendário agrícola.

Hernandez (2009) considera a ocorrência de entrave em relação ao acesso das mulheres rurais ao PRONAF Mulher, relacionado à ação dos agentes envolvidos na assistência técnica e extensão rural, uma vez que nem sempre estes profissionais são sensibilizados com as questões de gênero, atuando mais como fatores de permanência que de transformação social.

Mesmo diante dos limites e dificuldades apresentadas em relação ao PRONAF Mulher, os estudiosos apontam que sua criação é considerada um avanço e uma grande conquista para as mulheres rurais.

Para Abramovay (1999, pág. 11), o trabalho rural possui baixo custo de oportunidade, o que permite que projetos modestos possam elevar o nível de vida de populações que vivem em condições de miséria absoluta.

Neste sentido, torna-se relevante investigar as repercussões do PRONAF Mulher sobre as condições de vida das mulheres rurais que tiveram acesso ao crédito. As condições de vida estão indubitavelmente atreladas à qualidade de vida. Sob esta baliza,

o próximo tópico deste trabalho apresenta, a seguir, breve reflexão sobre as condições de vida como constituinte da qualidade de vida.

2.4 Condições de vida como constituinte da qualidade de vida

A qualidade de vida relaciona-se ao modo como as pessoas vivem, sentem e compreendem seu cotidiano, envolvendo desde aspectos como saúde, educação, transporte moradia, trabalho até sua participação nas decisões que lhes dizem respeito. O modo de vida é representado pelas condições de vida e pelo estilo de vida dos sujeitos.

Para analisar os níveis de qualidade de vida de grupos ou sujeitos é preciso, sempre, considerar as variáveis de condição, modo e estilo de vida que o cercam. O estilo de vida é caracterizado como os hábitos aprendidos e adotados durante toda a vida, relacionados com a realidade familiar, ambiental e social, resultando da integração de diversos fatores que compõem a existência humana.

O modo de vida, entendido como a garantia das necessidades de subsistência do indivíduo, origina-se de sua condição econômica e, em parte, de políticas públicas. Por sua vez, as condições de vida, vistas como determinantes político-organizacionais da sociedade como um todo, norteiam a relação entre os grupos de sujeitos e as variantes de saneamento, transporte, habitação, alimentação, educação, cuidados à saúde, entre outros (GONÇALVES et al, 2004; ALMEIDA et al, 2012).

Em termos históricos, a expressão Qualidade de Vida foi utilizada, pela primeira vez, no ano de 1920, por Arthur Cecil Pigou (1877 – 1959), no livro *The Economics of Welfare* (1920). Na obra, Pigou privilegiou temas concernentes à economia e ao bem-estar, associando as políticas públicas e governamentais às classes menos favorecidas e os pertinentes impactos relativos ao montante do orçamento do Estado.

Em 1964, a expressão foi utilizada pelo então Presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, que declarou: “[...] os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas” (Versão em português de Instrumentos de Avaliação de Qualidade de Vida - WHOQOL, 1998).

Após a segunda guerra mundial, o termo qualidade de vida passou a ser utilizado como o conceito de “boa vida”, para referir-se à conquista de bens materiais, como

possuir casa própria, aparelhos eletrônicos, carro etc. Com o passar dos anos o conceito ampliou-se, significando, além de crescimento econômico, o desenvolvimento social como educação, saúde, lazer etc.

Neste campo, destacam-se diferentes concepções e tendências de pesquisas sobre qualidade de vida. A visão Aristotélica de qualidade de vida, por exemplo, considera que a boa vida seria a vida mais desejável; a vida de acordo com a mais alta das virtudes, contemplando o desenvolvimento humano, o bem estar psicológico, a felicidade com a vida ou a alegria de viver, bem como o preenchimento ou satisfação das necessidades. (PASCHOAL 2001).

Segundo Maslow (1943), psicólogo americano que desenvolveu uma teoria sobre as necessidades do homem, existem necessidades básicas que movem os seres humanos. De acordo com ele, as necessidades humanas estão organizadas em uma hierarquia de valor ou urgência, em que as manifestações das necessidades consideradas de nível mais baixo devem ser satisfeitas antes das necessidades de nível mais alto. Assim, o surgimento de novas necessidades está relacionado ao grau de satisfação ou insatisfação de necessidades hierarquicamente mais baixas, existindo, assim, níveis de necessidades que se colocam em níveis de hierarquia preponderantes, formando uma pirâmide. Nesta pirâmide, o nível um representa a mais básica necessidade e o nível cinco a última na cadeia, conforme explicitado a seguir: a) Necessidades Fisiológicas: comer, beber, dormir etc; b) Necessidades de Segurança: casa, trabalho, vestimentas etc; c) Necessidades Sociais: amizade, aceitação social etc; d) Necessidades de Status e Autoestima: reconhecimento, respeito etc; e) Necessidade de Autorrealização: fazer o melhor possível com suas habilidades.



Figura 1: Hierarquia das necessidades de Maslow

Fonte: Adaptado de Maslow (1943)

A hierarquia de necessidades, proposta por Maslow, permite-nos refletir que satisfazer a fome, sede, sono, ter casa, emprego, saúde, não depende somente do indivíduo. São necessidades que demandam investimentos do poder público, através de políticas públicas, no local onde o indivíduo está inserido, com o intuito de contribuir para que este tenha melhores condições de satisfazer suas necessidades básicas e de ascender para os demais níveis de necessidades até a autorrealização.

Uma importante colaboração para as discussões acerca da qualidade de vida foi dada por Sen (2010) que, a partir da discussão de desenvolvimento, insere a noção de qualidade de vida, baseada nas capacidades. Para ele, a qualidade de vida pode ser definida a partir de dois conceitos: capacitação (combinações possíveis de coisas que uma pessoa está apta a fazer ou ser); e, funcionalidades (as várias coisas que uma pessoa faz ou é).

Assim, a qualidade de vida pode ser avaliada em termos de capacitação para conseguir funcionalidades, desde as mais elementares (nutrir-se adequadamente, ter saúde, abrigo etc.) até as que envolvem graus maiores de necessidades (autorrespeito, integração social, participação na vida da comunidade). As funcionalidades são definidas como o que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter.

Para Sen (2010), a educação e a saúde ao mesmo tempo em que são elementos fundamentais para o crescimento econômico, são elementos constituintes do “capital humano”, sendo, portanto, dimensões de qualidade de vida. Para o autor, a educação

tem dupla importância na avaliação de qualidade de vida, pois ao mesmo tempo em que é um insumo para o crescimento econômico, aumenta a capacidade das pessoas.

A saúde está entre as mais importantes condições de vida. No entanto, a maioria da população mundial sofre de diversos tipos de privações, como não ter acesso à água potável, bons remédios e saneamento básico. Assim, “um país que garante a todos os cuidados de saúde, pode conseguir resultados notáveis em termos de duração e qualidade de vida de toda a população” (SEN, 2010).

A educação é um bem que colabora para o desenvolvimento, devido à influência que exerce sobre a pobreza de rendas. A educação não deve ser vista apenas para o fim de formação de capital humano, ou seja, apenas para tornar o indivíduo um elemento, dentre outros, de produção.

A educação básica e a saúde, apesar de se relacionarem diretamente ao aumento de qualidade de vida, “também aumentam o potencial da pessoa auferir renda e, assim, livrar-se da pobreza medida pela renda”, de forma que, “quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria” (SEN, 2010).

Sen (2010) classifica cinco tipos de liberdades instrumentais entendidas como direitos e oportunidades que se influenciam e se reforçam mutuamente e aumentam diretamente a capacidade das pessoas:

- 1) *liberdades políticas*: referem-se às escolhas das pessoas na arena política – escolher quem vai governar, sob quais regras etc.; isso inclui também a liberdade de crítica às autoridades e a expressão política, e outras.
- 2) *facilidades econômicas*: referem-se ao poder de os indivíduos usarem os recursos econômicos, tais como os bens e serviços, as possibilidades de fazer transações, o acesso à renda e ao crédito etc. Incluem as oportunidades tidas pelos indivíduos para fins de consumo, produção e troca.
- 3) *oportunidades sociais*: referem-se aos arranjos sociais para o provimento de educação, saúde, longevidade, saneamento etc.
- 4) *garantias de transparência*: diz respeito à confiança mútua entre os indivíduos, em suas interações sociais; confiança que é fundamental para o sucesso dessas interações. As garantias de transparência incluem o direito à informação em todos os níveis, principalmente nas esferas públicas.

- 5) *proteção social*: inclui arranjos sociais destinados a proteger as parcelas mais vulneráveis da população: assistência e previdência social, seguro-desemprego, abertura de frentes de trabalho emergenciais etc.

Outra importante colaboração para o estudo da Qualidade de Vida é do psicólogo Cummins (1999, *apud* ASMUS, 2004), que identificou na literatura mais de 100 modelos e definições de qualidade de vida subjetiva, tanto para grupos específicos de pessoas (por exemplo, o grupo dos incapacitados mental e/ou fisicamente) como para a população em geral. Neste mesmo estudo, propõe-se uma definição de QV:

A qualidade de vida é tanto objetiva quanto subjetiva, cada eixo sendo o agregado de várias dimensões, sendo elas: bem-estar material, saúde, produtividade, relações familiares e de amizade, segurança, comunidade e bem-estar emocional. A dimensão objetiva compreende medidas culturalmente relevantes do bem-estar objetivo. A dimensão subjetiva compreende a satisfação promovida pelas dimensões e avaliada na sua importância para o indivíduo (CUMMINS, 1999, p.35-36, *apud* ASMUS, 2004).

Segundo Almeida et al, (2004, p.34), o fato de existirem percepções mais voltadas à análise subjetiva e outras ligadas à objetiva são tendências que se complementam e que, associadas, configuram o atual campo de conhecimento de qualidade de vida. Assim, as relações entre uma esfera objetiva (melhor expressa pela análise de indicadores sobre as condições de vida) e subjetiva (ações próprias do estilo de vida do sujeito) são inevitáveis, pois exercem influência mútua.

Gutierrez e Almeida (2006) abordam que a noção de qualidade de vida tem na relação individual e social algumas referências como: a) o desenvolvimento econômico, social e tecnológico da sociedade; b) valores, necessidade e tradições; c) estratificações: a ideia de qualidade de vida está relacionada ao bem-estar das camadas superiores e à passagem de um limiar a outro.

Nesse sentido, Qualidade de vida inclui desde fatores relacionados à saúde, como bem-estar físico, funcional, emocional e mental, como também outros elementos importantes da vida das pessoas: trabalho, família, amigos, e outras circunstâncias do cotidiano.

As condições, os modos e estilos de vida das pessoas, conforme sabemos, são resultados de uma longa evolução das lutas políticas, econômicas e da própria cultura, no sentido de propiciar sempre melhores e mais dignas condições de vida para a sociedade como um todo.

No presente trabalho, ao avaliar os reflexos do PRONAF Mulher nas condições de vida das mulheres dos municípios de Montes Claros (MG) e Brasília de Minas (MG), busca-se verificar na percepção das agricultoras entrevistadas se o programa impactou positivamente suas condições de vida e trabalho.

Segundo Yunus (2001), o microcrédito pode não ser a solução, mas é uma força de mudança, não só econômica e pessoal, mas também social e política. E se entre os objetivos do desenvolvimento figura a melhoria das condições de vida, o desaparecimento da pobreza, o acesso a um emprego digno e a redução das desigualdades, então é natural priorizar as mulheres em programas de microcrédito.

Para o autor:

As mulheres são mais intensamente tocadas pela fome e pela pobreza [...] e o dinheiro, quando utilizado por uma mulher numa família beneficia mais o conjunto dos membros do que é utilizado por um homem. Além disso, o leque de prioridade dos homens é bem diferente do das mulheres, e as crianças não constituem para eles uma prioridade absoluta. Quando um pai miserável começa a aumentar sua renda, ele primeiro se ocupa de si mesmo. Quando uma mãe miserável começa a ganhar um pouco de dinheiro, é primeiro dos filhos que ela destina suas rendas. Depois vem a casa: ela compra alguns utensílios, refaz o teto e melhora as condições de vida da família. Econômica e socialmente desfavorecidas, vítimas do subemprego, elas representam a maioria dos pobres. (YUNUS, 2001, p.116).

Diante do exposto, é possível dizer que a inserção do acesso da mulher ao crédito, significa o reconhecimento da participação feminina nas atividades econômicas agrícolas por parte das políticas públicas e uma chance de a mulher reverter o quadro de exclusão social e pobreza a que historicamente se enquadra e, conseqüentemente, melhorar a sua condição de vida.

3 METODOLOGIA

Para buscar atingir os objetivos do estudo foram adotadas as estratégias de pesquisa documental e de levantamento.

A estratégia de pesquisa documental, de acordo com os autores supracitados, é característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências. Os documentos são dos mais variados tipos, escritos ou não, tais como: diários ou documentos arquivados em entidades públicas e entidades privadas; gravações; correspondências pessoais e formais; fotografias; filmes; mapas; etc. Dessa forma, se utilizou de documentos que se referem ao PRONAF, e especialmente ao PRONAF Mulher, a exemplo do Plano Safra (2010 a 2016) e do Manual de Crédito Rural (Seção 9: Crédito de Investimento para Mulheres).

A pesquisa de levantamento foi realizada por meio de entrevistas estruturadas, realizadas no período de setembro a dezembro de 2015, com mulheres que tiveram acesso ao crédito, no período de 2010 a 2014, sendo oito mulheres do município de Montes Claros e doze mulheres do município de Brasília de Minas. Também foram realizadas entrevistas com lideranças de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e técnicos da EMATER-MG responsáveis pelo crédito PRONAF, sob a forma de questões previamente formuladas, nos moldes de entrevista dirigida, adaptada de HERNANDEZ (2009), com o intuito de verificar o envolvimento dos mesmos no processo de acesso ao PRONAF Mulher (Anexo2). No total, foram entrevistados dois agentes de mediação, dois representantes de sindicatos e vinte agricultoras.

Para a realização da pesquisa, foram escolhidos os dois municípios da macrorregião Norte do Estado de Minas Gerais com maior e menor número de operações de crédito liberadas no período - Brasília de Minas e Montes Claros -, respectivamente. Além disso, Montes Claros é o município sede da macrorregião.

Conforme planilha de contratos disponibilizada pela agência local do Banco do Nordeste S/A, relativa ao período de 2010 a 2014⁴, o município de Montes Claros foi contemplado com 12 (doze) operações de contratos, do PRONAF Mulher, com recursos liberados num total de R\$141.003,7 e Brasília de Minas com um total de 143 operações, com recursos liberados num total de R\$1.354,883, 77 (um milhão, trezentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e três reais e setenta e sete centavos).

⁴ Também se tentou obter na agência local do Banco do Brasil S/A, sem sucesso, informações sobre o volume de financiamentos do PRONAF Mulher para os municípios da macrorregião.

Para realização da pesquisa de campo foram selecionadas as comunidades rurais Planalto Rural e Pau D'Óleo (Montes Claros) e Angico de Minas e Retiro de Santo Antônio (Brasília de Minas). A delimitação da área de estudo teve como influência a indicação de representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos dois municípios, bem como do escritório Regional da EMATER de Montes Claros. Essa sugestão teve como finalidade a indicação da localização das propriedades das mulheres que seriam entrevistadas, o que facilitou o acesso aos sujeitos envolvidos possibilitando obter os dados necessários para realização da pesquisa.

Foi empregado o processo de amostragem por saturação ou exaustão teórica. Segundo Denzin e Lincoln (2006), nesse processo se promove a suspensão da inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passarem a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante prosseguir na coleta de dados. Nesse entendimento, novas informações obtidas de outros participantes pouco acrescentariam ao material já obtido, não mais contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento da reflexão teórica fundamentada nos dados que estão sendo coletados. “A saturação designa o momento em que o acréscimo de dados e informações em uma pesquisa não altera a compreensão do fenômeno estudado. É um critério que permite estabelecer a validade de um conjunto de observações” (THIRY-CHERQUES, 2008, p.21). Ainda segundo o autor não é possível, teoricamente, determinar quantas observações serão necessárias nem existem elementos teóricos que informem sobre quando cessar as observações.

O tema tem sido exaustivamente estudado. O estado da arte é reportado por Guest; Bunce e Johnson (2006) que, estudando o viés na desejabilidade social, procuraram determinar quantas entrevistas seriam necessárias para tornar confiável a pesquisa. Examinando as experiências internacionais em várias disciplinas, verificaram que as recomendações da literatura técnica para o tamanho mínimo de observações variavam entre 6 e 200. Cruzando esses relatos com as suas próprias experiências de campo, concluíram que a saturação ocorre, geralmente, até a 12ª entrevista, e que os elementos básicos de metatemas aparecem até 6ª entrevista. A variabilidade dos dados segue o mesmo padrão. (THIRY-CHERQUES, 2008, p.24).

Neste estudo, a suspensão de novos participantes ocorreu quando as perguntas abertas e específicas começaram a repetir respostas.

O objetivo principal da pesquisa dedicou-se à análise do processo de acesso ao crédito do PRONAF Mulher e seus reflexos nas condições de vida das agricultoras. As dimensões a seguir, definidas no estudo desenvolvido por Asmus (2004), foram utilizadas como representativas das condições de vida:

- 1) **Saúde:** saúde do respondente (e para o respondente) e de seus familiares, conforme a alimentação, as doenças, o abastecimento de água na moradia, a qualidade e tratamento da água, a disponibilidade e o acesso a serviços médicos e existência de escoamento sanitário.
- 2) **Bens materiais:** inclui variáveis que são móveis e outras imóveis: a propriedade (terra própria), a moradia e outras construções, a instalação sanitária, o acesso à luz elétrica, aos meios de comunicação, a disponibilidade de eletrodomésticos e veículos de locomoção – tanto de tração mecânica quanto animal.
- 3) **Ambiente:** circunscreve-se às variáveis: clima, solo, ruídos, qualidade do ar, vegetação, água e área-verde. A questão dos cuidados ambientais no uso de agrotóxicos também é incluída nesta dimensão.
- 4) **Educação:** compreende conhecimento e informação. Inclui a disponibilidade local de instituições de ensino, o nível do saber formal (escolaridade), do tradicional (repassado pelas gerações anteriores que viveram no campo) e o acesso aos meios de informação – seja para conhecimento pontual de atualidades rurais, notícias de qualquer espécie ou capacitação técnica mais ampla.
- 5) **Segurança:** incorpora os itens segurança física, no transporte público, segurança no trabalho, no emprego (quando o agricultor for pluriativo), segurança nas economias (por exemplo, poupança), na alimentação (ser suficiente), segurança de ter terras próprias para trabalhar e, por fim, a segurança no sentido de não correr riscos ambientais com a plantação ou criação.
- 6) **Trabalho:** analisa, inicialmente, as atividades exercidas para a manutenção da família – medidas pela renda financeira do que é produzido e vendido, pelo que é produzido e consumido pela família e, quando presente, pelo trabalho pluriativo. O acesso ao crédito rural e à assistência técnica representam itens que passaram a fazer parte da dimensão trabalho.

Para cada uma das referidas dimensões, Asmus (2004) definiu algumas variáveis. Dessas dimensões e variáveis, adotamos aquelas consideradas adequadas à realidade estudada e aderentes aos objetivos deste estudo.

As dimensões, variáveis e questões utilizadas na elaboração do roteiro de entrevista estruturada são mostradas no Quadro 3, a seguir:

DIMENSÃO	VARÁVEIS	QUESTÕES
1 Saúde	a) cultivo de produtos para alimentação da família. b) compra de remédios c) consultas médicas d) encanamento de água e) abastecimento de água na moradia f) tratamento da água g) instalação sanitária h) escoamento sanitário	1 Consomem produtos cultivados pela família? 2 Tem acesso gratuito a remédios? 3 Quando precisa de assistência médica/hospitalar tem sido atendido(a) no(a): Posto público, SUS, clínicas médicas particulares, Plano de saúde 4 Tem água regularmente na moradia? 5 Esta água é canalizada dentro de casa? 6 A água consumida pela família é tratada? 7 O tratamento da água é feito pela família? 8 O escoamento da instalação sanitária é feito por: a) rede de esgoto ou pluvial b) fossa séptica ou fossa rudimentar
2 Bens Materiais	a) Propriedade da terra b) Formas abastecimento água c) Relação pessoas/dormitório d) Presença e localização da instalação sanitária e) Energia Elétrica f) Posse de bens materiais	1 A propriedade onde vocês moram é própria? 2 Quais as formas de abastecimento de água? a) poço b) captação de águas de chuva c) cisterna d) água encanada e) cisterna f) outras 3 Tem quantas pessoas na casa? 4 Qual o nº dormitório na casa? 5 Há instalação sanitária dentro de casa com descarga? 6 A moradia tem iluminação elétrica? 7 Assinale abaixo os bens que a senhora tem: A) Bens comuns: 1 . Geladeira 2.Freezer 3 Fogão 4. Máquina de lavar roupa B) Bens Relativos à informação: 1.linha telefônica 2.Telefone móvel (Celular) 3.Rádio 4.TV C) Bens relativos à tecnologia atual: 1.Computador 2.internet 3.Forno Micro-ondas 4. DVD D) Bens referentes à manutenção de clima agradável: 1. Ar condicionado 2. Aquecedor elétrico/gás

DIMENSÃO	VARÁVEIS	QUESTÕES
		3. Lareira 4. Fogão a lenha
3 Meio Ambiente	a) Clima b) Acúmulo resíduos c) Qualidade do ar d) Lixo domiciliar	1 O clima provoca perdas, anualmente, nas suas plantações ou criações? 2 Tem problemas de acúmulo de resíduos agroindustriais (inclui dejetos de suínos, de agroindústria e embalagens de agrotóxicos)? 3 Em relação ao meio-ambiente, a senhora destinou recursos para: 1 Diminuir o veneno para lavoura fica no ar; 2 Diminuir odor oriundo da ()suinocultura ()avicultura ()da fábrica de adubos 3 Diminuir o cheiro de curtume 4 Diminuir a fumaça do forno de carvão 5 Diminuir poeira do ar 6 Investir em reflorestamento 7 Aumentar a disponibilidade de água 8 Reduzir impactos de mineração 9 Amenizar o calor 10 Resolver problemas de acúmulo de resíduos agroindustriais (inclui dejetos de suínos, de agroindústria e embalagens de agrotóxicos).
4 Trabalho	a) Tipo de Atividade exercida b) Fontes de renda da família c) Situação financeira e condições de vida	1 Tipo de atividade? 2 Qual a origem da renda da família? 3 O dinheiro obtido só com o trabalho agrícola é suficiente para satisfazer as necessidades básicas da sua família - alimentação, vestuário, saúde e moradia? 4 Do total arrecadado por mês na propriedade, após o pagamento das contas e os gastos com a manutenção da família, o que sobra para investir na propriedade?
5 Educação	a) Escolaridade b) Participação em cursos c) Participação em encontros (estaduais e municipais)	1 Qual o seu nível de escolaridade? a) não sabe escrever b) escreve apenas o nome c) fundamental I incompleto d) fundamental I completo e) fundamental II incompleto

DIMENSÃO	VARÁVEIS	QUESTÕES
	c) Gasto com educação dos filhos	f) fundamental II completo g) ensino Médio incompleto h) ensino Médio completo i) ensino superior incompleto j) ensino superior completo 2 Participou em encontros (município, estado)? 3 Participou de algum curso nos últimos 2 anos? Qual? _____ Quem ofertou? _____ 4 O que a senhora costuma ler? (a) revistas atuais b) jornal c) livros d) nada e) outros 5 teve gasto com despesas de educação dos filhos?
6 Segurança	a) Segurança física b) Segurança pública	1 O quanto o senhor está satisfeito com a segurança física no local onde reside? 2 A causa da insegurança física é: a) assalto, b) roubo, c) agressões e brigas d) ataques de animais e) mordida de cobra 3 Usa equipamentos protetores?

Quadro 3: Dimensões, variáveis e questões do estudo

Fonte: Adaptado de ASMUS (2004).

De posse dos dados, estes foram classificados de forma sistemática através de seleção (exame minucioso dos dados), codificação (técnica operacional de categorização), e tabulação (disposição dos dados de forma a verificar as inter-relações).

As respostas das questões de múltipla escolha foram analisadas por meio de análise de frequências; as questões abertas, com o emprego do recurso de categorização (BARDIN, 2009). Foram inseridas falas transcritas, mantendo-se a linguagem original das respondentes, complementadas por fotos da realidade pesquisada - de maneira a melhor expressar os sentimentos e percepções em relação aos reflexos do PRONAF nas condições de vida das agricultoras.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

O objetivo principal deste capítulo é compreender os reflexos do PRONAF Mulher nas condições de vida das mulheres rurais dos municípios de Montes Claros (MG) e Brasília de Minas (MG), que acessaram o crédito no período de 2010 a 2014. No primeiro momento será realizada a caracterização da mesorregião do Norte de Minas, bem como dos municípios selecionados para o estudo, para posteriormente apresentar os resultados da análise do programa sob a ótica de condições de vida.

4.1 O Norte de Minas e os municípios de Montes Claros (MG) e Brasília de Minas (MG)

A mesorregião⁵ Norte de Minas está inserida no Estado de Minas Gerais e situada na Bacia do Alto Médio São Francisco, com clima semiárido, temperaturas elevadas, irregularidade de chuvas e ocorrência cíclica de seca.

A vegetação principal é o cerrado, apresentando área de transição entre cerrado e caatinga. De acordo com Pereira (2007), por possuir características físico-climáticas e sociais semelhantes à Região Nordeste e por fazer parte do chamado “Polígono das Secas⁶”, o Norte de Minas, no ano de 1965, foi incorporado à SUDENE.

Segundo Gomes (2007, p.39), a SUDENE “foi criada pelo Governo Federal em 1959, com o intuito de fomentar o processo de industrialização da região Nordeste do país e, por conseguinte, reduzir as desigualdades macrorregionais do mesmo”.

De acordo com Santos (2014, p.2):

A criação da SUDENE, na década de 1950, tornou-se possível a partir de um planejamento construído pelo economista Celso Furtado (1920/2004) uma referência nas discussões acerca do desenvolvimento nacional, o qual foi também o primeiro superintendente daquela instituição, cujo objetivo primeiro foi criar uma forma de intervenção governamental, que pudesse promover e coordenar o desenvolvimento da Região Nordeste.

⁵ Mesorregião é “[...] uma área individualizada, em uma unidade da federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial” (IBGE, 1998, p.8).

⁶ Fazem parte do Polígono das Secas as regiões do Brasil compreendendo região semi-árida brasileira que apresenta irregularidades pluviométricas anuais. O Norte de Minas foi incluído no Polígono das Secas em 1946.

Embora a SUDENE tenha exercido um significativo papel como agente transformador da estrutura socioeconômica do Norte de Minas, não conseguiu mudar o quadro de subdesenvolvimento da região, que apresenta ainda um relativo atraso e pobreza em relação às regiões mais desenvolvidas do Estado de Minas Gerais (GOMES, 2007). Esses aspectos parecem agravados, também, pela ocorrência do investimento massivo em projetos excludentes de maioria dos agricultores familiares da região, como o agronegócio, a monocultura de eucalipto, a pecuária extensiva, a mineração, o setor hidrelétrico, entre outros.

A mesorregião ocupa uma área territorial de 128.602km², com uma população total representada por um montante de 1.614.971 habitantes, sendo composto por um total de 89 municípios, agrupados em sete microrregiões⁷, a saber: Bocaiúva, Grão Mogol, Janaúria, Janaúba, Montes Claros, Pirapora e Salinas, conforme Figura 2 (IBGE, 2010).



Figura 2: Mapa das Microrregiões do Norte de Minas

Fonte: http://www.minas-gerais.net/diretorio/index.php?cat_id=757. Acesso em 04 de janeiro de 2016.

⁷ Microrregiões são conceituadas como “[...] um conjunto de municípios, contíguos e cortados na mesma unidade da federação, agrupados em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração” (IBGE, 2002, p.8).

No Norte de Minas existem 91.163 estabelecimentos agropecuários, 77.717 propriedades da agricultura familiar, representando 85% de estabelecimentos, ocupando uma área de 1.754.232 hectares nessa região, sendo que 52,80% da população dos municípios permanece no meio rural e vive da agricultura tradicional. Isso resulta numa média de 22,5 hectares por estabelecimento familiar, contra 311,12 hectares de média dos estabelecimentos não familiares, evidenciando a desigualdade em relação à posse das terras na agricultura norte mineira (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006; IBGE, 2010).

É importante ressaltar que esse mesmo documento retrata, por meio dos percentuais de alimentos cultivados, a força da agricultura familiar, o que evidencia seu papel na promoção da segurança alimentar do País, assegurando o fornecimento de alimentos para o mercado interno.

Contudo, verifica-se também que é desproporcional o aporte de recursos financeiros destinados à agricultura familiar, quando comparados à agricultura empresarial (agronegócio), visto que no plano safra 2015/2016 o governo liberou 187,7 bilhões de reais destinados à agricultura empresarial e 28,9 bilhões de reais para a agricultura familiar, o que evidencia um cenário discrepante e preocupante.

De acordo com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG)⁸, uma das linhas mais acessadas pelos produtores e produtoras no Norte de Minas Gerais é a do grupo “B”, sendo a linha PRONAF Mulher pouco acessada pelas agricultoras da mesorregião.

De acordo com Moreira (2014, p.14):

O PRONAF, especificamente em sua linha destinada ao Grupo B, cumpre importante papel na lacuna existente de políticas e programas sociais destinados à agricultura familiar brasileira. O microcrédito possui função facilitadora, solidária e é capaz de promover a inserção de seus tomadores ao mercado produtivo local. Em Minas Gerais, de acordo com dados do Ano Safra 2011/2012 (MDA, 2011), as mesorregiões que mais se destacam na concessão do PRONAF B são o Norte de Minas e Jequitinhonha, com 63,45% e 21,04% do montante contratado, respectivamente. Ambas as regiões são conhecidas por possuírem baixos indicadores socioeconômicos.

No que se refere à linha PRONAF Mulher, o Banco do Nordeste liberou no período de 2010 a 2014, R\$5.545.251,9(cinco milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e noventa e oito centavos), referentes a 485 contratos efetuados no Norte de Minas, como mostra o Quadro 4:

⁸Informação cedida por Técnicos da EMATER (Montes Claros).

Ano	Quantidade de operações	Valor contratado
2010	230	R\$ 2.110.717,49
2011	164	R\$ 1.718.164,79
2012	60	R\$ 691.620,57
2013	12	R\$ 218.517,21
2014	19	R\$ 806.231,92
Total	485	R\$ 5.545.251,98

Quadro 4: PRONAF Mulher – Quantidade de operações e valores contratados – Norte de Minas – 2010 a 2014

Fonte: Banco do Nordeste S/A (Adaptado pela autora, 2015).

Ainda que os números revelem uma queda representativa na quantidade de operações efetuadas no período de 2010 a 2014, é possível perceber o significativo acesso ao crédito pelas mulheres, no referido período. Tal quadro corrobora a oportunidade dada às mulheres que vivem em uma região de pobreza, com vistas a melhorar a sua capacidade produtiva e, conseqüentemente, sua condição de vida.

Os municípios contemplados com liberação de recursos pela linha PRONAF Mulher pelo Banco do Nordeste em 2010 foram: Angelândia, Brasília de Minas, Capelinha, Coração de Jesus, Coronel Murta, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Francisco Sá, Frei Gaspar, Icarí de Minas, Itacarambi, Januária, Japonvar, Lontra, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Montezuma, Padre Carvalho, Patis, Ponto Chique, Porteirinha, Riachinho, Rio do Prado, Rio Pardo de Minas, Salinas, Santa Cruz de Salinas, São Francisco, São João da Ponte, São João do Paraíso, São Romão, Serranópolis de Minas, Ubai, Urucuia, Vargem da Lapa. Em 2011: Angelândia, Botumirim, Brasília de Minas, Cachoeira de Pajeú, Coração de Jesus, Coronel Murta, Icarí de Minas, Januária, Japonvar, Jordania, Lontra, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Patis, Pintópolis, Porteirinha, Riachinho, Rio Pardo de Minas, Santa Cruz de Salinas, São Francisco, São João da Ponte, São Romão, Ubai, Urucuia, Varzelândia. Em 2012: Botumirim, Brasília de Minas, Campo Azul, Coração de Jesus, Francisco Sá, Fruta de leite, Grão Mogol, Icarí de Minas, Januária, Japonvar, Jequitai, Joaima, Mirabela, Montes Claros, Pai Pedro, Patis, Pintópolis, Rio Pardo de Minas, São Francisco, São João da Ponte, Serranópolis de Minas, Ubai e Urucuia. Em 2013: Coração de Jesus, Jordania, Luislândia, Mamonas, Montes Claros, Patis, Porteirinha, Capelinha, Serranópolis de Minas. Em 2014: Brasília de Minas, Capelinha, Chapada Gaúcha, Icarai de Minas, Jacinto, Joaima, Montalvânia, Montes Claros, Novo Cruzeiro, Padre Carvalho, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados e Setubinha. O Apêndice

3 desta dissertação evidencia o número de contratos e o valor liberado para cada município.

No Estado de Minas Gerais, os agricultores contam com o apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), que segundo Pereira (2007, p.74),

Atua como um dos principais instrumentos do governo de Minas Gerais para ação operacional e de planejamento no setor agrícola do estado. Um dos objetivos prioritários dessa empresa é desenvolver ações de extensão rural junto aos produtores de agricultura familiar.

A EMATER-MG realiza um trabalho articulado com a Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, com os produtores rurais, as associações, os Sindicatos e com as diversas organizações e empresas do setor privado e público e, especialmente, com o Poder Público Municipal, em cada cidade em que atua.

A empresa, em nível local, disponibiliza técnicos que ajudam na elaboração de projetos necessários à liberação do crédito e prestam assistência técnica aos agricultores beneficiados pelo Programa (KIPNIS et al, 2012). Ressalte-se que um dos fatores decisivos para o sucesso das ações do PRONAF é o papel desempenhado pelos agentes mediadores do programa.

4.1.1 Montes Claros (MG): localização e principais características

Montes Claros é município mais desenvolvido da mesorregião Norte do Estado de Minas Gerais, e sua única cidade média⁹, possuindo a maior concentração populacional da região e a maior complexidade no comércio e serviços (PEREIRA, 2007). A cidade abrange uma área territorial de 3.568,942 km² e uma população total de 394.350 habitantes, com 19.047 (4,83%) pessoas residindo na área rural e 375.303(95,17%) na área urbana, sendo considerada a sexta cidade mais populosa de Minas Gerais.

Montes Claros está inserida na bacia do Alto Médio São Francisco, está próxima da bacia do Jequitinhonha e os principais rios que banham o município são: Rio Verde Grande, Rio Pacuí e Rio São Lamberto. A vegetação varia entre o cerrado e a caatinga e o clima é quente e seco.

⁹ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera cidade média aquela que possui população entre 100 mil e 500 mil habitantes.

O município originou-se da Fazenda de Montes Claros, fundada em 1707, consolidando-se em 1831 como Vilas de Formigas e elevada à categoria de cidade de Montes Claros, em três de julho de 1857, assumindo, a partir desta data, seu papel centralizador na região.

Segundo Pereira (2007, p.275), “a centralidade exercida por Montes Claros pode ser explicada por sua localização em uma região caracterizada por fraco dinamismo econômico e baixo nível de bem-estar social, além do fato de estar distante de outros centros superiores na hierarquia urbana”.

A Figura 3, a seguir, evidencia a localização do município de Montes Claros, na região do Norte de Minas Gerais.

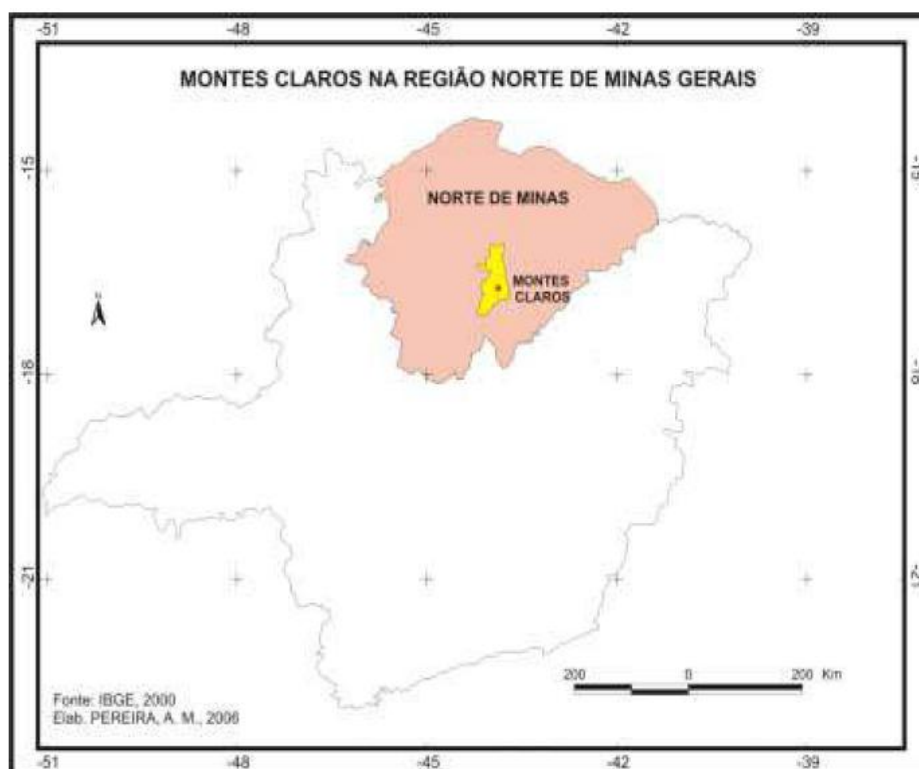


Figura 3: Mapa Montes Claros na Região Norte de Minas Gerais

Fonte: Pereira (2006).

De acordo com os indicadores demográficos do município, em Montes Claros a esperança de vida ao nascer passou de 72,3 anos em 2000 para 77,1 anos em 2010, apresentando um crescimento de 4,8 anos (IBGE, 2010). Segundo Oliveira (2012, p.21), “o aumento da expectativa de vida está relacionado a melhores condições de vida proporcionadas por serviços de saúde, expansão da educação e outros serviços públicos sociais disponibilizados à população”.

A partir dessa premissa, portanto, podemos deduzir que a condição de vida da população de Montes Claros melhorou no período de 2000 a 2010, e que tal melhora relaciona-se à oferta de serviços de saúde e educação proporcionados à população, conforme pode ser constatado nos estudos de Pereira (2007, p.147).

De acordo com a autora, Montes Claros é referência regional em relação à saúde – além da existência de serviços médicos especializados, conta com uma rede de hospitais e clínicas interligadas, exercendo uma centralidade ímpar no setor de saúde, da qual depende a maioria dos municípios norte-mineiros.

A cidade, ainda, constitui referência em todos os níveis de educação, sendo polo regional de ensino superior, em que se destaca a atuação da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), a qual abrange uma área de 120 mil km², com *campus* localizados em diversos municípios do interior de Minas Gerais, inclusive no município de Brasília de Minas. Também se elencam, entre as instituições de ensino superior, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais IFNMG) e as faculdades particulares, como as Faculdades Santo Agostinho, Faculdades Integradas Pitágoras, Favenorte, Facomp, Funorte, Faculdade de Saúde Ibituruna e Facit.

Segundo a autora, “a expansão dos setores de saúde e educação implica (sic) numa série de mudanças econômicas e sociais com reflexos diretos na organização de outras atividades a eles associados, como o lazer, dentre outras” (PEREIRA, 2007, p.160).

Em referência à taxa de mortalidade infantil no município, houve redução entre 2000 e 2010, passando de 22,3 (por mil nascidos vivos) em 2000, para 13,0 (por mil nascidos vivos) em 2010 (IBGE, 2010). Da mesma forma que a esperança de vida ao nascer expõe a qualidade de vida da população, “a taxa de mortalidade é um indicador que mede os níveis de saúde de uma população e sintetiza as condições de bem estar social, por isso é usado em índices que retratam a situação social de uma população” (LEITE, 2011, p. 128).

No entanto, segundo Alves (2013, p. 9), “os ganhos de esperança e qualidade de vida são tanto maiores quanto menores forem as taxas de fecundidade. A redução do número médio de filhos por mulher é uma condição para a melhoria do padrão de vida da população”.

Famílias menores possibilitam maiores investimentos em saúde e educação das crianças e maior autonomia para as mulheres. Isto é particularmente verdadeiro, depois

que se inverte o fluxo intergeracional de riqueza. Ou seja, a fecundidade era alta quando a mortalidade também era alta e quando predominava a economia rural, de autoconsumo, com alta percentagem de analfabetismo e grande desigualdade de gênero.

No caso de Montes Claros, a taxa de fecundidade total (filhos por mulher), diminuiu entre 2000 e 2010, passando de 2,10 em 2000 para 1,6 em 2010.

No Brasil, em menos de 40 anos, a taxa de fecundidade total passou de pouco mais de seis filhos por mulher em idade reprodutiva para níveis muito próximos do nível de reposição (em torno de 2,1 filhos) e continuou caindo até atingir a taxa de 1,86 filhos por mulher em 2010.

De acordo com Alves (1994), entre os determinantes estruturais e institucionais que explicam a queda da fecundidade no Brasil, podem-se destacar: a urbanização e industrialização; a inserção da mulher no mercado de trabalho; a produção de consumo; as exigências de qualificação da força de trabalho; o fortalecimento das políticas públicas de telecomunicações; a previdência; o acesso ao crédito, à saúde e à educação; mudanças nas relações de gênero e o empoderamento das mulheres.

O autor entende que “existe um efeito da fecundidade nas relações de gênero, pois existe um crescimento da independência da mulher, maior controle sobre os recursos e maior poder de decisão dentro de casa”. Segundo Sen (2010), evidências estatísticas, baseadas em comparações entre países e regiões diversas, vinculam a educação das mulheres (incluindo a alfabetização) à redução da fecundidade em diferentes países do mundo.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o mesmo foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países em três aspectos básicos: longevidade, educação e renda. Segundo Queiroz (2001, p.73), “esses três fatores buscam apresentar as condições básicas de nível de vida, quais sejam, o desfrute de uma vida longa e saudável, a condição de adquirir conhecimento e o acesso aos recursos materiais e financeiros necessários”.

O IDH é determinado por um índice que varia de 0 (desenvolvimento nulo) a 1,0 (maior desenvolvimento humano). Quanto mais próximo de zero, entre 0 e 0,50, indica baixo desenvolvimento humano; de 0,50 a 0,80 é classificado como médio desenvolvimento, e acima disso como alto.

O IDH municipal é resultado da média aritmética simples da educação, longevidade e renda: somam-se os valores e divide-se o resultado por três ($IDHM-E + IDHM-L + IDHM-R / 3$), quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o município.

Embora mensurem os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH municipal (IDHM) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores (TONI JÚNIOR, 2010).

As faixas de Desenvolvimento Humano Municipal não seguem as faixas do IDH Global. Elas foram adaptadas para contextualizar melhor a realidade brasileira. Assim o IDHM entre 0 – 0,499: Muito Baixo Desenvolvimento Humano, IDHM entre 0,500-0,599: Baixo Desenvolvimento Humano, IDHM entre 0,600 - 0,699: Médio Desenvolvimento Humano, IDHM entre 0,700 - 0,799: Alto Desenvolvimento Humano, IDHM entre 0,800 e 1: Muito Alto Desenvolvimento Humano (Atlas Desenvolvimento Humano).

O município de Montes Claros apresentou um aumento no IDH-M no período de 1999 a 2010, passando de 0,514 em 1999 para 0,770 em 2010, o que situa o município na faixa de desenvolvimento alto (IDH-M entre 0,700 e 0,799). A dimensão educação apresentou um crescimento de 0,437, com destaque para o nível superior que passou de 5,92 em 1991 para 13,28 em 2010 (ATLAS DAS CIDADES, 2010).

Quanto aos índices de distribuição de renda e pobreza, Montes Claros tem um Índice de GINI de 0,62; este índice mede o grau de igualdade/desigualdade na distribuição de renda entre a população, numa escala que varia de 0 (zero) a 1 (um), em que 0 significa distribuição perfeita de renda e 1 a distribuição imperfeita de renda (IBGE, 2010).

A economia do município apresenta uma das maiores economias mineiras e se destaca no cenário Norte Mineiro com um Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente, de 7.053.746 (em mil reais) e o PIB *per capita* de R\$18.278,78.

Considerando-se o PIB por setores econômicos, no ano de 2010, destaca-se a participação do setor de serviços com 74%, enquanto o setor industrial e o agropecuário responderam, respectivamente, por 24% e 3% do PIB municipal (IBGE - CIDADES, 2013).

No que se refere à agricultura familiar, de acordo com Fonseca (2007), “as feiras e os mercados têm dado suporte à manutenção do agricultor nas áreas rurais”, os produtos ganham reconhecimento nesse espaço, e isto os leva a permanecerem na atividade. Dos feirantes que comercializam no mercado central de Montes Claros, 524 são feirantes cadastrados junto à administração municipal e 250 são cadastrados nas feiras livre dos finais de semana. Dentre estes feirantes, 20% são produtores rurais das

várias comunidades do município, que moram e produzem na zona rural e vêm vender no Mercado (SILVA, 2012).

Para a logística e a distribuição dos produtos da agricultura, foi instalada na cidade de Montes Claros, a CEANORTE - Central de Abastecimento do Norte de Minas, única central da mesorregião Norte, que atende a 89 municípios, e cujo objetivo é a comercialização dos produtos dos agricultores da região (FONSECA, 2012).

Um grande ganho para os agricultores de Montes Claros foi a criação, em 1996, da Associação dos Hortifrutigranjeiros da Região do Pentáurea (ASPROHPEN), com parcerias firmadas com a EMATER-MG e o Banco do Nordeste S/A (BNB). “A criação da Associação valorizou o produtor rural e trouxe desenvolvimento socioeconômico para as famílias envolvidas” (FONSECA, 2012). No mercado convencional a associação tem representatividade importante, sendo responsável por cerca de 30% dos produtos comercializados na CEANORTE, além dos mercados centrais de Montes Claros e Bocaiúva (SEGUNDO, 2013).

Segundo a representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Montes Claros, a parceria entre a EMATER-MG, a ASPROPHEN e o Banco do Nordeste tem contribuído para alavancar as atividades agrícolas dos produtores rurais.

A Unidade Regional da EMATER-MG em Montes Claros possui mais de 100 profissionais capacitados para atender às demandas dos agricultores da região. Há 50 anos o escritório local da empresa atende cerca de 2.600 agricultores com abrangência em 22 Municípios do Norte de Minas Gerais.

Segundo o Presidente da EMATER-MG, Amarildo Kalil:

É nítida a importância da EMATER-MG em Montes Claros. É um município que tem um volume de trabalho muito grande dos nossos técnicos como, por exemplo, no crédito rural, na emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar e garantia safra. Tem uma série de políticas públicas implementadas no município com a participação ativa de nossa equipe (EMATER, 2016).

Os agricultores do município contam também com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Assalariados e Agricultores Familiares de Montes Claros, criado em 1974, com o objetivo de representar e defender os direitos do trabalhador e da trabalhadora rural, através de uma plena representação comprometida com os interesses da classe. O Sindicato proporciona assistência técnica em relação à emissão da DAP,

orientação ao PRONAF e outros assuntos de interesse dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

De acordo com Santos (2011, p. 25):

Os sindicatos e associações de classe são vistos, *a priori*, como fruto da aproximação dos trabalhadores, onde estes possam partilhar de um mesmo espaço de trabalho bem como organizar lutas e reivindicar, através de mobilizações/manifestações, ações que venham minimizar os efeitos das precárias condições enfrentadas.

Como já abordado neste estudo, a participação feminina em instituições públicas, como nos sindicatos, ganhou maior visibilidade a partir da década de 1980, quando, motivadas pelos movimentos feministas, as mulheres começam a formar grupos de discussão para buscar o seu reconhecimento como sujeitos sociais e de direitos.

Retomando a economia do município, é pertinente ressaltar que a base econômica do município, até a década de 70, era apoiada na agropecuária e nas atividades mercantis. Segundo Gomes (2007), era no campo que se concentrava a população, a produção e o poder, sendo considerada uma cidade agrária no período compreendido entre o Século XVII ao início do Século XX.

Seu cenário é pano de fundo de uma história tecida pelas pisadas do gado, pelos trilhos da linha férrea, pelas indústrias que transformaram a paisagem do sertão, pelas rodovias que tornaram próximos lugares longínquos, e pelo urbano, que abriu as portas para que os sertanejos se vissem diante de um mundo globalizado. (GOMES, 2007, p. 171).

A partir do final da década de 70, com o desenvolvimento das relações capitalistas e a mecanização no campo, houve mudanças na sua estrutura produtiva: aumento de máquinas agrícolas, avanço da agricultura irrigada, investimentos na agroindústria, uso de tecnologia e assistência técnica.

Com os investimentos oriundos da SUDENE, verifica-se no município, um período de expansão urbana e grande dinamização econômica e estrutural (Gomes, 2007).

Na região, “a política implantada pelo estado seguiu um eixo de quatro segmentos de diversificação produtiva: i) reflorestamento de eucalipto e pinus, ii) grandes projetos agropecuários; iii) industrialização; e, iv) construção de perímetros de agricultura irrigada” (RODRIGUES et al, 2005, p.1).

É importante destacar que, nesse cenário, para alavancar a produção agrícola, os incentivos gerados pelo crédito através do Sistema Nacional de Crédito Rural propiciaram a aquisição do pacote tecnológico vigente no momento.

Os fatos históricos mostram que esta modernização alavancou o desenvolvimento da região, mas também incorreu em graves consequências para a população de Montes Claros e para o Estado de Minas Gerais como um todo. Segundo Gomes (2007), a precária condição econômica e social no campo e o desemprego tecnológico intensificaram o êxodo rural, levando os pequenos agricultores a abandonarem suas propriedades, por não terem condições de concorrer com os grandes latifundiários.

E no que se refere aos mecanismos operacionais para acessar o crédito, os recursos do SNCR foram concentrados em termos regionais e de produtores assistidos; grande parte dos agricultores ficou excluída e não conseguiu adaptar-se ao padrão tecnológico que foi imposto, acentuando disparidades na região e, sobretudo, entre o nível de condição de vida das famílias.

Neste sentido, a institucionalização do PRONAF foi, sem dúvidas, uma grande conquista para a população mineira. Ao ingressarem nos municípios, os créditos provocam um aquecimento da economia local e contribuem para a expansão do desenvolvimento das áreas municipais, onde estão inseridas as propriedades rurais, e com isso um aumento na renda e na demanda pela força de trabalho local.

4.1.1.1 O PRONAF Mulher no município de Montes Claros

Como já abordado anteriormente, a linha de crédito mais acessada pelos agricultores e agricultoras no Norte de Minas é a linha do grupo “B”, sendo restrito o acesso em relação ao PRONAF Mulher.

Segundo Fonseca (2014), no município de Montes Claros, mais de 60% das mulheres da área rural não conhece o PRONAF Mulher.

Há também aquelas que conhecem, mas nunca acessaram, equivalendo a 30%, e aquelas que apenas ouviram falar sobre essa linha, correspondendo a 7% do total. De acordo com a autora, mesmo as mulheres sendo gestoras dos processos produtivos, muitas vezes sentem dificuldades para acessar esta linha de crédito, motivadas por algumas exigências tais como: ter a documentação do lote em seu nome (geralmente a documentação do lote sai em nome do cônjuge); desenvolver atividade diferenciada da

desenvolvida pelo marido; possuir um avalista com renda compatível; e falta de informações técnicas necessárias para a aprovação do projeto. Algumas mulheres, mesmo detentoras da posse do lote, preferem acessar linhas de crédito mais conhecidas como a do grupo “B”, que a maioria das famílias já utiliza.

A pesquisa de Fonseca (2014) é corroborada pelos dados fornecidos pelo Banco do Nordeste, no que se refere ao acesso da linha PRONAF Mulher na referida instituição no período de 2010 a 2014.

A planilha fornecida pelo Banco evidencia que, entre as 475 agricultoras da mesorregião beneficiadas pelo PRONAF Mulher, no período de referência, Montes Claros foi o município da mesorregião em que as agricultoras tiveram menos acesso ao crédito. O município foi contemplado com 12 (doze) operações de contratos, do PRONAF Mulher, com recursos liberados num total de R\$141.003,7.

Em conversa com um dos técnicos da EMATER-MG¹⁰, ele julga que esse fato se deve pelo desenvolvimento da Microrregião de Montes Claros como polo regional, o que propicia outras oportunidades que geram renda às mulheres da região. As razões para que haja reduzida adesão das produtoras rurais do município de Montes Claros em relação ao PRONAF Mulher, exigem mais investigação.

De acordo com Hernandez (2007, p. 170), “a efetivação do PRONAF Mulher depende não apenas das condições de acesso e aplicação do crédito, mas também dos agentes de mediação (mediadores) implicados no processo do crédito”.

A partir do que foi exposto, urge a necessidade de maior divulgação do PRONAF Mulher e a desburocratização do processo com o intuito de facilitar o acesso das mulheres rurais ao programa.

Conforme Silva (2014, p. 2), “deve-se incentivar o acesso ao PRONAF Mulher, porque o valor do financiamento é maior, além de possibilitar o desempenho de uma atividade exclusivamente feminina na propriedade, o que acarretaria em uma forma de empoderamento”.

A pesquisa de campo foi realizada nas comunidades rurais de Pau D’óleo e Planalto Rural, tendo em vista que as pronafianas, indicadas pelo técnico da EMATER-MG e representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montes Claros, residem nas respectivas comunidades.

¹⁰ Informações cedidas pelo Técnico da EMATER em Montes Claros no dia

A comunidade Pau D'Óleo está localizada no alto curso da sub-bacia do Riachão em Montes Claros, Minas Gerais. Os agricultores dessa comunidade “convivem com a riqueza do cerrado e suas espécies características como o pequi, o pau-terra, o vinhático, e também com áreas de mata seca e a mata calcária” (AFONSO, 2008, p.73).

Ainda, segundo a autora, na comunidade, vivem 38 famílias, em 34 pequenas propriedades, com uma estrutura fundiária que varia de 9 a 150 ha/família.

A comunidade do Planalto Rural situa-se a aproximadamente 20 km da cidade de Montes Claros, às margens da BR-135.É composta pelas comunidades de Lagoinha, Olhos D'água, Santa Rita, Barroço e Água Santa, as quais integram um núcleo central que se denomina Planalto Rural. As centenas de agricultores familiares da região desenvolvem produção agrícola como principal atividade econômica e se organizam através da Associação de Produtores Hortifrutigranjeiros da Região do Pentáurea – ASPROHPEN (FONSECA, 2007).A comunidade conta com uma escola estadual e municipal, associação, campo de futebol, posto de gasolina, posto de saúde e uma igreja católica, na qual acontecem muitas celebrações religiosas na comunidade.

4.1.2 Brasília de Minas: localização e principais características

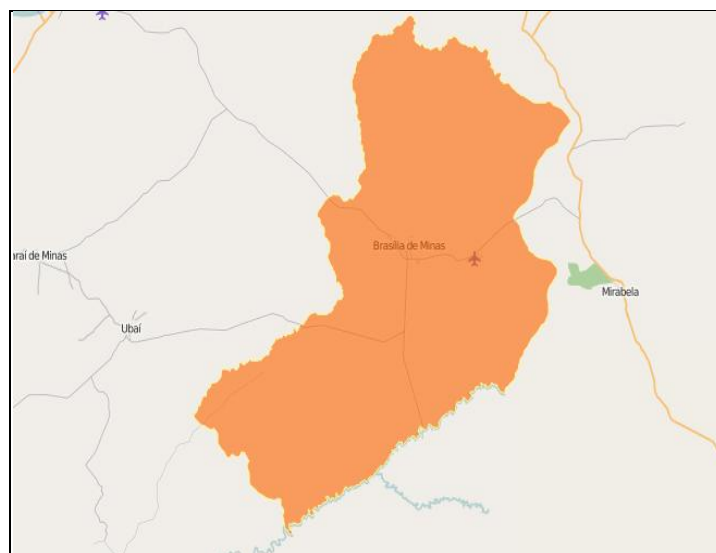


Figura 4: Mapa Brasília de Minas

Fonte: Prefeitura de Brasília de Minas (MG)

Brasília de Minas está localizada no Norte do Estado de Minas Gerais. Possui área de clima tropical e abrange uma área territorial de 1.403,43 km², com população de

31.213 habitantes. Do total da população, 20.675 residem no espaço urbano e 10.538 no espaço rural (IBGE, 2010).

A primitiva povoação tem origem no desmembramento da freguesia de Morrinhos, a mais antiga da margem do São Francisco, em que foi criada a Paróquia de Sant'Ana de Contendas. Em 1890, o Arraial de Contendas é elevado à vila, quando, em 1901, passa a ser chamada de Vila de Brasília de Minas, tendo em seguida o nome reduzido para Brasília. Devido à criação do Distrito Federal, com idêntico topônimo de Brasília, a lei 2694 deu ao atual município a denominação de Brasília de Minas.

No município, de acordo com dados IBGE (2010), a esperança de vida ao nascer cresceu 5,0 anos na última década passando de 68,8 anos, em 2000 para 73,8 anos, em 2010 e a taxa de mortalidade infantil (crianças com menos de 1 ano de idade) passou de 32,4 por mil nascidos vivos em 2000 para 17,3 por mil nascidos vivos em 2010. Quanto à taxa de fecundidade, no período de 2000 a 2010, caiu de 2,7 para 2,1 e, como já evidenciado por Alves (2013, p. 9), “a redução do número médio de filhos por mulher é uma condição para a melhoria do padrão de vida da população”.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M), Brasília de Minas apresentou um índice de 0,656 em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

É importante ressaltar que a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a educação (com crescimento de 0,431 (IBGE, 2010)). No contexto educacional, verifica-se que o município possui 21 escolas municipais, sendo uma localizada na zona urbana e as demais na zona rural. Entre estas, duas são localizadas em comunidades remanescentes de quilombolas. Quanto à rede escolar estadual, esta possui 10 escolas, sendo 06 localizadas na zona urbana e 04 localizadas na zona rural.

No que se refere ao ensino superior no município, dados de um levantamento interno evidenciam que, em 2014, havia 807 matrículas em instituições de ensino superior locais (pública e privada), e aproximadamente 180 universitários que deslocam desse município para cidades vizinhas diariamente.

Além disso, existe um número de alunos não diagnosticado que residem em outros municípios para cursar o ensino superior, uma vez que a oferta de cursos superiores na cidade é limitada, não atendendo à demanda da população universitária.

Em dezembro de 2002, foi implantado o *Campus* da UNIMONTES, em Brasília de Minas, que passou a funcionar efetivamente em março de 2003. Atualmente, no

referido *campus*, são ofertados os curso de graduação em Pedagogia e Administração (PME, 2014).

Quanto aos índices de distribuição de renda e pobreza, em Brasília de Minas o Índice de Gini não apresentou posição positiva, passou de 0,62 em 2000 para 0,54 em 2010. Quanto aos dados socioeconômicos, o município apresentou PIB de R\$208.039.000,00 e PIB *per capita* de R\$6.634,75 (IBGE, 2010).

Para analisar os aspectos econômicos municipais, uma medida adequada são os valores agregados ao PIB por cada um dos setores.

Em relação aos valores agregados, constatou-se, para o município de Brasília de Minas: a agropecuária reduziu, passando de R\$ 10,81 milhões, em 2007, para R\$ 10,74 milhões, em 2012; a indústria, por sua vez, observou um crescimento de 90,18%, saindo de R\$ 13,02 milhões (2007) para R\$ 24,76 milhões (2012); no que diz respeito ao valor agregado pela administração pública, houve um aumento de 84,46%, que passou de R\$ 41,35 milhões no ano de 2007, para R\$ 76,28 milhões, no ano de 2012; os serviços tiveram crescimento de 98,75%, no período analisado, saindo de R\$ 81,82 milhões, alcançando o patamar de R\$ 162,62 milhões. Quanto à evolução dos impostos, em 2007 eram de R\$ 4,44 milhões e, em 2012, alcançou o patamar R\$ 9,93 milhões, o que representa um crescimento de 123,73% (PME, 2014). Tais dados demonstram que a cidade de Brasília de Minas possui como principais setores econômicos o serviço e a indústria, com predominância do setor de serviços.

No que se refere à agricultura familiar, as atividades de criação de gado de corte e leite, criação de suínos e aves (galinha) constituem uma das possibilidades para a garantia de segurança alimentar, geração de emprego e renda das famílias rurais na região, em função de sua maior resistência à seca, quando comparadas a outras atividades de cultivo de alimentos.

No que se refere à comercialização dos produtos agrícolas, segundo Cruz (2012), em Brasília de Minas, a feira livre, que ocorre no mercado municipal aos sábados, é uma das alternativas para se vender os produtos. A distância que os feirantes das comunidades rurais de Brasília de Minas percorrem entre as comunidades onde residem até o mercado municipal, onde ocorre a feira, varia de 1 km a 30 km.

4.1.2.1 O PRONAF Mulher no município de Brasília de Minas

No que se refere ao PRONAF e suas modalidades, inclusive o PRONAF Mulher, o município de Brasília de Minas conta com um escritório da EMATER-MG, que atua no município há 50 anos, prestando serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores.

Desde o ano de 2010, o município conta também com a orientação e assistência técnica da empresa Fernandes & Aquino Projetos Ltda. De acordo com o sócio da empresa, a sua primeira experiência para obter o acesso ao crédito PRONAF foi de muita luta, desafios e dificuldades, o que o levou a constituir a STR Projetos e Financiamentos Agropecuários (nome de fantasia da empresa), com o objetivo de dar assistência e orientação aos agricultores e agricultoras da região.

Antes de a empresa se constituir foi realizada uma parceria com o Banco do Nordeste, ocasião em que foi recebida toda orientação e capacitação necessária para atuação como agente de mediação entre a instituição financeira e o/as agricultores/as. E quanto à parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o sócio da empresa STR Projetos e Financiamentos Agropecuários teve como inspiração uma frase exposta na referida entidade que lhe chamou a atenção, “PRONAF: uma conquista histórica dos Produtores rurais”.

No período de 2010 a 2014, ao contrário do que ocorreu em Montes Claros, Brasília de Minas foi o município da microrregião em que houve mais acesso ao PRONAF Mulher.

Conforme planilha disponibilizada pelo Banco do Nordeste S/A, verificou-se um total de 143 operações do PRONAF Mulher, com recursos liberados num total de R\$1.354,883, 77 (Hum milhão, trezentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e três reais e setenta e sete centavos).

Em entrevista com lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com o técnico responsável pelo PRONAF, eles julgam que esse fato se justifica em virtude da atuação recente da empresa STR Projetos e Financiamentos Agropecuários junto aos agricultores do município. De acordo com o técnico, “a empresa foi criada com foco em atender o pronafiano que tinha dificuldade no crédito”. A empresa cobra 2% do valor do financiamento realizado pelas agricultoras, atende dez comunidades rurais do município, entre as quais estão Angico de Minas e Retiro de Santo Antônio, que são campos de investigação desta pesquisa.

De acordo com as informações fornecidas pelos representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Brasília de Minas, as comunidades rurais Angico de Minas e Retiro de Santo Antônio possuem uma população de 300 famílias residentes em cada comunidade e estão situadas à distância de 20 a 30 km de Brasília de Minas.

As atividades de bovinocultura, suinocultura e avicultura predominam nas comunidades. Segundo o representante da SRT Projetos e Financiamentos Agropecuários, “existe um número pequeno de financiamento para a horticultura devido às condições hídricas da região”.

As comunidades contam com posto de saúde, igreja, escola estadual, campo de futebol, mercadinhos, açougue e supermercado. Em virtude de as comunidades não terem um mercado local de feira livre para vender os produtos, os agricultores e agricultoras utilizam o método de comercialização “de porta em porta”.

4.2 Análise de dados com base em entrevista estruturada

A área onde foi desenvolvida a pesquisa empírica corresponde aos municípios de Brasília de Minas e Montes Claros, que fazem parte da Mesorregião do Norte de Minas. Como antes relatado, o critério de escolha dos municípios considerou o retrato diferenciado de operações de crédito que ocorreram no período de 2010 a 2014, conforme dados fornecidos pelo Banco do Nordeste S/A: maior e menor número de operações, respectivamente, nos municípios de Brasília de Minas e Montes Claros.

O campo de investigação foram as comunidades rurais de Angico de Minas e Retiro de Santo Antônio (Brasília de Minas) e Planalto Rural e Pau D’óleo (Montes Claros).

As entrevistas foram realizadas no período de setembro a dezembro de 2015, com mulheres que tiveram acesso ao crédito, no período de 2010 a 2014, sendo oito mulheres do município de Montes Claros e doze mulheres do município de Brasília de Minas. Também foram realizadas entrevistas com lideranças de Sindicatos e técnicos da EMATER-MG e responsáveis pelo crédito PRONAF, sob a forma de questões previamente formuladas, nos moldes de entrevista dirigida. No total, foram entrevistados dois agentes de mediação, dois representantes de sindicatos e vinte agricultoras.

O processo de trabalho empírico iniciou-se com a participação desta pesquisadora em feiras, exposições, reuniões em Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Montes Claros e Brasília de Minas e no escritório regional da EMATER-MG em Montes Claros.

Foi também possível participar de encontros e reuniões com mulheres rurais, tais como: o 1º Encontro da Mulher Rural, organizado pela União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais (UNICAFES) e realizado no Campus da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Montes Claros, no dia 15 de outubro de 2015; a reunião da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais, realizada no Polo Regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FATAEMG), em Montes Claros. A participação nestes espaços políticos e sociais contribuiu para trocas de experiências com presidentes e técnicos de Sindicatos, com a EMATER-MG e com lideranças da FATAEMG, permitindo construir uma relação de confiança e facilitando o diálogo com as agricultoras.

As entrevistas com mulheres que tiveram acesso ao PRONAF Mulher foram complementadas com diálogos informais, o que permitiu uma aproximação com as entrevistadas. Percebemos que muito seria dito em conversas informais.

As entrevistas abrangeram os seguintes grupos de informações: a) identificação e caracterização socioeconômica das entrevistadas; b) processo de acesso ao crédito PRONAF Mulher; e, c) reflexo do PRONAF Mulher nas condições de vida das agricultoras.

4.2.1 Identificação e caracterização socioeconômica das entrevistadas

Ao traçar o perfil das mulheres entrevistadas, constatou-se, para ambos os municípios, que a maioria (85%) das agricultoras eram casadas, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1: Faixa etária e estado civil das mulheres entrevistadas nas comunidades rurais dos municípios de Montes Claros e Brasília de Minas

Faixa Etária	Mulheres entrevistadas(%)	Solteiras(%)	Casadas (%)	Viúvas(%)
21 a 40 anos	55		50	
41 a 60 anos	40	10	30	5
Acima de 60 anos	5		5	
Total	100	10	85	5

Fonte: Dados Coletados em trabalho de campo nas comunidades rurais de Pau D'óleo, Planalto Rural, Angicos de Minas e Retiro de Santo Antônio (2015).

Quanto à faixa etária, as mulheres entrevistadas, nas comunidades rurais do município de Brasília de Minas, são jovens, com idade de até 40 anos, sendo identificada apenas uma agricultora com mais de 60 anos. Já nas comunidades rurais de Montes Claros, constatou-se, na amostra, uma predominância de mulheres com idade acima de 40 anos, tendo apenas uma agricultora com idade inferior a esta.

Chama a atenção o fato de as famílias entrevistadas não serem numerosas. A maioria das mulheres nas comunidades rurais pesquisadas possui de um a três filhos. Essa constatação é condizente com o que vem acontecendo no país, com a queda da fecundidade, que se iniciou na segunda metade da década de 1960 e continuou ininterruptamente, nas décadas seguintes, inicialmente na zona urbana e estendendo-se, em seguida, para a zona rural no final da década de 1970 (ALVES, 2012).

No Brasil, a taxa de fecundidade passou de 2,1 filho por mulher em 2000 para 1,86 em 2010. Em Montes Claros, passou de 2,1 filho por mulher em 2000 para 1,6 em 2010 e Brasília de Minas de 2,7 para 2,1 (IBGE, 2010). É possível afirmar que há uma estreita relação entre o bem-estar da mulher e sua condição de agente¹¹, com a mudança do padrão de fecundidade. Verifica-se um efeito também nas relações de gênero, pois a mulher passa a ter mais independência, maior controle sobre os recursos e maior poder de decisão dentro de casa (SEN, 2010, ALVES, 1994).

Os dados apontam que, nas comunidades rurais de Brasília de Minas, o nível de escolaridade das mulheres entrevistadas superou o das comunidades rurais de Montes Claros, verificando-se a ocorrência de agricultoras com nível superior completo, conforme evidenciado na Tabela 2.

¹¹ O termo agente é definido por Sen como “alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo” (SEN, 2010, p.34). Este “agente” atua como membro público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas. O bem-estar como condição de agente é representado pela liberdade que a pessoa tem de realizar aquilo que deseja.

Nas comunidades rurais de Montes Claros, apenas um quarto delas cursou o ensino médio; uma agricultora declarou saber apenas escrever o nome. Isso pode ter relação com o fato de as mulheres entrevistadas do município de Brasília de Minas serem mais jovens e/ou com maiores oportunidades para estudar. Neste sentido, ressalta-se o relato sobre filhas de agricultoras de ambos os municípios cursando nível superior, bem como uma filha de agricultora da comunidade de Angicos com alto nível de escolaridade, sendo detentora do título de Mestre em História pela Unimontes.

Tabela 2: Escolaridade das entrevistadas nas comunidades rurais dos municípios de Montes Claros e Brasília de Minas

Grau de Escolaridade	Brasília de Minas (%)	Montes Claros (%)
Sem Instrução	-	5
Fundamental incompleto	15	5
Fundamental completo	20	5
Médio incompleto	5	10
Médio completo	5	5
Superior incompleto	-	5
Superior Completo	15	-
Total	65	35

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo nas comunidades rurais de Pau D'óleo, Planalto Rural, Angicos de Minas e Retiro de Santo Antônio (2015).

De acordo com Sen (2010), a educação tem dupla importância na avaliação de qualidade de vida, pois ao mesmo tempo em que é um insumo para o crescimento econômico, aumenta a capacidade das pessoas. Portanto, pode-se afirmar que a educação é a maneira mais eficaz para possibilitar a inclusão social, a efetivação dos direitos fundamentais da pessoa humana, além de interferir diretamente no aumento do potencial de a pessoa auferir renda e, conseqüentemente, propiciar a melhoria de sua condição de vida.

Tabela 3: Renda familiar das famílias das agricultoras entrevistadas nas comunidades rurais dos municípios de Montes Claros e Brasília de Minas

Renda Familiar em Salários Mínimos (SM)	Famílias Entrevistadas (%) Brasília de Minas	Famílias Entrevistadas (%) Montes Claros
1 a 2 SM	83,3%	12,50%
2 a 3 SM	16,7 %	37,50%
3 a 4 SM	-	50,00%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: Agricultoras entrevistadas e representante da empresa Fernandes e Aquino Ltda (2016).

Tabela 4: Renda individual das agricultoras entrevistadas nas comunidades rurais dos municípios de Montes Claros e Brasília de Minas

Renda Individual	Município de Brasília de Minas		Município de Montes Claros	
	Antes do PRONAF Mulher	Depois do PRONAF Mulher	Antes do PRONAF Mulher	Depois do PRONAF Mulher
Não tinham renda	58,30%	-	-	-
Menos de 1 SM	41,70%	83,30%	100,00%	-
1 a 2 SM	-	16,70%	-	75,00%
2 a 3 SM	-	-	-	25,00%
Total	100,00 %	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Agricultoras entrevistadas e representante da empresa Fernandes e Aquino Ltda (2016).

A Tabela 3 evidencia a renda das famílias das agricultoras entrevistadas. Pode-se perceber que a renda varia de 1 a 4 salários mínimos. Segundo as agricultoras em virtude da atividade agrícola estar sujeita a alguns fenômenos, a exemplo do clima e do preço da safra, essa renda sofre variações constantes.

De acordo com a Tabela 4 é possível atestar que, a partir do acesso ao PRONAF Mulher, houve uma evolução positiva na renda individual das mulheres entrevistadas. Em Brasília de Minas 58,3% não possuía renda individual e 41,7% tinha uma renda de menos de um salário mínimo, sendo que a partir do acesso ao crédito 83,3% passaram a ter uma renda individual de até um salário mínimo e 16,7% de 01 a 2 salários mínimos. No município de Montes Claros essa evolução da renda foi mais significativa em relação a Brasília de Minas, sendo que 100% possuía uma renda individual de menos de um salário mínimo, tendo uma evolução de 1 a 2 salários mínimos para 75% e de 2 a 3 salários mínimos para 25%. Nesse sentido é possível dizer que as mulheres entrevistadas através do acesso ao crédito aumentaram a renda familiar, o que pode refletir numa melhor condição de vida para essas famílias.

4.2.2 Processo de acesso ao crédito PRONAF Mulher

Ao analisar o processo de acesso ao PRONAF Mulher, constatou-se que as mulheres tomaram conhecimento do crédito através da EMATER-MG, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, amigos e uma minoria pelo rádio, através do programa “Hora de Brasília”. A EMATER-MG, nas comunidades rurais de Montes Claros, e os amigos, nas comunidades de Brasília de Minas, foram considerados como os melhores meios de divulgação do programa de crédito entre as agricultoras entrevistadas.

No que se refere à orientação e à assistência técnica dos agentes de mediação, todas as mulheres das comunidades rurais de Montes Claros contaram com a assessoria do técnico da EMATER-MG, enquanto todas as mulheres das comunidades rurais de Brasília de Minas foram atendidas pelo agente de mediação da empresa SRT Projetos e Financiamentos Agropecuários, indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município.

Em ambas as comunidades rurais, a quase totalidade das mulheres declarou que não teve dificuldade em acessar o crédito, visto que os agentes de mediação cuidaram de todo o processo burocrático que envolve documentação e preenchimento de formulários, restando-lhes somente a assinatura de toda a papelada. Outro fator que contribuiu para a agilidade do processo é que a grande maioria das mulheres já conhecia todo o procedimento, visto que já participava junto com o marido em outras modalidades do crédito.

As mulheres mostraram-se unanimemente satisfeitas com a atuação dos técnicos de mediação do programa, sendo possível perceber entre as agricultoras e os técnicos uma relação de amizade e cumplicidade que ultrapassa uma relação de caráter estritamente profissional.

Debalde tais caracteres, foi possível perceber que há a necessidade de maior divulgação do programa, visto que, em Brasília de Minas, a maioria das entrevistadas ficou sabendo do PRONAF Mulher por meio de amigos e, em Montes Claros, mais de 50% das mulheres não conhecem o PRONAF Mulher, o que nos faculta dizer que a falta de divulgação do programa pode estar contribuindo para esse cenário.

Com já foi relatado neste estudo, as famílias das agricultoras entrevistadas são relativamente pequenas, residindo de duas a seis pessoas no mesmo domicílio. Apenas em Brasília de Minas verificou-se uma família com filhos casados morando na mesma propriedade, mas em casas separadas.

Das agricultoras entrevistadas, nas comunidades rurais de Montes Claros, a minoria reside a menos de 1 km do local de produção, na condição de comodatária. As demais agricultoras residem no local de produção e são proprietárias, com exceção de uma agricultora que é arrendatária.

Conforme informação da secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília de Minas, um dos trabalhos que está sendo realizado pelo agente do PRONAF Mulher junto às agricultoras é a regularização das terras.

Quanto às comunidades rurais de Brasília de Minas, dois terços das agricultoras entrevistadas residem próximo ao local de produção, sendo que, dessas, 71,5% estão na condição de posseiras e 28,5 % de proprietárias. As demais agricultoras residem no local de produção e são proprietárias.

Na Tabela 5, conforme demonstrado, entre as atividades financiadas pelas mulheres prevalecem: a bovinocultura (40%); a horticultura (35%); suinocultura e avicultura (15%); aquisição de um alambique (5%); e, caminhonete (5%), utilizada para fazer o transporte dos produtos da horta que são comercializados no CEASA de Montes Claros.

Tabela 5: Itens financiados pelas entrevistadas nas comunidades rurais dos municípios de Montes e Brasília de Minas

Atividade/Itens Financiados	Percentual de Agricultoras (%)
Bovinocultura	40
Horticultura	35
Suinocultura/Avicultura	15
Alambique	5
Veículo (caminhonete)	5
Total	100

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo nas comunidades rurais de Pau D'óleo, Planalto Rural, Angicos de Minas e Retiro de Santo Antônio (2015).

Na horticultura, os recursos foram direcionados basicamente para compra de estufa, irrigação por gotejamento, canos, adubos, fertilizantes e maquinários agrícolas, a exemplo de um tratorito. Na bovinocultura, os recursos foram aplicados na compra de gado, construção de cercas e preparação de pastagens. Na suinocultura e na avicultura, na construção de galinheiros e instalações para suínos (Figura 5 e Figura 6).



Figura 5: À esquerda, Horta orgânica (Comunidade Pau D'Óleo). À direita, Animais descansando (Comunidade Planalto Rural).

Fonte: Elaboração Própria (2015)



Figura 6: À esquerda, Suínos (Comunidade Retiro Santo Antônio). À direita, Alambique (Comunidade Angico de Minas).

Fonte: Elaboração Própria (2015)

Quanto à gestão dos recursos, tanto em Brasília de Minas como em Montes Claros, quase a totalidade das mulheres casadas relatou que há uma parceria com o marido, no que se refere ao gerenciamento dos recursos, e que todas as decisões são compartilhadas, inclusive os afazeres domésticos.

Durante a pesquisa de campo, foi possível perceber essa cumplicidade entre os casais, como também entre pais e filhos. No entanto, foi identificada uma agricultora casada que vive uma relação em que é o marido quem decide tudo em relação às atividades agrícolas, como também na gestão dos recursos, não ajudando nos afazeres domésticos, conforme relato da própria agricultora.

As poucas mulheres solteiras da amostra comandam sozinhas a unidade doméstica, devido à ausência de um companheiro/a e ao fato de os filhos ainda serem estudantes. Nota-se, na atualidade, uma tendência de filhos consumidores ao invés de filhos produtores. No caso da agricultora viúva da amostra, a filha casada mora na propriedade e, ainda que em casas separadas, ela e o marido ajudam na administração da propriedade.

No que tange ao financiamento do PRONAF Mulher, as agricultoras entrevistadas solicitaram os recursos no período de 2010 a 2014.

No município de Montes Claros, os valores financiados variaram entre R\$9.000 a R\$30.000, num total estimado de R\$124.292,00 (cento e vinte quatro mil, duzentos e noventa e dois reais). Desses recursos, 75% foram aplicados em itens ligados à horticultura, 12,5% em bovinocultura e 12,5% para aquisição de uma caminhonete.

Em Brasília de Minas, as agricultoras entrevistadas informaram que os valores financiados variaram entre R\$9.000,00 e R\$10.000, num total estimado de R\$149.996 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais), lembrando que foi entrevistado um número maior de agricultoras neste município. Desses recursos, 66,6% foram aplicados em itens ligados à bovinocultura, 25% em avicultura e suinocultura e 8,4% em um alambique.

Nenhuma agricultora entrevistada disse ter aplicado os recursos do crédito PRONAF para outros fins a não ser para aqueles que constavam no projeto. Segundo Miranda (2011), a aplicação do crédito para fins que não geram renda acaba diminuindo a capacidade de pagamento e gerando inadimplência.

No entanto, alguns estudos apontam que os recursos solicitados pelo PRONAF podem ser canalizados para outras finalidades que não constavam nos projetos. De acordo com Tolentino (2013, p.199), os recursos solicitados pelo PRONAF nem sempre são aplicados conforme as regras e as normas do crédito, “falar que vai usar o dinheiro para uma coisa e, na verdade, utiliza para outra, é algo relativamente comum entre os camponeses pesquisados”. Segundo a autora, a impressão que se tem é de que o “camponês faz uso do dinheiro do PRONAF para as suas necessidades da vida cotidiana, mesmo sabendo que o mesmo deve ser destinado para atividades econômicas, uma vez que ele está longe de ser um *homo economicus*” (TOLENTINO, 2013, p.202).

No que diz respeito às perspectivas de pagamento do crédito, em Montes Claros somente 12,5% das agricultoras entrevistadas têm financiamento fora do período de carência e diz estar em dia com o pagamento do crédito. Já em Brasília de Minas, os financiamentos de 91,66% das agricultoras entrevistadas estão fora do período de carência, estando elas em dia com o pagamento do crédito. Foi identificada somente uma agricultora em inadimplência com o banco, mas esta pretende ir ao banco negociar.

Há uma grande preocupação das agricultoras em manter o “nome limpo” junto à instituição financeira. As agricultoras entrevistadas que se encontram no período de carência disseram estar preparadas para quitar a dívida no prazo do vencimento e, inclusive, já estão com o recurso guardado para essa finalidade. Apenas uma agricultora disse que pretende pagar no dia do vencimento, mas teme ter dificuldade, em razão da atual situação do país. Um fator interessante observado entre elas é a capacidade de organização financeira em relação às atividades domésticas e produtivas, visto que não fazem uso de nenhum controle de planilhas. Segundo elas, o controle é todo “na cabeça”, ocorrendo, no máximo, uma anotação em caderno.

Portanto, quitar a dívida e manter o nome limpo é uma preocupação permanente das mulheres rurais entrevistadas. Isto pode ser atestado pelo estudo de Hernandez (2009), “em que o maior temor das mulheres ao assumir inicialmente o crédito era o fato de não conseguir pagar o financiamento”. A maioria das mulheres indicou ter a possibilidade de pagar o financiamento no prazo e algumas já têm estratégias para garantir o pagamento, com poupança direta, apoio previdenciário e outras linhas de crédito.

No geral, é importante ressaltar que para os bancos a informação é essencial para o controle da inadimplência bem como para o risco de crédito, sendo o cadastro um importante instrumento de coleta de dados dos clientes.

De acordo com Abramovay e Veiga (1999), os pequenos agricultores não se inserem nas regras de mercado de avaliação de risco, sendo indicados pelas entidades ligadas aos movimentos sociais, ficando prejudicado qualquer tipo de análise.

Miranda (2011, p.22) entende que os “bancos esqueceram ou não quiseram incluir em seus sistemas, orientando-se talvez pela relação custo/benefício, os pequenos agricultores”. Ainda, segundo o autor, os bancos “terceirizam” o serviço através de projetos técnicos, realizados por empresas devidamente credenciadas, como a EMATER-MG, cooperativas e os próprios sindicatos. Os dados colhidos pelas respectivas entidades nem sempre refletem a real situação do pequeno agricultor, pois muitas das informações ali contidas são obtidas conforme declaração do próprio agricultor.

Nesse sentido, para Bittencourt e Abramovay (2005), um dos principais motivos da inadimplência que ocorre no PRONAF investimento justifica-se pelo fato de muitos produtores receberem financiamentos acima de sua capacidade de pagamento, calculados através de projeto técnico. Além disso, torna-se difícil calcular a capacidade de pagamento de projeto técnico de um público que tem seus recursos econômicos retirados do campo, onde num ano tem seca e em outro, enchente. Ainda segundo os autores, a inadimplência tende a ser maior quanto maior for o prazo de carência dos financiamentos. O que se vê nos projetos técnicos é um prazo de carência de 3 anos, de modo uniforme, independente do destino do crédito ou da atividade financiada, sendo que, nesse prazo, os agricultores não acumulam recursos para pagamento de suas dívidas e que por vezes até se esquecem do vencimento.

4.2.2.1 A EMATER-MG e o processo do PRONAF Mulher

Como já evidenciado neste estudo, o primeiro passo para obtenção do PRONAF Mulher é o preenchimento da DAP, informando ao banco que a mulher está apta a acessar o crédito. Este formulário pode ser obtido na EMATER-MG, nos sindicatos e outros órgãos conveniados. O segundo passo é a elaboração de um projeto que especifique o que será financiado e em que serão aplicados os recursos, devendo estar claro o tipo de investimento a ser realizado e o que será produzido com ele.

Os projetos das agricultoras entrevistadas foram elaborados pelo técnico da EMATER-MG, de Montes Claros, e pelo representante da empresa STR Projetos e Financiamentos, do município de Brasília de Minas, que são agentes de mediação credenciados pelos seguintes bancos, respectivamente, Banco do Brasil S/A e Banco do Nordeste S/A.

De acordo com entrevista do técnico extensionista da EMATER-MG, do escritório regional do município de Montes Claros, a instituição apoia atividades para as mulheres relacionadas ao crédito PRONAF Mulher há 10 anos, com destaque para algumas atividades mais frequentemente requisitadas para elaboração de projetos, tais como: horticultura, suinocultura, avicultura e bovinocultura.

A Instituição atende 38 comunidades rurais no município, sendo realizadas três capacitações técnicas durante o ano. Segundo o extensionista, como são muitas as comunidades para serem atendidas, o pessoal técnico deveria ser em maior número, visto que, após o crédito ser aprovado, a EMATER-MG tem que realizar três visitas às agricultoras e elaborar laudos para a instituição financeira, para cada visita. A instituição financeira libera 50% dos recursos no primeiro laudo, 25% no segundo e 25% no terceiro laudo.

No que se refere a melhorias técnicas relacionadas ao crédito, o extensionista entende que deve haver mais facilidade de documentos exigidos pelos agentes financeiros, ou seja, deve haver “desburocratização das exigências quanto à documentação da agricultura familiar”, bem como mais apoio do governo Federal (MDA), mais incentivos e mais recursos. Quanto à divulgação do PRONAF Mulher nas comunidades rurais, a EMATER-MG divulga em seminários, cursos e palestras, e em parceria com associações.

Para o extensionista da EMATER-MG, as mulheres sabem aplicar melhor o crédito e os recursos, e a inadimplência é bem menor que a dos homens. A única

desvantagem realçada pelo técnico é nas situações em que a mulher é subordinada ao homem, pois isso torna o processo mais demorado, visto que ela, em regra, não decide sozinha. Ele concorda que as mulheres têm procurado outros apoios desde que tiveram acesso ao crédito, principalmente os sindicatos, por causa da aposentadoria.

Segundo os presidentes dos Sindicatos dos Produtores Rurais, tanto de Montes Claros quanto de Brasília de Minas, há apoio às mulheres rurais desde 2010.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montes Claros conta, atualmente, com dois técnicos para a orientação e assistência técnica em todas as modalidades do PRONAF. Já no município de Brasília de Minas, o sindicato conta apenas com o agente de mediação da empresa SRT Projetos e Financiamentos Agropecuários.

Os técnicos dos sindicatos realizam toda a assessoria e todo acompanhamento necessário para as agricultoras que acompanham. Segundo o técnico de Brasília de Minas, “não é só colocar o crédito na mão, tem que ser orientado e acompanhado”.

No que se refere às exigências, todos foram unânimes em dizer que o processo deveria ser mais simples e que a burocracia é muito grande.

Quanto à divulgação do PRONAF Mulher nas comunidades rurais, o sindicato de Montes Claros o divulga nas assembleias e reuniões, em parceria com associações e, também, através de ‘boca a boca’. Em Brasília de Minas a divulgação é feita através de palestras, reuniões nas comunidades e divulgação pelo rádio.

As lideranças e técnicos dos sindicatos de Montes Claros e Brasília de Minas corroboram com o técnico da EMATER-MG no que diz respeito à melhor gestão dos recursos pelas mulheres em comparação aos homens, bem como ao fato de apresentarem menor inadimplência. A desvantagem, vista pelo técnico do sindicato de Montes Claros em relação às mulheres que acessam o PRONAF Mulher é “a resistência a novas tecnologias”. Já para o presidente do sindicato de Brasília de Minas, “a mulher evoluiu, ela tem que ser sindicalizada, e aqui no município é ainda insignificante a sindicalização das mulheres”.

Por solicitação do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) do MDA, no ano de 2005 foi realizada a primeira avaliação sobre a participação das mulheres no acesso ao crédito à agricultura familiar. A avaliação considerou 615 questionários provenientes de 20 unidades de Federação, que foram auto aplicados a partir de uma amostra aleatória, junto à base dos movimentos sindicais dos trabalhadores rurais de mulheres agricultoras, sob a coordenação do PPIGRE (MDA/NEAD, 2005).

A avaliação mostra dificuldades encontradas, basicamente, na emissão da Declaração de Aptidão (DAP), no entendimento sobre o PRONAF e o acesso ao financiamento e na elaboração do projeto ao crédito.

Segundo o estudo, os principais problemas relacionados à DAP e à elaboração do projeto referiam-se à cobertura existente; falta de informação; normatização; operacionalização; habilitação para obter DAP; e, características institucionais das entidades credenciadas.

Sobre a elaboração do projeto de crédito, foram observados problemas relacionados à cobertura; à informação; à formação e à qualificação profissional e institucional relativa aos bancos propriamente ditos; às condições básicas de habilitação para o crédito; à demanda e a sua qualificação; bem como às interfaces de todos estes temas com as relações de gênero.

Verificou-se que os profissionais detinham pouca informação sobre o PRONAF e não atuavam com maior integração junto aos agentes financeiros e aos movimentos sociais no campo. O tipo de conhecimento que ofereciam se concentrava nas atividades primárias da agricultura familiar, com pouca experiência na área rural não agrícola, que são áreas de muito interesse para muitos grupos de mulheres: artesanato, gestão de projetos, agroindústrias e comercialização de produtos.

Em referência ao financiamento, destacavam-se algumas condições prévias para solicitar o crédito: a terra, a infraestrutura, a ausência de documentação, as relações familiares e o endividamento das famílias agricultoras; do crédito em si como a sua normatização, as garantias exigidas, a disponibilidade dos recursos; das relações institucionais entre agentes financeiros, sindicatos rurais, bancos, empresas de assistência técnica e sua relação com as mulheres trabalhadoras rurais, bem como do nível de informação disponível sobre o PRONAF.

O estudo realizado por Fernandes (2008) reafirma algumas observações identificadas pelo MDA/NEAD (2005), sendo observado que os agricultores reclamavam do excesso de burocracia exigido pelas normas técnicas e pelo banco, da falta de preparo dos técnicos para passar as informações técnicas em linguagem simplificada aos agricultores, da demorados resultados quanto à aprovação dos projetos solicitados etc.

Diferentemente do constatado nesses estudos, as observações sobre o processo de acesso ao PRONAF Mulher das agricultoras dos municípios de Brasília de Minas e Montes Claros indicam que o acesso ocorreu sem maiores dificuldades, Uma vez que os

agentes de mediação responsabilizaram-se por todo o processo burocrático. Contribuiu para talo fato de a grande maioria das mulheres já conhecer todo o procedimento. No entanto, os agentes de mediação de ambos os municípios consideram o processo extremamente burocrático, o que é corroborado pelos estudos ora indicados.

4.2.3 Reflexos do PRONAF Mulher nas condições de vida das Mulheres Rurais

As dimensões selecionadas para investigar os possíveis reflexos do PRONAF Mulher nas condições de vida das Mulheres Rurais, sugeridas no estudo de Asmus (2004), são: Saúde, Bens Materiais, Educação, Meio Ambiente, Segurança e Trabalho. Neste estudo, condição de vida foi empregada como o equivalente a “os determinantes político-organizacionais da sociedade como um todo, que norteiam a relação entre os grupos de sujeitos e as variantes de saneamento, transporte, habitação, alimentação, educação, cuidados à saúde, entre outros” (GONÇALVES, 2004).

Durante a pesquisa de campo, foi apontado pela maioria das agricultoras pesquisadas (95%) que os recursos do PRONAF Mulher não são suficientes para cobrir as despesas e os investimentos da unidade familiar. No entanto, o seu uso, aliado a outros rendimentos da família, tem contribuído para melhorar as condições de vida dessas mulheres, conforme se demonstra na discussão das dimensões, a seguir.

DIMENSÃO SAÚDE

A saúde está entre as mais importantes dimensões integrantes das condições de vida. A maioria da população mundial sofre de diversos tipos de privações, como a não acessibilidade à água potável, a bons remédios e ao saneamento básico. Partimos da premissa, indiscutível, por sua veracidade que “um país que garante a todos os cuidados de saúde pode conseguir resultados notáveis em termos de duração e qualidade de vida de toda a população” (SEN, 2010).

A análise da Dimensão Saúde neste estudo compreendeu as seguintes categorias: i) cultivo de produtos para alimentação da família; ii) compra de remédios;iii) consultas médicas; iv) encanamento de água; v) abastecimento de água na moradia; vi) tratamento de água; vii) instalação sanitária; e,viii)escoamento sanitário.

As mulheres entrevistadas indicaram ter feito uso do PRONAF Mulher para, entre as categorias analisadas, os devidos fins: cultivo de produtos para alimentação da

família (75%); compra de remédios (20%); consultas médicas (15%); e, abastecimento de água (10%).

i) Cultivo de produtos para alimentação da família



Figura 7: Horta orgânica com proteção estufa (Comunidade Planalto Rural)

Fonte: Elaboração Própria (2015)

A produção para autoconsumo é todo o tipo de produção, bens, ferramentas de trabalho ou outros produtos que são produzidos no interior da unidade familiar e consumidos pelos seus membros para prover suas necessidades. Nesse sentido, “o autoconsumo alimentar pode ser definido como aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira que foi produzida pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico, de acordo com as suas necessidades” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

A produção para autoconsumo alimentar é uma estratégia recorrente e está presente em todas as famílias de agricultoras pesquisadas. Observa-se nesta o plantio de milho, feijão, mandioca, cana, a horticultura (folhas orgânicas), tomate, tomate cereja, maxixe, vagem, pimentão, chuchu, pepino japonês e alimentos provenientes de criação animal (galinha caipira, suínos, bovinos).

Bovinocultura, suinocultura e avicultura predominam na unidade de produção das propriedades das agricultoras entrevistadas de Angicos de Minas e Retiro de Santo Antônio, do município de Brasília de Minas, e a horticultura nas propriedades das agricultoras de Planalto Rural e Pau D’óleo, do município de Montes Claros.

Durante a aplicação das entrevistas, ficou nítido que a produção para autoconsumo alimentar cumpre uma importante função, ao manter internamente à unidade familiar, a satisfação de uma de suas necessidades vitais. Nas respostas das entrevistadas foi afirmado o uso do PRONAF Mulher e sua contribuição para a

quantidade e qualidade da produção para autoconsumo alimentar, proporcionando uma alimentação saudável e farta, conforme alguns relatos das agricultoras.

“Agora temos leite e queijo em abundância, isso foi possível depois do PRONAF Mulher” (MARGARIDA 1).

“Na nossa mesa não falta nada, e é tudo saudável e novinho, com o PRONAF Mulher comecei a plantar o orgânico” (MARGARIDA 2).

“Com o PRONAF Mulher lá em casa é tudo saudável e de boa qualidade, só não come saudável quem não quer”. (MARGARIDA 4).

“Com a ajuda do PRONAF Mulher na nossa mesa não falta ovos, nem leite nem queijo.” (MARGARIDA 10).

Estudos no Brasil têm indicado a atuação das mulheres rurais em movimentos agroecológicos, a exemplo do estudo de Siliprandi (2009), que é centrado em trajetórias de vida de mulheres agricultoras que participam ativamente de movimentos agroecológicos e integram organizações sociais e movimentos, que hoje se organizam em torno de uma rede social, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)¹². Segundo Siliprandi (2009, p.250):

[...] essas agricultoras sentem um enorme orgulho em poder oferecer uma mesa farta e com alimentos de qualidade para a sua família, assim como para a comunidade (por meio das feiras e mercados locais), a partir do trabalho que é realizado na propriedade. [...] No processo de transformação para a agroecologia, passam a valorizar outras questões, ligadas, por exemplo, à variedade dos alimentos consumidos. [...] A capacidade de produzirem os alimentos para o próprio consumo também se contrapõe à necessidade de compra da alimentação industrializada, que passa a ser considerada por elas como monótona, pobre, pouco saudável. As qualidades da alimentação proveniente da própria produção (fatura, alimentos limpos e naturais, pouco processados, sem resíduos químicos) serão argumentos para a defesa de um modelo ideal de desenvolvimento agrícola baseado no campesinato.

ii) Compra de remédios e consultas médicas

Foram poucas as mulheres que informaram ter feito uso de recursos do PRONAF Mulher para compra de remédios (20%) e consultas médicas (15%). A maioria (75%) relatou que, quando precisa de cuidados médicos, sempre recorre ao posto de saúde ou hospital público.

¹²Em linhas gerais, a agroecologia pretende apoiar a transição dos atuais modelos de agricultura e de desenvolvimento rural, considerados insustentáveis, para outros, sustentáveis. A sustentabilidade é definida, de forma ampla, como a capacidade de esses processos perdurarem no tempo, conciliando a atividade agrícola e a manutenção das características ecológicas do ambiente, e proporcionando meios de vida dignos para as pessoas envolvidas. Distingue-se, no entanto, de uma mera substituição tecnológica ou de insumos, porque questiona não só os métodos de cultivo ou de criação animal, mas também os objetivos finais da produção moderna, assim como as formas de organização social, econômica e política que a originaram e a sustentam (SILIPRANDI, 2009, p.101).

As comunidades rurais de Angicos de Minas, Retiro de Santo Antônio e Planalto Rural contam, cada uma, com um posto de saúde. Já a comunidade rural de Pau D'óleo conta com a unidade Básica de Saúde (UBS) do distrito de Nova Esperança.

As mulheres que fizeram uso do PRONAF Mulher para arcar com consultas médicas, realização de exames e compra de remédios relataram que é gratificante essa independência, visto que os serviços de saúde oferecidos pelo poder público muitas vezes não contemplam a necessidade delas. Muitos exames não são ofertados e, dependendo do remédio, não se consegue no posto de saúde, de acordo com alguns relatos:

“O médico passava uma lista de exame para fazer e pelo posto não consegue nada. Agora, com a ajuda do PRONAF Mulher posso pagar meus exames, comprar meus remédios” (Margarida 3).

“Nossa! O PRONAF Mulher ajuda muito.. tem vez que não tem remédio no posto, é um oftalmo para pagar. Com meu filho mesmo eu pago oftalmo todo ano, e graças ao PRONAF posso pagar” (Margarida 4).

Para que a população do país tenha acesso ao atendimento público de saúde, foi criado pela Constituição Federal Brasileira de 1988 o Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo Teixeira (2003), o SUS vive hoje sérios impasses, prevalecendo a lógica privada, onde os setores privados recebem recursos para atender a setores sociais não carentes. A política de redução dos gastos leva à deterioração cada vez maior do atendimento à população carente. Apesar de sua fragilidade, a existência de mais de três mil Conselhos Municipais de Saúde indica a possibilidade de uma ação mais ofensiva e consequente diante da situação.

É importante ressaltar que, em dezembro de 2011, foi instituída, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), que reafirma o princípio de universalidade do SUS, por meio de ações de saúde integral, como a garantia constitucional a tais populações, com o objetivo de buscar soluções para os problemas relacionados à vida e ao processo de trabalho no campo, na floresta e nas águas. Sua operacionalização depende do comprometimento de gestores estaduais e municipais do SUS, assim como de prefeitos e governadores e da articulação com outras políticas que promovam melhorias nas condições de vida e saúde dessas populações, como a educação, o trabalho, o saneamento e o ambiente além daqueles programas que visam garantir a produção e o abastecimento alimentar sustentável, como o Plano Nacional de Segurança Alimentar e

Nutricional e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (MDA, 2013).

iii) Abastecimento de água

Das agricultoras entrevistadas, 20% informaram ter feito uso do PRONAF Mulher na instalação de poços artesianos, para aumentar o abastecimento de água na moradia. Seguem alguns relatos das agricultoras:

“Eu fiz o poço artesiano por causa da irrigação que é para molhar a horta. Hoje não preciso mais molhar a horta com regador, a irrigação faz tudo... nunca mais bati o enxadão graças ao PRONAF Mulher... é sério... tenho bico de papagaio de tanto fazer canteiro e molhar a horta com regador (Margarida 4).

“Eu perfurei o poço artesiano, mas estou lutando para fazer documento do poço, ainda não tem água” (Margarida5).

Foi constatado, nas comunidades pesquisadas, que o acesso e uso da água são por intermédio de poços artesianos, cisternas, nascentes e rios, ou através de barragens comunitárias construídas pelo poder público.

Segundo Afonso (2008), a comunidade de Pau D’Óleo, juntamente com outras comunidades, criou em 1995 uma Associação de Moradores que conseguiu a perfuração de poços comunitários, o que representou uma alternativa para o uso doméstico e para os animais criados próximos às casas.

A comunidade Planalto Rural possui quatro fontes de água: cisternas, poços artesianos, nascentes e rios. Segundo Fonseca (2012), isso se constitui em um fator bastante expressivo para a região Norte Mineira, pois o rigor da seca é citado como um empecilho para a sobrevivência e a produção na região, principalmente para culturas que têm demandas hídricas elevadas. Conforme a autora, todas essas fontes têm propiciado água de qualidade e em abundância para o uso doméstico e para a produção de uma diversidade de produtos agrícolas. Nas comunidades rurais de Angico de Minas e Retiro de Santo Antônio, o acesso e uso da água dão-se por meio de barragens comunitárias construídas pelo poder público.

Os resultados ora apresentados, advindos das pesquisas de campo e da oitiva das mulheres que têm acesso ao PRONAF Mulher, corroboram o impacto positivo do programa no autoconsumo alimentar, em algumas situações relacionadas aos cuidados com a saúde e no abastecimento de água na moradia, atestando, assim, sua contribuição na melhoria de condições de vida dessas mulheres.

DIMENSÃO BENS MATERIAIS

Nesta dimensão, pretendemos analisar como as condições de vida são conjugadas no cotidiano das agricultoras entrevistadas, a partir do acesso ao PRONAF mulher.

De acordo com Minayo (2008), condições de vida, na sua operacionalização, dizem respeito “[...] ao tipo de moradia (se nela há água encanada e banheiro, por exemplo) posse de bens materiais (como propriedade de vários tipos de equipamentos domésticos)”. A partir de tal concepção, a Dimensão Bens Materiais, neste estudo, foi agrupada nas seguintes categorias:

Imóveis e Benfeitorias: Melhorias no imóvel, Aquisição de terras e Instalação elétrica.

Eletrodomésticos e Eletroeletrônicos: Geladeira, Freezer, Fogão, Máquina de lavar roupa, Tanquinho, Televisor, Forno de Micro-ondas, Aparelho DVD.

Comunicação: Linha telefônica fixa instalada, Telefone móvel (celular).

Informática: Computador, Internet.

Transporte: Automóvel para uso particular ou para trabalho, Motocicleta, Bicicleta, Utilitário/caminhão para uso na propriedade, Cavalo/carroça para transporte.

As respostas das entrevistadas para a dimensão Bens Materiais foram organizadas de acordo com essas categorias e estão demonstradas a seguir.

i) Imóveis e Benfeitorias: (Melhorias no imóvel e Aquisição de terras)



Figura 8: Moradia de Agricultora (comunidade Pau D'Óleo)

Fonte: Elaboração Própria (2015)

A moradia, lugar onde o cotidiano é vivido, também fez parte da pesquisa de campo realizada. Em algumas casas das agricultoras a entrevista era feita na sala, outras na entrada, espaço utilizado como varanda. Na maioria das vezes, era servido um cafezinho acompanhado de biscoito, queijo, pamonha. Nestas visitas, além de uma visão panorâmica, o olhar desta pesquisadora percorria o interior das casas, nas quais pudemos perceber que estas eram providas de eletrodomésticos e eletroeletrônicos básicos; outras apresentavam bens de uso comum, de última geração, como TV LCD, bem como a presença de uma infraestrutura sanitária adequada.

Foi constatado, a partir dos depoimentos das entrevistadas, que parte das agricultoras (35%) usou recursos do PRONAF Mulher para realizar melhorias nas moradias e 5% delas para legalizar a posse da terra. Uma agricultora emocionou-se ao falar da sua luta para concluir sua construção. Esta casa, a que ela se refere, é um sobrado, com estrutura física diferenciada das demais moradias da região, por apresentar um muro de vidro temperado logo na entrada da casa. Segundo a agricultora, aqui denominada Margarida 13, a conclusão da construção só foi possível graças à ajuda do PRONAF Mulher. Esse relato se junta a outros, a seguir:

“Graças a essa condição que o governo deu, melhorou muito minha vida, pude terminar minha casa. Foi muita luta, trabalho e suor para eu conseguir terminar minha casa. Por isso ela é muito valiosa para mim” (Margarida 13).

“Antes eu tinha a posse da terra, hoje tenho a propriedade da terra, graças à ajuda do PRONAF Mulher” (Margarida 11).

“Foi muito bom, (O PRONAF) ajudou ter uma casa melhor. Não sabemos de agora para frente. Ano que vem, dá medo. Não to vendo sinal de retorno” (Margarida 16).

ii) Eletrodomésticos e Eletroeletrônicos, Comunicação e Transporte

As agricultoras disseram ter usado recursos do PRONAF Mulher para adquirir geladeira (15%), fogão (5%), tanquinho (15%) e micro-ondas (5%). Uma das agricultoras se refere à compra de um desses eletrodomésticos com os recursos do PRONAF:

“O micro-ondas era um sonho, nunca sobrava recursos. Agora tenho mais tempo para dar assistência à família. Não fico presa para preparar a alimentação da casa, faço várias coisas ao mesmo tempo. O micro-ondas facilita a preparação dos alimentos” (Margarida 1).

Para a comunicação, o grande aliado das agricultoras é o telefone celular. Todas as agricultoras possuem o aparelho, embora somente 15% disseram ter usado recursos do PRONAF para adquiri-lo.

No que se refere ao acesso à internet, 15% usaram recursos do PRONAF para ter acesso a essa tecnologia, que, aliás, é um recurso pouco utilizado pelas agricultoras, no entanto de grande utilidade para as famílias que puderam ter acesso, como pode ser confirmado pelo relato de uma das agricultoras:

“A internet ajuda nos estudos da minha filha que faz faculdade na Unimontes. Bom demais...” (Margarida 2).

As entrevistadas afirmaram ter usado recursos do PRONAF Mulher na aquisição de veículos de uso particular (20%), para trabalho (5%), motocicletas (10%) e bicicletas (5%) de uso próprio e como ferramenta de trabalho, sendo identificada uma situação em que a aquisição de uma caminhonete trouxe significativos benefícios para a agricultora, conforme relato.

“Antes do PRONAF eu vinha trabalhar e trazia meu filho para ajudar trazer um tanto de sacola na moto. Eu tinha que pagar frete para vim para o CEASA e outros mercados, eu vendo em três mercados. Muitas vezes tinha que parar a moto na estrada para pegar as verduras e folhas que caíam tudo no chão. Chegava tarde demais em casa. Dependendo, dormia aqui mesmo no CEASA, ao lado da minha barraca. Depois que comprei a caminhonete, minha vida mudou. Posso controlar o tempo, não pago mais frete, tenho mais conforto e não tem mais perigo na estrada como antes”(Margarida 05).

A agricultora, Margarida 15, fez questão de anunciar durante a entrevista que “a moto foi comprada com o PRONAF Mulher”. Houve também referência ao uso dos recursos na aquisição de um tratorito que, segundo a entrevistada Margarida 02, “melhorou demais as atividades agrícolas, o tratorito faz todos os canteiros”.

Das categorias da Dimensão Bens Materiais, as agricultoras entrevistadas não fizeram uso do PRONAF Mulher no que se refere a Imóveis e Benfeitorias (instalação elétrica), Eletrodomésticos e Eletroeletrônicos (Freezer, Máquina de lavar roupa e Aparelho DVD), Comunicação (linha telefônica instalada), Transporte (caminhão para propriedade, cavalo/carroça para transporte). Isso se justifica pelo fato de que mulheres entrevistadas já dispunham em suas moradias de alguns desses itens ou porque não tinham interesse, ou ainda, devido aos recursos serem insuficientes.

De acordo com Sen (2010), desenvolvimento é expandir as capacidades das pessoas para levarem o tipo de vida que elas valorizam. Assim, o enfoque das

capacidades explica-se por estar fundamentado no conceito de liberdade substancial da pessoa. A liberdade que cada pessoa tem para determinar o que quer cria oportunidade para buscar os objetivos individuais. Isto pode ser observado nas escolhas realizadas pelas agricultoras, quanto aos bens materiais adquiridos com o PRONAF Mulher. O Estado deve atuar para facilitar a obtenção dos meios, concorrendo para a criação de oportunidades.

DIMENSÃO EDUCAÇÃO



Figura 9: 1º Encontro Mulher Rural (Auditório ICA- UFMG- Montes Claros - MG)

Fonte: Elaboração Própria (2015)

A educação aumenta o potencial de a pessoa auferir renda e, assim, livrar-se da pobreza medida pela renda, de forma que, quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica, maior será a probabilidade de que, mesmo os potencialmente pobres, tenham uma chance maior de superar a penúria (SEN, 2010).

A análise da Dimensão Educação, neste estudo, compreendeu as seguintes categorias: participação em cursos; aquisição de revistas atuais e jornais; aquisição de livros ou curso sem vídeo; despesas com educação de filhos; participação em encontros municipais e estaduais; e participação em eventos culturais, grupos de danças e/ou cantos, grupos de preservação de tradições na sua localidade (participação cultural).

Entre as entrevistadas, 40% afirmaram ter participado de cursos para atualizar o conhecimento. Os cursos foram ofertados pela EMATER-MG, ASPROPHEM, SEBRAE-MG e Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Montes Claros e Brasília de Minas. Esses cursos contemplaram as seguintes temáticas: Manejo e Seleção de Gado; Gerenciamento de Associação; Horta Orgânica; Pequenas Empresas;

Políticas Públicas; ‘Financiamento, investir em quê?’ e ‘Dia de Campo’, que é um evento que envolve muitas palestras de interesse do agricultor e da agricultora.

No entanto, as agricultoras que participaram dos cursos ofertados pela EMATER-MG, ASPROPHEM e Sindicatos, informaram que os cursos foram gratuitos e as agricultoras (10%), que participaram dos cursos ofertados pelo SEBRAE-MG, não souberam dizer se o curso foi pago. Pode-se dizer, então, que as agricultoras não fizeram uso do PRONAF Mulher para participar de cursos, mas buscaram se empoderar por meio de cursos oferecidos à categoria por instituições parceiras.

No que se refere à aquisição de revistas, jornais, livros e cursos em vídeo, apenas uma agricultora disse ter o hábito de comprar livros e outra de adquirir cursos em vídeo, conforme relatos:

“Depois que fiz o PRONAF Mulher estou podendo comprar algum livro. Gosto muito de ler” (Margarida 15).

“Temos a preferência de comprar cursos em vídeo. Meu marido sempre estuda antes de investir, e o PRONAF Mulher contribui um pouco para adquirir os cursos” (Margarida 1).

Metade das entrevistadas revelou que os recursos do PRONAF Mulher ajudaram-nas na educação dos filhos. Tais recursos contribuíram para comprar material escolar, uniformes, pagar acesso à internet e custear as despesas de manutenção dos filhos fora do domicílio.

“Tenho um filho que estuda o segundo grau em escola pública no município de Montes Claros e faz um curso particular pelo CEBRAC. Além de ter que pagar o CEBRAC, que é particular, é preciso ter dinheiro para pagar o transporte e alimentação do menino, se não fosse o PRONAF não dava não” (Margarida 4).

“Como já te falei, minha filha faz administração de empresas lá na Unimontes, então a internet facilita demais para ela estudar, e tem também o transporte para pagar” (Margarida 1).

“Minha filha estuda Química em Araraquara, e o PRONAF Mulher contribui bastante para conseguir arcar com as despesas” (Margarida 20).

A Educação do Campo vem conquistando espaço em debates e políticas educacionais no cenário brasileiro. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), vem facilitando um processo de alfabetização e escolarização de assentados da reforma agrária no Brasil desde 1998, ano em que foi criado.

O PRONERA, como programa, reconhece a educação de jovens e adultos como um espaço de visibilidade, de direito, de desenvolvimento cultural local e de suas manifestações e, neste sentido, desenvolve suas atividades didático pedagógicas.

A Unimontes, em parceria com o PRONERA, vem atuando em 12 municípios da região Norte de Minas Gerais, desenvolvendo três projetos na região, com turmas de Ensino Fundamental (Alfacampo), de segundo grau (Magicampo) e de graduação (Educampo) (ALTO, 2012).

No que se refere aos encontros realizados pelo município, algumas poucas agricultoras disseram ter participado e estas informaram que não foi necessário fazer desembolso financeiro para tal, constatando-se, neste caso, que não foi feito uso do PRONAF Mulher para esse fim. No entanto, a melhora nas condições de vida gerada pelo PRONAF Mulher podem ter estimulado as capacitações e participações dos encontros.

É importante destacar que, em 15 de outubro de 2015, foi realizado, no município de Montes Claros, o *1º Encontro da Mulher Rural*, realizado pela União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar Economia solidária (UNICAFS-MG), em parceria com o vereador Eduardo Madureira, que criou o projeto de lei, aprovado pela Câmara Municipal, que instituiu o “Dia Municipal da Mulher Rural”.

O encontro teve como tema: “O trabalho da Mulher Rural na garantia da segurança alimentar” e contou com a participação de mais de duzentas mulheres de comunidades rurais da região. Foi possível constatar a participação de somente duas das entrevistadas no referido encontro, oportunidade em que esta pesquisadora conheceu as pronafianas Margarida 1 e Margarida 2, que muito contribuíram com esta pesquisa.

Dentre o universo das mulheres participantes do encontro em referência, foi possível observar que a grande maioria das mulheres pronafianas fez acesso ao PRONAF B, sendo identificadas menos de 10 mulheres que acessaram o PRONAF Mulher. Foi possível perceber também, durante o evento, o desconhecimento da grande maioria das mulheres a respeito da linha PRONAF Mulher.

Um grande encontro que é realizado na mesorregião, e que já foi relatado neste estudo, é a Marcha das Mulheres do Norte de Minas, que é organizada pelo Coletivo de Mulheres do Norte de Minas. Já foram realizadas cinco Marchas das Mulheres, o que proporciona oportunidade para as agricultoras da região participar do evento. Quando foi indagado às entrevistadas sobre o motivo da pouca participação nos eventos da

região, algumas se referiram a razões como falta de tempo, problemas de saúde, ou, simplesmente, porque não foi possível.

Pouco menos da metade das entrevistadas relataram participar de encontros culturais que acontecem nas comunidades, como festas religiosas, barraquinhas e eventos das escolas municipais e estaduais. Essas agricultoras informaram que os gastos nestes eventos são pequenos, mas reconhecem que o PRONAF Mulher contribui com essa participação.

Na análise da Dimensão Educação, foi possível verificar influências do PRONAF Mulher na aquisição de livros e cursos por vídeo, nos estudos das agricultoras e de seus filhos e a na participação das mulheres rurais nos eventos culturais das comunidades.

De acordo com Sen (2010), a educação é vista não somente como uma maneira de as pessoas se tornarem economicamente mais produtivas, mas também como uma condição de liberdade, desde que existam as condições de melhorar as habilidades de leitura, comunicação e aumentar as oportunidades de escolha. Ainda é tímida a participação das mulheres entrevistadas em encontros da região, no entanto, a participação de algumas delas e seu engajamento é considerado um grande avanço, visto que essa participação traz aprendizado, reconhecimento e valorização da mulher.

DIMENSÃO MEIO AMBIENTE



Figura 10: Rio Riachão (Comunidade de Pau D'Óleo)

Fonte: Elaboração Própria (2015)

As questões relacionadas ao meio ambiente há muito tempo têm preocupado a humanidade. O seu conceito é entendido pelo art.3º da Lei 6.938 / 81, como o “conjunto

de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

A Dimensão Meio Ambiente, neste estudo, compreendeu questionar as entrevistadas sobre o uso dos recursos do PRONAF Mulher para buscar:

- diminuir o veneno para lavoura que fica no ar;
- diminuir o odor oriundo da suinocultura, da avicultura, da fábrica de adubos;
- diminuir o cheiro de curtume;
- diminuir a fumaça do forno de carvão;
- diminuir a poeira do ar;
- investir em reflorestamento;
- reduzir impactos do eucalipto;
- reduzir impactos da mineração;
- aumentar disponibilidade de água;
- amenizar o calor;
- resolver problemas de acúmulo de resíduos agroindustriais (inclui dejetos de suínos, de agroindústria e embalagens de agrotóxicos);
- resolver problemas relacionados a perdas provocadas pelo clima.

Todas as agricultoras entrevistadas das comunidades de Montes Claros e de Brasília de Minas informaram não ter feito uso dos recursos do PRONAF Mulher para a preservação do meio ambiente. Entretanto, demonstraram sensibilidade quanto à preservação do ambiente e disseram que têm adotado algumas práticas sustentáveis nas suas propriedades, como indicado a seguir:

- a) não utilização de defensivos, sempre priorizando adubos orgânicos gerados nas próprias propriedades, exceto em casos excepcionais, como em uma comunidade de Pau D’Oleo, para não perder toda a plantação de tomates, que foi atacada por uma praga;
- b) perfuração e instalação de poço artesiano para irrigação de horta.

Constatou-se também, nas comunidades rurais, a preocupação com a conservação da água, através do uso de barraginhas. Segundo Fonseca (2012, p. 98), “foi-se percebendo um aumento gradual das águas nos rios, o que vem permitindo o seu uso na irrigação por gravidade, isto é, a captação da água nas áreas mais altas é canalizada para irrigar as culturas que estão nas áreas mais baixas, diminuindo, assim, o

gasto com energia elétrica”. Acrescenta a autora que uma das utilidades das barraginhas é seu uso no entorno dos córregos e dos riachos para a manutenção dos lençóis freáticos. Essa tecnologia tem se mostrado eficaz em toda a comunidade, na qual rios, que já haviam secado, voltam a correr, criando, assim, uma nova paisagem no semiárido.

Com relação à queima de carvão, verificou-se em uma propriedade da comunidade rural de Angicos de Minas, no município de Brasília de Minas, a realização da produção de aguardente com a queima de carvão. Constatou-se, ainda, que não há nenhuma prática sustentável utilizada em relação à fumaça.

Siliprandi (2009) evidencia em seu estudo uma forte preocupação das mulheres rurais com aspectos relacionados à sanidade ambiental, tais como: o recolhimento do lixo, a limpeza dos cursos de água, proteção de fontes, e a manutenção de um ambiente agradável a todos, evidenciada no cultivo de flores e de plantas ornamentais.

A partir dos dados coletados, foi possível perceber que existe preocupação por parte de todas as agricultoras entrevistadas em relação às questões ambientais. Elas são cientes de que a degradação ambiental e o esgotamento dos recursos naturais vão afetar suas vidas, posto que todas dependem da natureza como fonte direta dos meios de autoconsumo.

DIMENSÃO SEGURANÇA

Em relação à Dimensão Segurança foi questionado às entrevistadas sobre o uso de recursos do PRONAF para prevenção de assaltos e ataques de animais, ou se adquiriram equipamentos protetores necessários ao trabalho.

As agricultoras entrevistadas informaram não ter feito uso de recursos do PRONAF Mulher para gastos com segurança. Relataram que nunca foram vítimas de assaltos e roubos e que consideram as comunidades onde moram lugares relativamente tranquilos.

No que se refere a ataques de animais, como cobras e animais peçonhentos, as entrevistadas relataram que, para se protegerem, usam botina de cano alto de borracha e que alguns maridos usam caneleira de couro. Quanto ao Equipamento de Proteção Individual (EPI), as agricultoras que se dedicam à horticultura informaram possuir o Kit de EPI, e o utilizam, quando necessário. A Figura 11 mostra um exemplo de Equipamento de Proteção Individual (EPI).



Figura 11: Kit de Equipamento Individual de proteção (EPI)

Fonte: Elaboração Própria (2015)

Nos estudos de Oliveira et al (2013), é evidenciado que os acidentes por animais peçonhentos têm tido um aumento significativo, principalmente na zonal rural, e as causas principais podem estar relacionada às modificações no ambiente produzido pelo homem.

DIMENSÃO TRABALHO



Figura 12: À esquerda, Banca de Agricultora (CEASA - Montes Claros). À direita, Mercado Municipal Montes Claros

Fonte: Elaboração Própria (2015)

A análise da dimensão trabalho compreendeu as seguintes categorias: fontes de renda de atividades agrícola e não agrícola, situação financeira e condições de vida.

As fontes de renda das famílias das agricultoras entrevistadas são provenientes de atividade agrícolas (100%) e não agrícolas (20%). O Bolsa Família (75%), as aposentadorias (5%) e pensões por morte (5%) do marido também complementam as rendas das famílias.

Conforme relatado pelas agricultoras, todas as famílias entrevistadas tiveram acesso a várias modalidades do PRONAF para alavancar a atividade produtiva nas propriedades, a exemplo do PRONAF Mulher, objeto de estudo desta pesquisa. Como já evidenciado na seção que trata do processo de acesso ao crédito PRONAF Mulher, as atividades financiadas pelas mulheres são agrícolas, prevalecendo a bovinocultura (40%), a horticultura (35%), seguido de suinocultura e avicultura (15%), recursos financiados para a aquisição de um alambique (5%) e uma caminhonete (5%), utilizada para fazer o transporte dos produtos da horta que são comercializados no CEASA de Montes Claros.

Os produtos oriundos das atividades agrícolas são comercializados em mercados nos municípios de Montes Claros e Brasília de Minas, em “sacolões” e no CEASA, no município de Montes Claros, ou mesmo de porta em porta, como nas comunidades de Angicos e Retiro Santo Antônio, do município de Brasília de Minas.

A família da entrevistada Margarida 1 é proprietária de um sacolão, localizado no município de Montes Claros. E em Angico de Minas, a entrevistada Margarida 11 que investiu em bovinocultura pelo PRONAF Mulher, declarou que o marido é proprietário de um açougue.

As agricultoras manifestaram muita preocupação com a falta de chuva na região, o que tem prejudicado a manutenção do gado no pasto, conforme relatos a seguir:

“Tive que vender o gado, com a falta de chuva não tinha pasto, a plantação de milho morreu toda, vou pegar o dinheiro e aplicar de novo” (Margarida 9).

“A venda da cana (produção em pequena escala), está ajudando a manter o gado, mas esse ano, por falta de chuva, a produção caiu muito, e o gasto para manter o gado está bem alto” (Margarida 11).

As agricultoras que investiram em suinocultura e avicultura também relataram dificuldades decorrentes da estiagem prolongada:

“A gente vende leitão. O milho que agente planta, tira a ração para alimentar o porco e a galinha, com a falta de chuva ficou difícil agora. Lá no barzinho do meu marido agente vende churrasquinho e ovos” (Margarida 12).

“A galinha bota bastante, mas agora não está tendo retorno. Acho que o retorno tá difícil para todos” (Margarida 20).

Do total de mulheres entrevistadas, um quarto possui fontes de renda das atividades não agrícolas, como é o caso da Margarida 2, Secretária de Desenvolvimento Social no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Montes Claros, e

Margarida 20, que trabalha em uma creche, na comunidade de Retiro de Santo Antônio, no município de Brasília de Minas. Entre essas agricultoras, a maior parte delas está conseguindo aumentar a renda das famílias através de práticas como revenda de roupas, venda trufas e serviços de beleza. Segundo as agricultoras, o PRONAF Mulher teve uma grande contribuição para alavancar essas atividades. Segundo a agricultora Margarida 19, “eu vendo queijo, leite e com o retorno vendo roupas”.

Foi observado, durante a entrevista, que todas as agricultoras entrevistadas exerciam alguma atividade antes de obter o acesso ao PRONAF Mulher. Um percentual de 65% tinha renda dessas atividades e outras 35% disseram não ter renda, que “só ajudavam o marido”.

Pode-se observar que o trabalho da mulher, não sendo reconhecido, sugere não ter valor econômico e social. De acordo com Maia et al (2001), em virtude de atividades como cuidados de animais de pequeno porte destinados ao consumo, cultivo de horta, cuidados com os filhos e com a casa não se constituírem em atividades voltadas para o comércio, para a geração de valor, pelo fato de não receberem dinheiro pela sua execução, as mulheres os veem como “ajuda”. Esses trabalhos são desqualificados e considerados improdutivos, posto que não geram valor econômico em si.

Segundo a autora (2001, p.9), “o trabalho de mulheres como condição para melhorar suas qualidades de vida não se limita ao trabalho remunerado da esfera produtiva, mas também às atividades realizadas na esfera reprodutiva”. As agricultoras (65%) que informaram ter renda, antes do acesso ao PRONAF Mulher, disseram que a fonte advinha de atividades agrícolas (77%) e somente (23%) de atividades não agrícolas, a exemplo das agricultoras que exerciam a função cantineira em uma escola, outra exercia o magistério e outra que ajudava o marido no comércio.

É importante ressaltar que das mulheres (35%) que relataram não possuir renda individual antes do PRONAF Mulher, 80% tiveram a oportunidade de investir em bovinocultura e com o retorno do investimento conseguiram alavancar as atividades de revender roupas e doces nas comunidades rurais de Angicos de Minas e Retiro de Santo Antônio, e 20% dessas mulheres aplicaram em horticultura e comercializam os produtos no Mercado Municipal de Montes Claros.

Do total de mulheres entrevistadas no município de Montes Claros, metade delas possuem cargos administrativos em Associações e Sindicatos, a saber: Margarida 1, Presidente da Associação dos Produtores Unidos da Agricultura Familiar (ASPRUNAF); Margarida 2, Diretora da Previdência Social e Salarial do Sindicato dos

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Montes Claros; Margarida 3, Presidente da ASPROMOC; e, Margarida 4, 1ª Secretária da ASPROPHEN e 2ª Secretária do CODEPLAN. Essa participação das mulheres entrevistadas nos sindicatos e associações mostra um avanço da mulher rural nos espaços de luta em prol de seus direitos.

Ao final da entrevista foi indagado às agricultoras se elas gostariam de comentar alguma coisa a mais sobre sua experiência, a partir de seu acesso ao PRONAF Mulher. A partir da análise das respostas das agricultoras, foi possível o agrupamento dos seguintes temas: situação financeira e condições de vida, e reconhecimento e valorização da mulher.

Todas as agricultoras afirmaram que o PRONAF Mulher contribuiu para melhorar a situação financeira da família. Quase a totalidade delas foi unânime em dizer que só com o PRONAF Mulher não teria como pagar todas as despesas da casa e muito menos ter sobras para investir na propriedade ou em outras coisas. Mas o consideram um importante complemento na renda da família, sendo possível, a partir do retorno desse recurso, ajudar na despesa da casa, melhorar as condições de vida e até mesmo realizar alguns sonhos:

“Com a crise que tá, se não fosse o PRONAF, tinha gente passando fome. É uma benção. Eu falo, aqui tem emprego não, o dinheiro que gira é do comércio e aposentado. Com o PRONAF melhorou a situação de todo mundo” (Margarida 10).

“Igualou a sociedade. O povo nem sabia o que era R\$10.000. Melhorou a renda e a vida para todos” (Margarida 17).

“Melhor condição de vida para os ruralistas e a gente tem coragem para dever” (Margarida 13).

“Depois do PRONAF Mulher consegui meu carro para trabalhar, facilitou a vinda para o CEASA, não preciso mais dormir no chão ao lado da banca. Agora tenho mais, segurança e conforto” (Margarida 5).

“Deu uma melhorada na situação da família, ajudou demais, a partir do PRONAF Mulher consigo comprar roupa para revender” (Margarida 12).

“Em uma época minha família não tinha renda satisfatória, ajudou demais, ajudou consegui montar um salão de beleza” (Margarida 15).

“Melhorou tudo, financeiro, vestimenta, comida saúde” (Margarida 3).

“Depois do PRONAF Mulher minha família tem mais conforto, sobra mais tempo para o lazer. Onde eu ia imaginar eu e minha família na praia três vezes, todos juntos? Isso era um sonho...” (Margarida 2).

Ainda que as agricultoras entrevistadas tenham atestado que o PRONAF Mulher é um complemento aos financiamentos de outras atividades agrícolas, a agricultora Margarida 4, em vários relatos, deixou claro que, apesar de ter recorrido primeiro à modalidade do PRONAF B para iniciar a sua horta, no caso, com três canteiros, e ter

acesso ao Bolsa Família, ela não vê o PRONAF Mulher como complemento de renda, e sim, a principal fonte de renda para manter as necessidades básicas da sua família.

“Eu só tinha três canteiros e depois que fiz o PRONAF Mulher eu pulei para cem canteiros. Eu olho para minha horta e vejo o meu salário. Eu olho para a minha horta e vejo o PRONAF” (Margarida 4).

De forma geral, é possível dizer que o PRONAF Mulher trouxe mudanças para essas mulheres, principalmente em relação ao aumento da autoestima. Para algumas agricultoras, a experiência de transitar no espaço público (instituições financeiras), possibilitou-lhes valorização e reconhecimento, conforme relatos:

“A experiência da pessoa pobre entrar no banco é gratificante. Agente se sente mais valorizada e reconhecida, e isso só mesmo depois do PRONAF” (Margarida 15).

“Ajudou muita coisa. Agente sente valorizada só de pegar esse dinheiro no banco” (Margarida 18).

“A gente consegue ter uma vida mais estabilizada, mais reconhecimento, mais independente e a alegria de ter o dinheiro da gente” (Margarida 14).

“Ajudou a ter dignidade, a ter as coisas da gente” (Margarida 11).

Mediante o relato das agricultoras, é possível verificar que o PRONAF Mulher contribuiu para melhorar a renda das mulheres rurais e, de modo geral, isso influencia a melhoria de seu bem-estar e de sua família, incorrendo em reflexos positivos nas condições de vida. Como apontado por Yunus (2001, p116), “[...] quando uma mãe miserável começa a ganhar um pouco de dinheiro, é primeiro para os filhos que ela destina suas rendas. Depois, vem a casa: compra alguns utensílios, refaz o teto e melhora as condições de vida da família”.

Para melhor evidenciar o objetivo deste estudo, foi elaborada uma comparação da situação das mulheres rurais investigadas nesta pesquisa antes e depois do acesso ao PRONAF Mulher, conforme demonstrado no Quadro 5.

DIMENSÕES	SITUAÇÃO	
	ANTES DO PRONAF MULHER	APÓS PRONAF MULHER
1 SAÚDE		
a) Cultivo de produtos para alimentação da família.	a) A alimentação não era farta e com pouca variedade de produção para o autoconsumo (100%). a) Ausência de tecnologias para facilitar os meios de produção,	a) Uma alimentação farta e de boa qualidade (100%). Algumas agricultoras (40%) começaram a adquirir tecnologias e modernizar seus instrumentos de produção, o que

DIMENSÕES	SITUAÇÃO	
	ANTES DO PRONAF MULHER	APÓS PRONAF MULHER
<p>b) Compra de remédios e consultas médicas</p> <p>c) Abastecimento água.</p>	<p>causando desconforto e comprometendo a saúde de algumas (40%) agricultoras.</p> <p>b) Dependência de serviços de saúde ofertados pelo poder público (100%).</p> <p>c) Dependência de água para molhar a horta (20%).</p>	<p>implicou em:</p> <p>i) aumento na produção para o consumo;</p> <p>ii) mudanças na qualidade e quantidade de alimentos</p> <p>iii) melhorias na saúde e no bem-estar.</p> <p>b) Autonomia de algumas agricultoras (20%) para investir em questões relacionadas aos cuidados com a saúde.</p> <p>c) Possibilidade de perfuração de um poço artesiano para algumas agricultoras (20%).</p>
<p>2 BENS MATERIAIS</p> <p>1) Imóveis e benfeitorias</p> <p>a) Melhorias no imóvel</p> <p>b) Aquisição de posse da terra.</p> <p>2) Posse de bens materiais</p> <p>a) Eletrodomésticos e eletrônicos</p> <p>b) comunicação e informática</p> <p>c) transporte</p>	<p>1) Imóveis e benfeitorias</p> <p>a) Necessidade de realizar melhorias na moradia para algumas agricultoras (35%).</p> <p>b) Necessidade de regularizar a posse da terra (71,5% das agricultoras comunidades rurais de Angico de Minas e Retiro Santo Antônio são posseiras).</p> <p>2) Posse de bens materiais</p> <p>a) 40% das agricultoras manifestaram que tinham o desejo de adquirir eletrodomésticos e eletrônicos e 5% tinha o sonho de viajar para a praia com a família.</p> <p>b) falta de acesso aos meios de comunicação, como internet (100%) e aparelho celular (15%).</p> <p>c) ausência de meios de transporte para transportar produtos comercializados, relatado por uma agricultora.</p>	<p>1) Imóveis e benfeitorias</p> <p>a) Melhorias nas condições de moradias, o que possibilitou conforto e realização pessoal para algumas (35%) das agricultoras.</p> <p>b) Sentimento de liberdade e dignidade para uma agricultora de Angico de Minas através da regularização da posse da terra.</p> <p>2) Posse de bens materiais</p> <p>a) Mudanças no padrão de consumo: a aquisição de eletrodomésticos e eletrônicos (40%) e a oportunidade de viajar para a praia (5%). A realização desses desejos contribuiu para gerar conforto e autoestima das agricultoras.</p> <p>a) agilidade para comunicar-se através da aquisição de aparelho celular (15%) e a possibilidade de acesso à internet (10%), o que possibilitou a ampliação dos estudos para a filha de agricultora.</p> <p>c) propiciou segurança, conforto e mobilidade para a agricultora através da aquisição de um veículo utilizado para fazer o transporte dos produtos que são</p>

DIMENSÕES	SITUAÇÃO	
	ANTES DO PRONAF MULHER	APÓS PRONAF MULHER
d) utilitário.	<p>c) 30% das agricultoras manifestaram que tinham o desejo de adquirir veículos, motocicletas e bicicletas para uso da família.</p> <p>Ausência de máquinas e equipamentos para utilização na atividade produtiva a exemplo do tratorito (20%)</p>	<p>comercializados em mercados locais e no CEASA.</p> <p>c) conforto, mobilidade e realização de um desejo para as agricultoras que adquiriram veículo (20%), motocicleta (10%) e bicicletas (5%) para uso da família.</p> <p>Agilidade na execução das atividades produtivas, através da aquisição de tratorito para esta finalidade (20%).</p>
<p>3 EDUCAÇÃO</p> <p>1) Participação em cursos e aquisição de revistas atuais e jornais;</p> <p>2) Aquisição de livros ou curso sem vídeo e despesas com educação de filhos;</p> <p>3) Participação em encontros municipais e estaduais;</p> <p>4) Participação em eventos culturais locais.</p>	<p>1) Não participavam de cursos e não adquiriram revistas atuais e jornais (100%).</p> <p>2) Havia os gastos com aquisição de livros e cursos em vídeo (10%) e despesas com educação de filhos (50%).</p> <p>3) Uma minoria (5%) participava de encontros municipais e estaduais;</p> <p>4) 50% relataram participar de eventos culturais locais.</p>	<p>1) Favoreceu o acesso a informação e conhecimentos técnicos (40%), ainda que de forma qualitativa.</p> <p>2) Favoreceu a aquisição de livros (5%) cursos em vídeo (5%) e a educação com os filhos (50%).</p> <p>3) Um pequeno aumento na participação de eventos municipais e estaduais (20%) com influência do PRONAF Mulher, mas sem necessidade de desembolsar recursos financeiros.</p> <p>4) Permanece a mesma participação em eventos culturais, no entanto com contribuição do PRONAF para realizar gostos em barraquinhas e um melhor relacionamento social.</p>
<p>4 MEIO AMBIENTE</p> <p>1) Diminuir:</p> <p>a) o veneno para lavoura que fica no ar;</p> <p>b) o odor oriundo da suinocultura, da avicultura, da fábrica de adubos;</p> <p>c) o cheiro de curtume;</p> <p>d) a fumaça do forno de carvão; a poeira do ar;</p> <p>2) Investir em reflorestamento;</p> <p>3) Reduzir impactos do</p>	<p>Adotavam algumas práticas sustentáveis nas suas propriedades como o aumento de disponibilidade de água através de poço artesiano e cisternas.</p>	<p>Não fizeram uso dos recursos do PRONAF Mulher para a preservação do meio ambiente. Entretanto, demonstraram sensibilidade quanto à preservação do ambiente como a não utilização de defensivos, sempre priorizando adubos orgânicos gerados nas próprias propriedades.</p>

DIMENSÕES	SITUAÇÃO	
	ANTES DO PRONAF MULHER	APÓS PRONAF MULHER
eucalipto; 4) Reduzir impactos da mineração; 5) Aumentar disponibilidade de água; 6) Amenizar o calor; 7) Resolver problemas de acúmulo de resíduos agroindustriais (inclui dejetos de suínos, de agroindústria e embalagens de agrotóxicos); 8) Resolver problemas relacionados a perdas provocadas pelo clima.		
5 SEGURANÇA a) Prevenção de assaltos, de ataques de animais; b) Aquisição de equipamentos protetores necessários ao trabalho.	Nunca fizeram gastos para prevenção de assaltos e roubos e que consideram a comunidade onde moram um lugar relativamente tranquilo. Para se proteger de ataques de animais, como cobras e animais peçonhentos a família sempre usou botina de cano alto de borracha e caneleira de couro.	Não fizeram uso de recursos do PRONAF Mulher para gastos com segurança. As agricultoras que se dedicam a horticultura informaram possuir o Kit do EPI, e o utilizam quando necessário.
6 TRABALHO: 1) Atividades exercidas: a) agrícola e não agrícola; b) participação em sindicatos e associações 2) Fontes de renda	1) Tipo de atividade exercida: a) 77% (agrícola), 23% (não agrícola) b) Não tinham cargos administrativos em associações e sindicatos. 2) (a) 65% das mulheres tinham renda individual. (b) 35% não tinham renda individual. (c) Outras fontes de rendas: a) bolsa família (100%)	1) Tipo de atividade exercida: a) 80% agrícola e 20% (agrícola e não agrícola) b) Participação em sindicatos e associações com cargos administrativos (20%), sendo que apenas uma agricultora é remunerada. 2) (a) 100% das mulheres têm renda individual, sendo que 100% são advindas de atividades agrícolas e 20% de atividades não agrícolas (auxiliar creche, Diretora sindicato e atividades de revender doces e roupas). (c) Outras fontes de renda: a) Bolsa Família (75%) b) pensão marido (5%)

DIMENSÕES	SITUAÇÃO	
	ANTES DO PRONAF MULHER	APÓS PRONAF MULHER
3) Situação financeira e condições de vida	3) Situação financeira necessitando de um aporte à economia familiar (100%).	c) aposentadoria (5%) 3) Melhorou a situação financeira da família, resultando numa maior colaboração econômica à família (100%), refletindo nas condições de vida.
4) Reconhecimento e valorização	4) Falta de reconhecimento e valorização.	4) Aumento da autoestima implicando em reconhecimento e valorização.

Quadro 5: Comparativo das condições de vida das mulheres rurais antes e depois do acesso ao PRONAF Mulher

Fonte: Elaborado pela autora, com dados coletados em pesquisa de campo (2015).

Como observado no Quadro 5, de certa maneira, é possível dizer que, enquanto política social, o PRONAF Mulher contribuiu para a promoção do desenvolvimento rural sustentável nas comunidades rurais de Montes Claros (Pau D'Óleo e Planalto Rural) e Brasília de Minas (Angico de Minas e Retiro de Santo Antônio), promovendo o alcance de melhorias nas condições de vida das mulheres agricultoras investigadas.

Os resultados dos estudos de Zorzi (2008) e Hernandez (2009) evidenciam que o PRONAF Mulher ocasionou mudanças positivas para as mulheres rurais. Segundo Zorzi (2008), houve mudanças para as agricultoras investigadas, as quais demonstraram aumento da autoestima e consciência de seu papel social. Tais mudanças foram decorrentes da autonomia conquistada, aliada ao sentimento de serem capazes de gerir todo o processo de seu trabalho, até a comercialização, contribuindo assim para as despesas da família.

No entanto, para a autora, o PRONAF Mulher apresenta limitações socioculturais relacionadas à agricultura familiar e a problemas operacionais da própria política de crédito. Para Hernandez (2009), a obtenção de crédito para algumas mulheres significou uma “conquista” e uma oportunidade de complementar a renda familiar, mas também reconhece que houve falhas na efetivação do crédito, como a ausência de assistência técnica, a falta de reconhecimento das próprias mulheres sobre suas capacidades e habilidades, e a “pouca ou nula sensibilização das principais instituições públicas em lidar com um programa direcionado às mulheres” (HERNANDEZ, 2009, p.219).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para integrar a parcela da população pobre ao contexto econômico, político, social e cultural do país é imprescindível a criação de oportunidades iguais para as pessoas. Nesse sentido, na abordagem do desenvolvimento como liberdade, Sen (2010) deixa claro que o desenvolvimento das sociedades se constrói não somente pela riqueza material produzida pelas nações, mas também pela liberdade, oportunidade e capacidade que as pessoas têm de contribuir para tal desenvolvimento e para garantir o bem-estar pessoal e coletivo.

Na concepção do autor, a expansão das liberdades é condição fundamental para o desenvolvimento das comunidades e das sociedades. As políticas públicas, visando ao aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas (políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora) em geral, podem funcionar por meio da promoção dessas liberdades tendo um papel fundamental nesse processo. Nesse sentido, destacam-se iniciativas públicas como programas de crédito rural, voltados para a assistência de populações antes consideradas marginais. Na esteira dessa marginalidade, as mulheres agricultoras, ainda que tivessem historicamente um papel substantivo nas atividades agrícolas e ou familiares constituíam um grupo invisível. A criação de programas, como o PRONAF Mulher, que visam potencializar ações, dando-lhes oportunidade de crédito subsidiado e meios para melhorias na condição de vida, favoreceu às mulheres na sua visibilidade e no seu empoderamento.

A proposta deste estudo centrou-se na investigação das repercussões do PRONAF Mulher sobre as condições de vida das mulheres que tiveram acesso ao crédito. Selecionamos, como objetivo geral, analisar o processo de acesso ao crédito do PRONAF Mulher e quais seus possíveis reflexos nas condições de vida das trabalhadoras rurais do Norte de Minas. Como objetivos específicos foram propostos: identificar como se deu o acesso à informação, a elaboração do projeto e seu encaminhamento para implantação e acompanhamento. Delimitamos como objetos de estudo trabalhadoras rurais dos municípios de Montes Claros (MG) e Brasília de Minas (MG), após o acesso ao PRONAF Mulher.

Para proceder à análise foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres de comunidades rurais, lideranças de Sindicatos, técnicos da EMATER-MG e sindicatos responsáveis pelo crédito PRONAF.

As entrevistas abrangeram os seguintes grupos de informações: a) identificação das entrevistadas; b) processo de acesso ao crédito PRONAF Mulher; e, c) reflexo do PRONAF Mulher nas condições de vida dessas mulheres.

Foi unânime entre as agricultoras o uso de outras modalidades do PRONAF, para o financiamento das atividades agrícolas, sendo o PRONAF Mulher considerado um complemento para aumentar a renda familiar. No entanto, também foi apontado pela maioria dessas mulheres que mesmo que os recursos do PRONAF Mulher não sejam suficientes para cobrir as despesas e os investimentos da unidade familiar, o seu uso, aliado a outros rendimentos da família, tem contribuído para melhorar suas condições de vida, conforme demonstrado na discussão das seguintes dimensões: Saúde, Bens Materiais, Educação, Meio Ambiente, Segurança e Trabalho.

Na dimensão Saúde foi possível verificar que, depois do acesso ao PRONAF Mulher, houve mudança significativa na alimentação das famílias, que passou a ser farta e de boa qualidade. Algumas agricultoras começaram a adquirir tecnologias e modernizar seus instrumentos de produção, o que implicou um aumento na produção para o consumo, na qualidade e quantidade de alimentos e melhorias na saúde e no bem-estar. Verificou-se, também, autonomia de algumas agricultoras para investir em questões relacionadas aos cuidados com a saúde e a possibilidade de ter acesso à água, através da perfuração de poço artesiano.

Na dimensão Bens Materiais, verificaram-se melhorias nas condições de moradias e regularização da posse da terra, o que gerou mais conforto, realização pessoal e sentimento de liberdade e dignidade para algumas das agricultoras.

Foram percebidas mudanças no padrão de consumo a partir da aquisição de eletrodomésticos e eletrônicos e a oportunidade de viajar para a praia com a família.

A agilidade para comunicação, através da aquisição de aparelho celular e a possibilidade de acesso à internet, trouxe benefícios para as famílias e possibilitou a ampliação dos estudos para a filha de uma agricultora.

Segurança, conforto, mobilidade e realização pessoal foram as grandes conquistas para algumas agricultoras, depois da aquisição de veículos, motocicletas e bicicletas para uso da família; em especial para uma agricultora que adquiriu um veículo com a finalidade de fazer o transporte dos produtos que são comercializados nos

mercados e no CEASA, visto que vez por outra era preciso dormir no local de trabalho, por falta de transporte.

Uma grande aquisição, para as agricultoras que aplicaram recursos em horticultura, foi o tratorito, um utilitário que desempenha a função de facilitar os procedimentos técnicos relacionados aos canteiros, o que permitiu a redução de esforço físico despendido e mais celeridade nas tarefas.

Na análise da dimensão educação, após o acesso das agricultoras ao PRONAF Mulher, percebeu-se seu favorecimento em relação ao acesso de informação e conhecimentos técnicos, ainda que de forma qualitativa, na aquisição de livros e cursos por vídeo e nos estudos das agricultoras e de seus(as) filhos(as).

Na análise da dimensão Trabalho, foi constatado que as fontes de renda das famílias das agricultoras são provenientes de atividades agrícolas e atividades não agrícolas. O Bolsa Família, as aposentadorias e pensões por morte do marido também complementam as rendas dessas famílias.

As atividades agrícolas são comercializadas, em sua maioria, em mercados nos municípios de Montes Claros e Brasília de Minas, em sacolões e no CEASA, no município de Montes Claros. Na falta de centros de comercialização próximos, os produtos agrícolas são vendidos de porta em porta, como nas comunidades de Angicos e Retiro Santo Antônio, do município de Brasília de Minas.

Constatou-se que algumas mulheres entrevistadas, do município de Montes Claros, desempenham cargos administrativos em Associações e Sindicatos, o que revela um grande avanço da mulher rural nos espaços de luta em prol de seus direitos.

Na percepção das agricultoras entrevistadas, o PRONAF Mulher impactou positivamente suas condições de vida e trabalho, definindo-se, de um lado, pela oportunidade de a pequena agricultora impulsionar sua atividade, aumentando sua produtividade e gerando renda. De outro lado, significou também a possibilidade de essas mulheres tornarem-se mais independentes, valorizadas e reconhecidas.

Ainda que os entrevistados reconheçam que o PRONAF Mulher tem entraves a serem superados, que vão desde a sua divulgação até a chegada do recurso e sua aplicação, além do excesso de burocracia, trata-se de uma política pública de apoio ao fortalecimento da agricultura familiar que propicia condições para que os projetos idealizados tornem-se realidade, incrementando, assim, as perspectivas do desenvolvimento local e/ou regional.

Conclusivamente, foi possível perceber que as mulheres entrevistadas se mostraram satisfeitas por terem um espaço de produção e consumo para a vida cotidiana, o que nos leva a corroborar com Tolentino (2013, p.232): “o PRONAF não se tornou tão simplesmente uma máquina de dívida, nem a maior parte dos camponeses o utiliza de maneira a construir dívidas, mas antes o PRONAF serve a uma lógica do habitar”. Assim, a horta, o alambique, a pocilga e o galinheiro são lugares de produção e consumo,mas também são lugares onde a vida acontece, revelando o lado concreto de sonhos, de conquistas e de mudanças ascensionais para as agricultoras.

Espera-se que os resultados encontrados neste estudo sejam um ponto de partida para outras reflexões e para mais possibilidades de estudos para pesquisadores e/ou instituições governamentais.

Programas como o PRONAF Mulher, destinados à melhoria de condições de vida das mulheres rurais, representam mais que uma política pública de aporte de recursos e assistência aos trabalhadores – representam a possibilidade de acesso à dignidade humana e à consciência de si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, J. E. *Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. Texto para discussão N°64(Convênio FIPE/IPEA 07/97). IPEA, Brasília, 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan. /abr. 2005.

AFONSO P. C. S. *Gestão e disputa pela água na sub-bacia do riachão, Montes Claros/MG*. 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia 2008.

ALMEIDA, Luciana Florêncio. *Ambiente Institucional e Contratos de Crédito: três estudos críticos*. 2008. Tese Doutorado. Universidade de São Paulo. 2008.

ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, L. G.; MARQUES, R. *Qualidade de vida – definição, conceitos e interfaces com outras áreas da pesquisa*. Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH-USP. 2012.

ALTO, R. L. M. *Saberes e fazeres quilombolas: diálogos com a educação do campo*. 2012. Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado da Universidade de Uberaba. 2012.

ALVES, J. D. *Anti-neomalthusianismo ou pró-natalismo disfarçado? Ecodebate – Cidadania e Meio Ambiente*, 27/11/2013. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/>> Acesso em: 15 jul. 2015.

ALVES, J. D. *A transição da fecundidade, redução da gravidez na adolescência e direitos reprodutivos no Brasil*. *Aparte*, IE/UFRJ, 07/10/2012. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/aparte/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

ALVES, J. E. D. *Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil*. 1994. Tese (Doutorado). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade C. Econômicas da UFMG. 1994.

ALVES, J. E. D.; BARROS, L. F. W. *As famílias DINC no Brasil e em São Paulo*. *Aparte*, IE/UFRJ, 07/10/2012. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/aparte/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

ALTAFIN, Guimarães Iara. *Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar*. Disponível em: <<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf/view>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

ASMUS, Rosa Maria Farias. *Qualidade de vida na agricultura familiar*. 2004. 307f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília – CDS/UNB, Brasília, 2004.

BANDEIRA, Lourdes Maria.; ALMEIDA, T. M. C. A. *Revista do Ceam*, v. 2, n. 1, jan./jun. 2013.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa:Edições 70. Ltda, 2009.

BATAGLIN Jaiarys, Capa. *A Gestão do Pronaf e suas relações com a sustentabilidade da agricultura familiar*. 2012. Dissertação (Mestrado). Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFP. 2012.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. *Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil*. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Instituto de Economia –Unicamp. Campinas, SP. 2003.

BITTENCOURT, G.; MAGALHÃES, R; ABRAMOVAY, R. Informações do crédito: um meio para ampliar o acesso dos mais pobres ao sistema financeiro. *Pesquisa e Debate*. São Paulo, 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. *Plano safra da agricultura familiar 2014/2015*. 2011. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

_____. Decreto nº1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 24 jul. 2014.

_____. Lei nº11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm> Acesso em: 24 jul. 2014.

_____. Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965. Disciplinará o crédito rural do País. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm> Acesso em: 24 jul. 2014.

_____. Conselho Monetário Nacional.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social.

_____. Governo Federal. Lei de Terras (1850). Lei n. 601, de 18 de Setembro de 1850.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. In: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, 2, junho, 11-22, 1994.

COSTA JUNIOR, Hamilton. *O índice de desenvolvimento humano como subsídio ao planejamento urbano em municípios de pequeno porte: caso de Agudos do Sul – PR.2009*. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil - PPGEC-2009.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONTI, Bruno Martarello; ROITMAN, Fábio Brener. Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. *Revista do BNDES*, 35, junho 2011.

CRUZ, S.F; ALVES, A.S; SOUZA, C.S; LEMOS, W.D; MARTINS,E.R; COSTA, C.A. Diagnóstico da realidade de uma feira livre em Brasília de Minas. *Horticultura Brasileira*. 30: S807-S813. *Hortic. bras.*, v. 30, n. 2, (Suplemento - CD Rom), julho 2012.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna (Org). *Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no desenvolvimento recente da economia brasileira*. 1984. Tese (Doutorado). Universidade de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 1984.

DUARTE, Ana Maria Timbó. *Mulheres na reforma agrária e políticas de crédito: avaliação do Pronaf Mulher em assentamentos de Monsenhor Tabosa (CE)*. 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará. 2010.

ESDRAS, Marcos, Leite. *Geotecnologias aplicadas ao mapeamento do uso do solo urbano e da dinâmica de favela em cidade média: o caso de Montes Claros/MG*. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. 2011.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol. 2. Porto Alegre, Globo, 2000.

FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília, 1994(Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036).

FAO/INCRA. *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília, 1996.

FAO/INCRA. *Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto*. Brasília, 2000.

FETAEMG. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais. *Marcha mobiliza cerca de três mil trabalhadoras rurais no Norte de Minas*. 2013. Disponível em: <<http://www.fetaemg.org.br/noticias/marcha-mobiliza-cerca-de-tres-mil-trabalhadoras-rurais-no-norte-de-minas/>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

FREITAS, Ana Maria Lacerda. *Políticas Públicas, gênero e autonomia econômica das mulheres: uma análise de programas do governo brasileiro no período de 2000 a 2007*.

2011. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Montes Claros, 2011.

FONSECA, Ana Ivania Alves. *Agricultura familiar como sustentabilidade: estudo de caso do planalto rural de Montes Claros/MG*. 2012. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Montes Claros, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. 2012.

FURTADO, Celso. *Introdução ao Desenvolvimento, enfoque histórico-estrutural*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GOMES, S. F. *Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (RE) Estruturação urbana e novas articulações urbanas regionais*. 2007. Dissertação (Mestrado). da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura. 2007.

GONÇALVES, A.; VILARTA, R. *Qualidade de vida e atividade física – explorando teoria e prática*. Barueri, SP: Manole, 2004.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980*. São Paulo (SP): Hucitec, 1997.

GOHN, Maria da G. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.

GRISA, Cátia. *As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva*. v.1, n.2, p.83-109, janeiro–abril e maio–agosto 2010.

GRISA, Cátia. *Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. 2012. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)- Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/DDAS). 2012.

GRAZIANO DA SILVA, J. Reforma agrária já. In: *Reforma Agrária*, Campinas: Abra, maio-jun, 1985a.

GRAZIANO DA SILVA, J.F. *A Nova dinâmica da Agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp, 1996.

GUTIERREZ, Gustavo e ALMEIDA, Marco. Conflito e gestão da qualidade de vida nas organizações. VILARTA, Roberto (Orgs.). *Qualidade de vida e fadiga institucional*. Campinas: IPES, 2006.p.85- 96

HERNÁNDEZ, C. O. *Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais*. 2009. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

HEREDIA, B; CINTRÃO, R. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: *O progresso das mulheres no Brasil*. Brasília: UNIFEM/Fundação Ford/CEPIA, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo*

Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar: primeiros resultados - Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp>> Acesso em: jul. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>> Acesso em: jul. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: jul. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Estimativa populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007*. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 04 fev. 2012.

JALIL, Letícia Medeiros. *As flores e os frutos da luta o significado da organização e da participação política para as mulheres trabalhadoras rurais*. 2014. Tese (Doutorado). UFRRJ-Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2014.

KAGEYAMA, Ângela; BERGAMASCO, Sônia. M. P. *Novos, dados sobre a produção familiar no campo*. Apresentado no XXVII Congresso Brasileiro de Economia E Sociologia Rural, *Anais...*Piracicaba: SOBER, 1989.

KIPINIS, B. J.; BASTOS, A. S. O. Minas sem fome: uma política pública, várias histórias. *Projeto Conexão Local Modalidade Inter universitária*. 2012. Fundação Getúlio Vargas/Universidade Estadual Vale do Acaraú.

LAMARCHE, Hughes (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional – Uma realidade multiforme* Campinas: Editora da Unicamp, 1993 (v.1).

LAMARCHE, Hughes (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional: do mito à realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998 (v. II).

LEITE, S. P. Análise do financiamento da política de crédito rural no Brasil (1980-1996). In: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura, n° 16, abril 2001: 129-163*.

LEITE, S. P. e ÁVILA, R. V. de. Reforma Agrária, sustentabilidade e justiça social. & Conclusão: lições aprendidas e perspectivas futuras. In: *Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social*. Rio de Janeiro: Vieira & Leite. 2007. pp.115-

MAIA, C.; LOPES, M. F. As desigualdades de gênero no contexto do desenvolvimento humano. *Revista Unimontes Científica*. Montes Claros, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2001.

MÁRCIO, Gazolla; SCHNEIDER, Sérgio. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. *Est.Soc.Agric*, Rio de Janeiro, vol.15, nº1, 2007:89-122.

MARIANO, Enzo Barberio. *Crescimento econômico e desenvolvimento humano: Uma análise mundial da eficiência social de Estado-Nação*. 2012. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2012.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de S. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

MASLOW, A. H. *A theory of human motivation*. 1943. Disponível em: <<http://psychclassics.yorku.ca/Maslow/motivation.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. *Rev. Econ. NE*, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014 (suplemento especial).

MDA/PPIGRE/SAF. *Ciranda do Pronaf para as mulheres* (relatório parcial). Brasília, Julho de 2005.

MENDES SEGUNDO, M. das D. *Qualidade de vida e perspectivas dos irrigantes do Projeto Jaguaribe-Apodi*, Ceará. 1998. 139 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – UFC, Fortaleza, 1998.

MINAS GERAIS. Fundação João Pinheiro, IPEA. *Condições de Vida nos Municípios de Minas Gerais-1970-1980-1991*. FJP/IPEA. Belo Horizonte, dez. 1996.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R.; CONSTATINO, P. (Coordenadoras). *Missão prevenir e proteger- condições de vida, trabalho e saúde dos militares do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. *Secretaria da Agricultura Familiar*, Brasília - DF, 2015. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>> Acesso em: jul. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. *Plano Safra da Agricultura Familiar 2014-2015*. FETRAF, 2014. Disponível em: <<http://www.fetra.org.br/sistema/ck/files/Plano%20Safra%202014-2015.PDF/A>>. Acesso em: 24 Ago. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. *Plano Safra da Agricultura Familiar 2015-2016*. FETRAF, 2015. Disponível em: <<http://www.fetra.org.br/sistema/ck/files/Plano%20Safra%202014-2015.PDF/A>> Acesso em: 24 Ago. 2015.

MIRANDA, A. P. *Análise de inadimplência no PRONAF - investimento em São*

Jerônimo- RS. 2011. Trabalho de conclusão de curso. Programa de Pós-Graduação em Administração da escola de Administração do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

MORAI, Alberto Dias. *Crédito rural, sustentabilidade e cidadania: o caso do Pronaf-crédito na agricultura familiar do semi-árido baiano*. 2004.

OLIVEIRA, Anelisa Graciele. 2012. *Idosos chefe de família: uma análise de seus arranjos domiciliares e os determinantes de sua condição de chefe*. Minas Gerais, 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. 2009.

OLIVEIRA, Djacira. *Da invisibilidade na memória das lutas sociais ao protagonismo histórico das mulheres no campo*. Libertas, Juiz de Fora, edição especial, p. 98, fev, 2007.

OLIVEIRA, Ivone Adelina. *Gestão de conflitos em parques: estudo de caso do entorno nordeste do parque estadual da serra do tabuleiro - praia da pinheira*. 2005. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. 2005.

OLIVEIRA, J. G. *Análise da agricultura familiar e do Pronaf no Norte de Minas Gerais*. 2012. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. 2012.

OLIVEIRA, H. F. A.; COSTA, C. F.; SASSI, R. Relatos de acidentes por animais peçonhentos e medicina popular em agricultores de Cuité, região do Curimataú, Paraíba, Brasil. *Rev. Bras. Epidemiol.*, 2013; 16(3): 633-43.

OSIS, Maria José Martins Duarte. Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 1998.

PALM, Juliano Luis; ALVARENGA, André Costa; CARNEIRO, Maria José. PRONAF e qualidade de vida das famílias beneficiárias: um estudo bibliográfico. In: Encontro Anual da ANPOCS, 28, 2014, Caxambu, out. 2014. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8810&Itemid=456>. Acesso em: 20 mai. 2015.

PASCOAL S. M. P. Qualidade de vida do idoso: Elaboração de um instrumento que privilegia sua opinião. 2000. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo. 2000.

PASSARINHO, J. Desequilíbrios urbanos – desigualdades sociais e integração social. Páginas 123 – 132 ISSN 0102-1788 - *Revista da Escola Superior de Guerra*, 1999.

PAVARINA, R. J. P. *Desenvolvimento, crescimento econômico e o capital social do estado de São Paulo*. 2003. Tese (Doutorado). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Universidade de São Paulo-USP. 2003.

PERON, Darci. *Das glebas aos continentes: um diálogo sobre indicadores*

socioambientais. 2010. Programa de Pós Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de São Carlos - 2010.

PEREIRA, Anete Marília. *Cidade Média e Região: o significado de Montes claros no Norte de Minas Gerais*. 2007. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia. 2007.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti (2009). A emergência dos "agricultores familiares" como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. *Mundo agrário*. v.9 n.18 La Plata ente. /jun., vol.9, n.18.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *As mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e políticas*. 2011.

PINHEIRO, Mota Saboya. *As liberdades como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades de Amartya Sen*. Texto para discussão nº 1794, Rio de Janeiro, IPEA, novembro, 2012.

PNUD. *Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil 1996*. Brasília: IPEA/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1996.

PNUD / IPEA. Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, 1996. Disponível em: <www.pnud.org.br/rdh/rdh96/index.php> Acesso em: 23jul2015.

QUEIROZ, BERNARDO LANZA (2001). Diferenciais Regionais de Salários nas Microrregiões Mineiras, 1991. Dissertação. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

RIBEIRO, C. O. & Menezes, R. G. Políticas públicas, pobreza e desigualdade no Brasil. *Revista Textos & Contextos Porto Alegre* v. 7 n. 1 p. 42-55. jan./jun. 2008

RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, M.F.M. et al. *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. p. 105-172. v. 1.

ROMANO, J.; BUARQUE, C. M. *Crédito e gênero no nordeste brasileiro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.

SANTOS, Pereira dos Santos. *Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil*. 2011. Tese doutorado-Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. 2011.

SANTOS, Vanderlei Cardoso; FONSECA, Ana Ivania Alves; VELOSO, Rodrigo. *A mulher inserida no processo de produção rural e o acesso às linhas de crédito do Pronaf: uma análise acerca do município de Montes Claros (MG)*. Apresentado no 8 Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão da Unimontes, 2014.

SARTORI, G. Comparación y método comparativo. In: SARTORI, G.; MORLINO, L.

(org.). *La comparación em lãs Ciências Sociales*. Madrid: Alianza, 1994. p. 29-50.

SOUTO, K.M.B. A Política de Atenção integral a saúde da Mulher: uma análise de Integralidade e Gênero. *Ser Social*, Brasil, v. 10, n.22, p.161-182, 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, A. Ademir. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Publicado em SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre, p.21-50, 2004.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2, jul./dez. 1995.

SILIPRANDI, Ema. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. Tese (Doutorado Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, 2009.

SILVA, B. *A Marcha das Margaridas: resistências e permanências*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). 2008. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, S.S. *O mercado central de Montes Claros e o consumo dos bens alimentares: o patrimônio cultural como vetor do desenvolvimento local*. 2012. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), Unimontes, 2012.

SILVA, L. D. A. ; FONSECA, A. I. A. *Desenvolvimento rural no Brasil e no Norte de Minas: breves considerações*. XI Encontro Nacional da ANPEGE. Out.2015.

SEGUNDO, G. S. S. *O Caso do PAA em Montes Claros MG: análise do Programa de Aquisição de alimentos sob a ótica das Instituições proponentes*. 2012. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. 2012.

SOUSA, F. M. *Avaliação dos efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na qualidade de vida e bem-estar subjetivo de mulheres no estado da Paraíba*. 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. 2010.

SIMÃO, R.C.S. Distribuição de Renda e Pobreza no Estado de Minas Gerais. 2004. Dissertação (Mestrado). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. 2004.

TEIXEIRA, Elenaldo. *O papel das políticas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. 2002. Dissertação (Mestrado). Montes Claros: [s.n.], 2002.

TOLENTINO, M.L.D.L. *O (des)envolvimento no pronaif: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses*.2013. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2013

TONI JÚNIOR, Cláudio Noel. *Análise do IDH do Brasil, de suas regiões e de outros países: um enfoque comparativo*.2010.Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, na área de Dinâmica Organizacional e Trabalho da Universidade Federal de São Carlos.2010.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991.

ZORZI, Analisa. *Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acessos das agricultoras ao Pronaf Mulher em Ijuí-RS*. 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, Porto Alegre, 2008.

WANDERLEY, Maria N. B. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. Apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1996.

WANDERLEY, Maria N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*. 15 out 2000. p. 87-145.

WHOQOL - *Versão em português dos Instrumentos de Avaliação de Qualidade de Vida*– Organização Mundial da Saúde – Divisão de Saúde Mental, Grupo WHOQOL – Projeto OMS/UFRGS, Departamento de Psiquiatria, 1998, Disponível em: <<http://www.hcpa.ufrgs.br/psiq/whoqol.htm>> Acesso em: 23 jul2015.

YUNUS, M. *Microcrédito: a experiência do Grameen Bank*. Rio de Janeiro: BNDES, 2007. (BNDES Social, n. 2).

APÊNDICE 1: Formulário de Entrevista Semi-estruturada

A. IDENTIFICAÇÃO DAS ENTREVISTADAS			
1	Município		Montes Claros
			Brasília de Minas
2	Comunidade rural		Angico de Minas
			Pau d'óleo
			Planalto Rural
			Retiro de Santo Antônio
3	Idade		Até 20 anos
			21 a 40 anos
			41 a 60 anos
			Acima de 60 anos
4	Estado Civil		Solteira
			Casada
			Viúva
			Separada/Divorciada
			União Estável
5	Possui filhos?		Sim
			Não
6	Nº de filhos		1 a 3 filhos
			4 a 6 filhos
			Acima de 07 filhos
7	Nº de componentes que moram na propriedade		2 componentes
			3 componentes
			4 componentes
			5 componentes
8	Escolaridade		Fundamental incompleto
			Fundamental completo
			Médio incompleto
			Médio completo
			Superior
			Superior incompleto
	Sem instrução		
B. PROCESSO DE ACESSO AO CRÉDITO PRONAF MULHER			
9	Como você ficou sabendo do crédito Pronaf Mulher?		Emater
			Sindicato
			Amigos
			Outro
10	Segunda opção de fonte de informação sobre crédito Pronaf Mulher		Emater
			Sindicato
			Amigos
			Outro
11	Encontrou alguma dificuldade ao acessar o crédito?		Sim
			Não

12	Quais os tipos de dificuldades que enfrentou ao acessar o crédito?		Excesso de burocracia
			Elaboração do projeto
			Falta de apoio dos familiares
			Garantias ou outra situação junto ao banco
			Outra
13	Mora na propriedade em que explora a atividade?		Sim
			Não
14	Situação jurídica do estabelecimento explorado		Proprietário
			Arrendatário
			Posseiro
			Meeiro
			Comodatário
		Outro	
15	Atividade financiada pelo Pronaf		Agrícola
			Não Agrícola
16	Tipos de atividades financiadas pelo Pronaf		Bovinocultura
			Avicultura
			Pastagem
			Fruticultura
			Suinocultura
			Hortifruticultura
		Outros	
17	Tipos de atividades financiadas pelo Pronaf (segunda atividade)		Bovinocultura
			Avicultura
			Pastagem
			Fruticultura
			Suinocultura
			Hortifruticultura
		Sem atividade secundária	
18	Membro da família responsável pela gestão dos recursos do Pronaf Mulher		Mulher
			Companheiro
			Filhos
			Mulher e Companheiro
			Mulher, Companheiro e Filhos
			Mulher, Filhos e Outro
		Outro	
19	As decisões da atividade familiar são participativas?		Sim
			Não
20	Quando realizou o financiamento do Pronaf?		2010
			2011
			2012
			2013
			2014
21	Qual o valor do financiamento?		
22	Qual o prazo da carência?		
23	Qual o prazo do Financiamento?		
24	Está em dia com o pagamento das prestações?		
25	Se não, qual o motivo da inadimplência?		
26	Você considera satisfatória a assistência técnica dos agentes de mediação para a		Sim

	realização das atividades produtivas para sua unidade familiar?		Não
27	Justificativa da opinião sobre a assistência técnica dos agentes de mediação para a realização das atividades produtivas para sua unidade familiar		

C. REFLEXO DO PRONAF NAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS MULHERES RURAIS

28	Em que a senhora destinou os recursos financiados através do Pronaf?		
29	Já teve retorno financeiro?		

Se sim, a senhora destinou ou usa o retorno financeiro gerado pela atividade financiada pelo Pronaf em qual dos itens a seguir:

Em relação à Saúde:

30	Destinou recursos para:		Cultivo de produtos para alimentação da família
			Compra de remédios
			Consultas médicas
			Encanamento de água
			Abastecimento de água na moradia
			Tratamento da água
			Instalação sanitária
			Escoamento sanitário
31	Outras destinações de recursos:		Exames médicos
			Cultivo de produtos para alimentação da família
			Compra de remédios
			Consultas médicas
			Encanamento de água
			Abastecimento de água na moradia
			Tratamento da água
			Instalação sanitária
			Escoamento sanitário
	Exames médicos		
	Compra de remédios e Exames médicos		
	Compra de remédios; Consultas médicas; Abastecimento de água na moradia.		

Em relação a Bens Materiais:

Destinou recursos para:			
32	Aquisição de bens imóveis e/ou melhoria de imóveis:		Compra de imóvel
			Melhorias no imóvel
			Ampliação do número de dormitórios na casa
			Qual o aumento na quantidade de dormitórios na casa?
			Instalação elétrica
33	Aquisição de bens de uso comum:		Geladeira
			Freezer
			Fogão
			Máquina de lavar roupa

34	Outras aquisições de bens de uso comum:		Geladeira
			Freezer
			Fogão / Fogão a lenha
			Máquina de lavar roupa
			Fogão / Fogão a lenha; Máquina de lavar roupa
35	Aquisição de bens relativos à informação:		Linha telefônica fixa instalada
			Telefone móvel (Celular)
			Rádio
			Televisor
			Eletroeletrônico
36	Outras aquisições de bens relativos à informação:		Outros
			Linha telefônica fixa instalada
			Telefone móvel (Celular)
			Rádio
			Televisor
37	Aquisição de bens relativos à tecnologia moderna:		Eletroeletrônico
			Outros
			Computador
			Internet
			Forno de micro-ondas
38	Outras aquisições de bens relativos à tecnologia moderna:		DVD
			Outros.
			Computador
			Internet
			Forno de micro-ondas
39	Aquisição de bens usados para deslocamento:		DVD
			Outros.
			Automóvel (Uso Particular/Trabalho)
			Motocicleta
			Bicicleta
40	Outras aquisições de bens usados para deslocamento:		Utilitário/Caminhão para propriedade
			Cavalo/Carroça, para transporte
			Outros
			Automóvel (Uso Particular/Trabalho)
			Motocicleta

Em relação à Educação:

Destinou recursos para:

41	Participação em cursos:	Qual?	
		Quem ofertou?	
42	Comprou:		Revistas atuais
			Jornal
			Livros
			Outros

43	Outras despesas:		Despesas com educação de filhos
			Participação em encontros (Município, Estado), desde que teve a oportunidade de acessar o crédito.
			Participação da sua família em grupos de expressão cultural, grupos de danças e/ou cantos, grupos de preservação de tradições na sua localidade (participação cultural).
			Todas as despesas citadas nas alternativas 1, 2 e 3.
			Despesas citadas nas alternativas 1 e 3.

Em relação ao Meio Ambiente:

44	Destinou recursos para:		Diminuir o veneno para lavoura que fica no ar
			Diminuir o odor oriundo da Suinocultura
			Diminuir o odor oriundo da Avicultura
			Diminuir o odor oriundo da fábrica de adubos
			Diminuir o cheiro de curtume
			Diminuir a fumaça do forno de carvão
			Diminuir a poeira do ar
			Investir em reflorestamento
			Reduzir impactos do eucalipto
			Reduzir Impactos da mineração
			Aumentar disponibilidade de água
			Amenizar o calor
			Resolver problemas de acúmulo de resíduos agroindustriais (inclui dejetos de suínos, de agroindústria e embalagens de agrotóxicos)
			Resolver problemas relacionados a perdas provocadas pelo clima
	Diminuir o veneno para lavoura que fica no ar; Diminuir o odor oriundo da Suinocultura; Resolver problemas relacionados a perdas provocadas pelo clima.		
	Diminuir o veneno para lavoura que fica no ar; Aumentar disponibilidade de água.		

Em relação à Segurança:

45	Destinou recursos para:		Na prevenção de assalto
			Na prevenção de roubo
			Na prevenção de ataques de animais
			Na Prevenção de mordida de cobra ou outros animais peçonhentos.
			Outros tipos de prevenção
			Aquisição de equipamentos protetores necessários ao seu trabalho
46	Que outros tipos de equipamentos de segurança foram adquiridos?		

Em relação ao Trabalho:

47	Tinha algum tipo de atividade (agrícola e não agrícola) desenvolvida antes de ter acesso ao Pronaf Mulher?		Sim
			Não
48	Qual era a atividade anterior?		
49	Tinha alguma renda dessas atividades?		
50	Além da renda gerada pela atividade financiada pelo Pronaf Mulher, que outras fontes de renda possui?		
51	Quais eram os outros tipos de renda que possuía?		

D. OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE CONDIÇÕES DE VIDA DAS MULHERES RURAIS

52	O dinheiro obtido só com a atividade financiada pelo Pronaf é suficiente para satisfazer as necessidades básicas da sua família - alimentação, vestuário, saúde e moradia?		Sim
			Não
			Em parte
53	Do total arrecadado por mês com a atividade financiada pelo Pronaf Mulher, após o pagamento das contas e os gastos com a manutenção da família, sobra recursos para investir na propriedade ou em outras coisas?		Sim
			Não.
54	Quais os outros tipos de investimentos realizados com sobras de recursos?		
55	Você considera que a situação financeira da família melhorou após o acesso ao Pronaf Mulher?		Sim
			Não
56	Depois do acesso ao Pronaf, passou a participar de Sindicato, Conselho Municipal ou Cooperativa?		Sim
			Não
57	Tem algum cargo administrativo?		Sim
			Não
58	Qual o cargo administrativo?		
59	Mudou alguma coisa na divisão das tarefas nas atividades produtivas e domésticas a partir de seu acesso ao crédito?		Sim
			Não
60	Como você se sente desde que teve a oportunidade de acessar o Pronaf Mulher?		
61	Você avalia que o acesso ao Pronaf mulher trouxe melhores condições de vida a sua família?		Sim
			Não.
62	O que melhorou?		Texto

63	Você gostaria de comentar alguma coisa a mais sobre sua experiência a partir de seu acesso ao Pronaf Mulher?		Texto
----	--	--	-------

**APÊNDICE 2: Roteiro de entrevista para Extensionista da EMATER-MG,
Lideranças e Técnicos dos Sindicatos**

- 1) Desde quando a instituição apoia atividades para as mulheres relacionadas ao crédito PRONAF Mulher?
- 2) Quais as atividades mais requisitadas para elaboração de projetos?
- 3) Tem pessoal capacitado para atender as necessidades (técnicas, organizativas) sobre os projetos das mulheres?
- 4) Após receber o crédito a instituição monitora ou dá prosseguimento nas atividades para as quais é destinado o recurso do crédito?
- 5) O que você acha que poderia ser melhorado (tecnicamente) nas condições de acesso ao crédito para mulheres?
- 6) Como é divulgado o PRONAF Mulher?
- 7) Você acha que faz alguma diferença elaborar projetos para mulheres e homens, Por quê?
- 8) Qual é a sua opinião (vantagem e desvantagem) sobre o fato de que as mulheres tenham acesso ao crédito?
- 9) Você acha que as mulheres têm melhorado sua organização, procurando outros apoios, participando de sindicato ou em outra instituição, desde que tiveram acesso ao crédito?
- 10) Em sua opinião, o que justificou as mulheres do município de Brasília de Minas ter tido mais acesso ao PRONAF Mulher, no período de 2010 a 2014 de recursos liberados pelo Banco do Nordeste na mesorregião do Norte de Minas, e as mulheres de Montes Claros terem tido menos acesso?

APÊNDICE 3: Planilha Contratos Banco do Nordeste

2010			2011		
Município	QtdeOper	Vl.Contratado	Município	QtdeOper	Vl.Contratado
ANGELANDIA	1	5.075,00	ANGELANDIA	1	4.516,75
BRASILIA DE MINAS	91	823.529,13	BOTUMIRIM	3	39.091,50
CAPELINHA	2	12.251,35	BRASILIA DE MINAS	42	393.908,66
CORACAO DE JESUS	12	110.706,21	CACHOEIRA DE PAJEU	1	18.666,00
CORONEL MURTA	3	38.109,00	CORACAO DE JESUS	2	30.235,70
CURRAL DE DENTRO	2	24.760,50	CORONEL MURTA	1	4.999,50
DIVISA ALEGRE	1	5.140,80	ICARAI DE MINAS	5	59.132,96
FRANCISCO SA	1	7.029,84	JANUARIA	1	9.690,00
FREI GASPAR	1	12.999,90	JAPONVAR	1	5.997,60
ICARAI DE MINAS	20	197.540,13	JORDANIA	1	12.139,44
ITACARAMBI	1	4.200,00	LONTRA	4	30.388,35
JANUARIA	1	9.384,00	LUISLANDIA	4	46.540,48
JAPONVAR	2	13.889,00	MIRABELA	5	54.055,50
LONTRA	3	18.635,40	MONTES CLAROS	6	53.172,60
LUISLANDIA	1	6.250,00	PATIS	3	34.992,00
MIRABELA	4	41.150,90	PINTOPOLIS	15	143.587,74
MONTES CLAROS	2	29.376,00	PORTEIRINHA	2	16.849,38
MONTEZUMA	1	10.465,20	RIACHINHO	1	9.639,00
PADRE CARVALHO	1	15.300,00	RIO PARDO DE MINAS	6	74.170,72
PATIS	4	41.900,00	SANTA CRUZ DE SALINAS	1	4.080,00
PINTOPOLIS	12	105.602,38	SAO FRANCISCO	46	485.265,54
PONTO CHIQUE	2	34.578,00	SAO JOAO DA PONTE	3	33.122,00
PORTEIRINHA	4	24.916,56	SAO ROMAO	2	15.000,00
RIACHINHO	9	79.286,64	UBAI	1	15.000,00
RIO DO PRADO	1	6.983,20	URUCUIA	4	48.239,37
RIO PARDO DE MINAS	4	29.267,05	VARZELANDIA	3	75.684,00
SALINAS	1	5.870,05	TOTAL	164	1.718.164,79
SANTA CRUZ DE SALINAS	1	3.488,40			
SAO FRANCISCO	27	257.284,27			
SAO JOAO DA PONTE	7	71.542,80			
SAO JOAO DO PARAISO	1	3.060,00			
SAO ROMAO	1	15.000,00			
SERRANOPOLIS DE MINAS	1	2.998,80			
UBAI	2	19.999,20			
URUCUIA	2	16.158,84			
VIRGEM DA LAPA	1	6.988,94			
TOTAL	230	2.110.717,49			

2012			2013		
Município	QtdeOper	VI.Contractado	Município	QtdeOper	VI.Contractado
BOTUMIRIM	3	35.649,00	CORACAO DE JESUS	1	10.223,22
BRASILIA DE MINAS	8	97.445,98	JORDANIA	1	19.992,00
CAMPO AZUL	1	10.000,00	LUISLANDIA	1	6.173,23
CORACAO DE JESUS	3	47.858,40	MAMONAS	1	13.500,00
FRANCISCO SA	1	19.992,00	MONTES CLAROS	1	18.054,00
FRUTA DE LEITE	1	9.154,50	PATIS	1	14.892,00
GRAO MOGOL	1	5.642,64	PORTEIRINHA	2	35.934,60
ICARAI DE MINAS	7	84.736,77	CAPELINHA	2	69.762,20
ITACAMBIRA	1	8.772,00	SERRANOPOLIS DE MINAS	2	29.985,96
JANUARIA	2	18.558,90	TOTAL	12	218.517,21
JAPONVAR	1	9.185,75			
JEQUITAI	1	13.362,00			
JOAIMA	2	21.734,56			
MIRABELA	2	19.000,00			
MONTES CLAROS	2	20.400,00			
PAI PEDRO	1	5.997,60			
PATIS	1	10.240,80			
PINTOPOLIS	3	31.939,47			
RIO PARDO DE MINAS	1	9.827,49			
SAO FRANCISCO	12	107.257,81			
SAO JOAO DA PONTE	2	33.362,16			
SERRANOPOLIS DE MINAS	1	7.996,80			
UBAI	1	35.000,00			
URUCUIA	2	28.505,94			
TOTAL	60	691.620,57			

2014		
Município	QtdeOper	VI.Contractado
BRASILIA DE MINAS	2	40.000,00
CAPELINHA	1	102.070,78
CHAPADA GAUCHA	1	147.390,00
ICARAI DE MINAS	1	15.478,75
JACINTO	1	94.161,55
JOAIMA	1	19.965,48
MONTALVANIA	1	18.054,00
MONTES CLAROS	1	19.997,10
NOVO CRUZEIRO	1	19.992,00
PADRE CARVALHO	1	17.952,00
PAI PEDRO	1	15.963,00
PORTEIRINHA	5	240.259,64
RIACHO DOS MACHADOS	1	34.951,52
SETUBINHA	1	19.997,10
TOTAL	19	806.232,92

ANEXO A

TÍTULO: CRÉDITO RURAL 1

CAPÍTULO: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)
10

SEÇÃO: Crédito de Investimento para Mulheres (PRONAF Mulher) 9

1 - Os financiamentos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Mulheres (PRONAF Mulher) sujeitam-se às seguintes condições especiais: (Res 4.107; Res 4.136 art 4º)

a) beneficiárias: mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no PRONAF, conforme previsto no MCR 10-2, independentemente de sua condição civil; (Res 4.107)

b) finalidades: atendimento de propostas de crédito de mulher agricultora, conforme projeto técnico ou proposta simplificada; (Res 4.107)

c) limites, encargos financeiros, benefícios e prazos de reembolso: (Res 4.107)

I - para as beneficiárias enquadradas nos Grupos "A", "A/C" ou "B": as condições estabelecidas para o Microcrédito Produtivo Rural de que trata o MCR 10-13;

II - para as demais beneficiárias: as condições estabelecidas na seção 10-5 para financiamentos de investimento, observado o disposto no MCR 10-1-34;

d) a mesma unidade familiar de produção pode manter “em ser” até 2 (dois) financiamentos ao amparo do PRONAF Mulher, sendo que a contratação do novo financiamento fica condicionado: (Res 4.107; Res 4.136 art 4º)

I - à quitação ou ao pagamento de pelo menos 3 (três) parcelas do financiamento anterior; e (Res 4.107)

II - à apresentação de laudo da assistência técnica que confirme a situação de regularidade do empreendimento financiado e capacidade de pagamento. (Res 4.107)

- 2 - As mulheres integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos "A" ou "A/C" somente podem ter acesso à linha PRONAF Mulher: (Res 4.107; Res 4.339 art 5º)
- a) se a unidade familiar estiver adimplente e já tiver liquidado pelo menos uma operação de custeio do Grupo "A/C" ou uma parcela do investimento do Grupo "A"; (Res 4.107)
 - b) mediante a apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ativa fornecida pelo Incra ou Unidade Técnica Estadual ou Regional (UTE/UTR) do Crédito Fundiário, conforme o caso, segundo normas definidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). (Res 4.339 art 5º)(*)
- 3 - As mulheres integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos "A", "A/C" ou "B" podem, para fins do PRONAF Mulher, ter acesso às operações da linha de crédito especial destinada aos beneficiários do Grupo "B", observadas as condições específicas do MCR 10-13 que não conflitem com as condições desta Seção, inclusive quanto à fonte de recursos, ficando a concessão dos financiamentos subsequentes condicionada à: (Res 4.107; Res 4.159 art 4º)
- a) liquidação do financiamento anterior; (Res 4.107)
 - b) que todos os membros da família que constam da DAP estejam adimplentes com o crédito rural. (Res 4.107)
- 4 - Para os financiamentos destinados às mulheres integrantes das unidades familiares de produção enquadradas em qualquer grupo e que apresentem propostas de financiamento de até R\$30.000,00 (trinta mil reais), a instituição financeira deve priorizar a efetivação da operação nas condições estabelecidas no MCR 10-1-40, exceto quanto ao limite por operação ali referido. (Res 4.228 art 6º)

ANEXO B

Fotos das Comunidades Rurais



Figura 1: Horta (Comunidade Pau D'óleo)

Fonte: Araújo (2015)



Figura 2: Horta (Comunidade Pau D'óleo)

Fonte: Araújo (2015)



Figura 3: Animais alimentando (Comunidade Pau D'óleo)

Fonte: Araújo (2015)



Figura 4: Produtos embalados para comercialização (Comunidade Pau D'óleo)

Fonte: Araújo (2015)



Figura5: Canteiros com gotejamento (Comunidade Planalto Rural)

Fonte: Araújo (2015)



Figura6: Tratorito (Comunidade Planalto Rural)

Fonte: Araújo (2015)



Figura 7: Plantação tomate (Comunidade Planalto Rural)

Fonte: Araújo (2015)



Figura8: Produto embalado para comercialização (Comunidade Planalto Rural)

Fonte: Araújo (2015)



Figura 9: Galinheiro (Comunidade Angicos)

Fonte: Araújo (2015)



Figura 10: Equipamento de moer cana (Comunidade Angicos)

Fonte: Araújo (2015)



Figura 10: Animal alimentando (Comunidade Angicos de Minas)

Fonte: Araújo (2015)



Figura 11: Barraginha (Comunidade Angicos de Minas)

Fonte: Araújo (2015)



Figura 12: Igreja (Comunidade Angicos de Minas)

Fonte: Araújo (2015)



Figura 13: Residência de Agricultora (Comunidade Angicos de Minas)

Fonte: Araújo (2015)



Figura 14: Suíno (Retiro Santo Antônio)

Fonte: Araújo (2015)

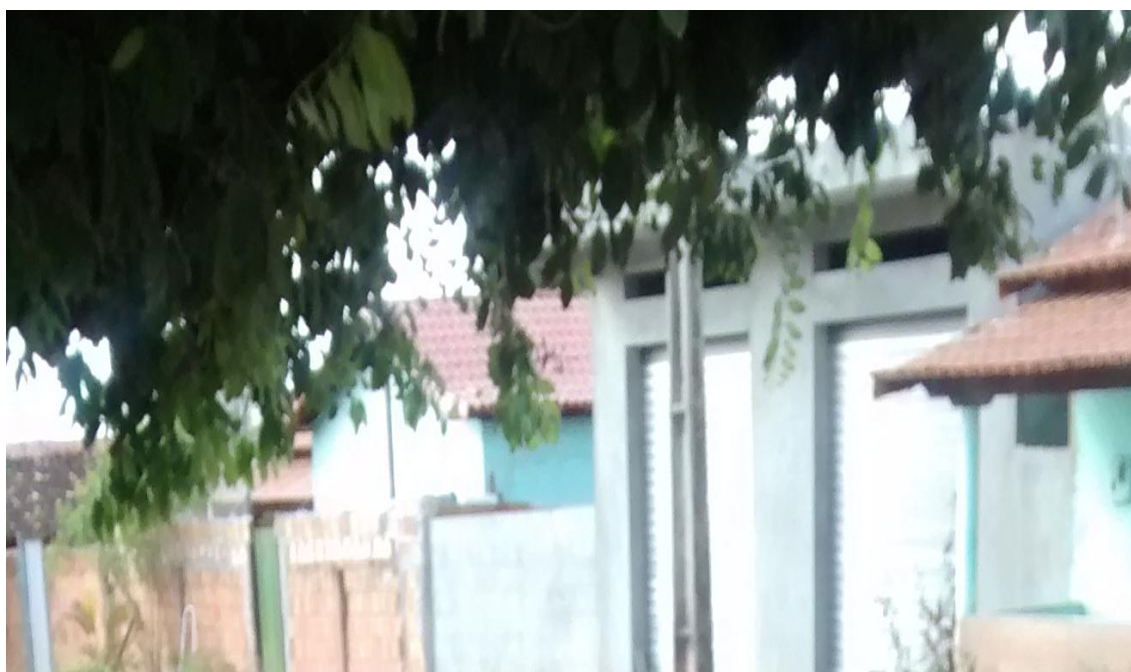


Figura 15: Residências e comércio (Retiro Santo Antônio)

Fonte: Araújo (2015)